

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA MILITAR:  
UM ESTUDO DE MANUAIS DIDÁTICOS

DJAIR LÁZARO DE ALMEIDA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

DJAIR LÁZARO DE ALMEIDA

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA MILITAR:  
UM ESTUDO DE MANUAIS DIDÁTICOS

SÃO CARLOS – SP  
2009

DJAIR LÁZARO DE ALMEIDA

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA MILITAR:  
UM ESTUDO DE MANUAIS DIDÁTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal de São Carlos na área de Fundamentos da Educação, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor João Virgílio Tagliavini.

São Carlos – SP  
2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A447em

Almeida, Djair Lázaro de.

Educação Moral e Cívica na ditadura militar : um estudo de manuais didáticos / Djair Lázaro de Almeida. -- São Carlos : UFSCar, 2009.  
182 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Educação. 2. Ditadura militar. 3. Educação moral e cívica. 4. Segurança nacional. I. Título.

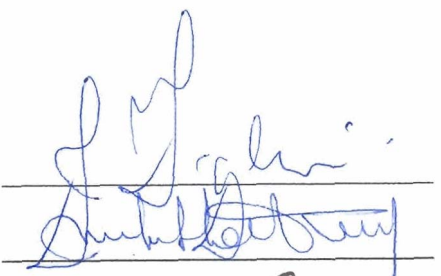
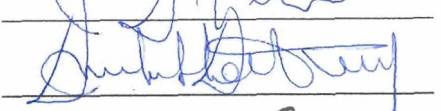

CDD: 370 (20<sup>a</sup>)

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini**

**Profª Drª Mariangela de Lello Vicino**

**Profª Drª Marisa Bittar**

  
João Virgílio Tagliavini  
  
Mariangela de Lello Vicino  
  
Marisa Bittar

Para Osvaldo e Jandira,

meu pai e minha mãe, cúmplices sempre!

Para Filinha e Betinho, irmãos que me alegraram com Ana Carolina, Camila e Enio.

E para os sobrinhos-netos Maria Eduarda, João Ricardo que está chegando... e para aqueles que virão...

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor João Virgílio Tagliavini, orientador, que acreditou em meu projeto.

Às Professoras Doutoras Marisa Bittar, Alessandra Arce e Mariangela de Lello Vicino pela valiosa contribuição.

Ao Professor Gilmar Cação Ribeiro, amigo que me deu chão e teto em São Carlos.

Ao projeto Bolsa Mestrado do Programa de Formação continuada de educadores da Secretaria de Estado da Educação.

À dirigente regional de ensino Débora Gonzalez Costa Blanco pela anuência que nos garantiu a concessão da bolsa mestrado, acolhendo-nos generosamente.

À supervisora de ensino Vânia Maria Carradore pelo carinho, paciência e competência com que dirigiu os bolsistas.

Aos funcionários da Diretoria de Ensino – Região de São Carlos, particularmente Rosa e Roberta e aos agora colegas de trabalho.

Aos bolsistas do Projeto Bolsa Mestrado, Kiki, Dani, Malu, Paulo, Sabrina, Débora, Florence e Giordano, companheiros sempre.

À prof.<sup>a</sup> Silvana Medeiros, colega de trabalho e amiga, pela generosidade durante este percurso.

À equipe gestora e funcionários da EE Francisco Sales de Almeida Leite pelas portas abertas.

## **RESUMO**

O objetivo desta dissertação é investigar, através da análise de manuais didáticos, o papel das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) na ditadura militar do Brasil pós-1964. Análise esta complementada com o estudo de registros de atas escolares.

Para a compreensão do discurso que dirigiu a política educacional na ditadura militar, foram analisados 20 manuais didáticos e as referidas atas. Utilizado como fonte primária, o material serviu para detectar determinados argumentos que se prestaram ao regime militar. Argumentos estes submetidos, neste trabalho, à compreensão materialista dialética da história.

Procurou-se desvelar a influência dos referidos manuais quanto à formação de posturas conformistas, em consonância ao regime militar, tentando compreender como os argumentos persuasivos aí veiculados articularam-se com as justificativas ideológicas do discurso institucional. Neste processo, as novas disciplinas, reorganizando valores morais e cívicos, serviram como suporte para mística nacional voltada para o binômio segurança e desenvolvimento.

Demonstrou-se, assim, o caráter autoritário dos propósitos da educação moral e cívica no regime militar, evidenciando-se como os alunos foram exercitados através de estereótipos e idealizações.

Palavras chaves: ditadura militar, educação, educação moral e cívica, doutrina de segurança nacional.



## **ABSTRACT**

The purpose of this essay is to investigate, through the analysis of didactic manuals, the meaning of the subjects Moral and Civic Education and Brazil's Social and Political Organization during Brazil's military dictatorship post 1964. This analysis was completed with school writing register studies.

To understand the discussion which drove the educational policy during the military dictatorship, 20 didactic manuals and their references were analyzed. Used as a primary source, the material served to point out specific arguments attributed to military rule. These arguments were submitted in this work to the materialist conception of history.

In an attempt to reveal the influence of the named manuals as supporting arguments in accordance with the military regime, an attempt to understand how the persuasive reasonings became joined to the ideological justifications from the institutional discourse. In this process, new disciplines (or subjects), reorganizing existing moral and civic values, were used as support for the national mystic returned to the security and development binomial.

It was then shown the authoritarian position of the moral and civic education during the military regime further proving how students were instructed through the use of stereotypes and idealizations.

Key words: military dictatorship, education, moral and civic education, national security doctrine

**1964**

O golpe entrou-me em tarde de tempestade  
Pela janela do quarto de moça de minha irmã  
Quando a vizinha, costureira,  
Alinhavou as notícias do rádio à minha mãe  
- Jandira, Jandira, derrubaram o governo!

O golpe entrou-me em tarde de tempestade  
Pela janela do quarto de moça de minha irmã  
Com nome de revolução  
Que menino de grupo escolar  
Entre pedregulhos e quintais  
Confundindo alhos com bugalhos  
Só podia perguntar:  
- Vai dar guerra?  
Não deu, mas rendeu um protesto  
Em dissertação de mestrado.

Aos 45 anos do golpe

Djair Lázaro de Almeida  
São Carlos - 2009

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA MILITAR NO BRASIL PÓS-1964 .....	9
1. O BEM COMUM – A NAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL .....	10
2. O BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO .....	17
CAPÍTULO II – OS VALORES MORAIS, ÉTICOS E SOCIAIS NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE MORAL E CIVISMO .....	24
1. OS MANUAIS DIDÁTICOS DE MORAL E CIVISMO E SUAS ESTRATÉGIAS .....	24
2. VALORES E VIRTUDES NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE MORAL E CIVISMO .....	36
CAPÍTULO III – OS VALORES CÍVICOS NOS MANUAIS DIDÁTICOS .....	66
1. HERÓIS NACIONAIS .....	66
2. SÍMBOLOS NACIONAIS .....	95
CONCLUSÃO .....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	120
LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS .....	123
ANEXOS .....	125

## APRESENTAÇÃO

Aluno da 3.<sup>a</sup> série do curso primário, em 1964, percorri todo o ginásio, o colégio e a faculdade sob a batuta do regime militar. Assim, instiga-me o desejo de desvelar determinadas incoerências daquela nova ordem social. Incomodava-me (e ainda incomoda) a maneira como o discurso oficial pós-1964, intencionando aparar arestas das diferenças, tematizava suas verdades como expressão coletiva, inscrevendo-se sem conflitos, às voltas com a reprodução.

Assim parecem inseridos nesse universo os livros de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), matérias instituídas como disciplinas curriculares obrigatórias e como prática educativa em todos os graus de ensino, através do decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, regulamentada pelo decreto 68.065, de 14 de janeiro de 1971.

Com os propósitos expressos no citado decreto-lei e aparentemente como instrumento conveniente para prover o discurso circunscrito do governo e assegurar uma pretensa harmonia social, os manuais didáticos de moral e civismo afiguram-se como imposições de paradigmas aos estudantes, como tentaremos demonstrar.

O objetivo de nosso trabalho foi investigar o papel da EMC e OSPB na formação de posturas de consentimento e de consonância ao pensamento do regime militar. Tentaremos evidenciar nos manuais didáticos os argumentos que serviram aos ideais do estado implantado com o golpe de 1964. O problema suscitado pela proposta será a compreensão de como os argumentos dos manuais de moral e civismo se articularam com as justificativas ideológicas do discurso institucional. Portanto, a hipótese que orienta nosso trabalho assenta-se sobre a intencionalidade quanto à conformação dos conceitos veiculados pelos manuais, balizados pela suspensão crítica, a fim de responder aos pressupostos da Ideologia da Segurança Nacional (ISN).

Para a realização desta pesquisa, laçamo-nos ao exame dos manuais didáticos das referidas disciplinas, exame este complementado por um estudo das atas das reuniões pedagógicas de escolas do município de Fernando Prestes-SP.

Utilizamos os livros didáticos e as atas como fonte primária para detectar determinadas proposições que serviram ao regime militar, submetendo-as à compreensão materialista dialética da história. Isto é, examinamos a conjuntura social,

no tempo e no espaço, como contraditória e em transformação, ao contrário de concebê-la mecanicamente imposta por determinado grupo social, tendo em vista, todavia, que *muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo para dar lógica a um partido, a um grupo, a uma sociedade*<sup>1</sup>.

Para a compreensão do discurso que orientou a política educacional da ditadura militar e detectar suas intenções, propusemo-nos à leitura de 20 livros didáticos de EMC e OSPB, privilegiando, metodologicamente, a categoria Nação. A eleição desta categoria justifica-se à medida que o conceito de nação, como vontade única e único projeto, postulado e requerido pela doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) – estribo do pensamento do governo militar – poderá nos ajudar a entender os meneios da política educacional do período estudado. Os exertos dos manuais citados na dissertação que não tratam diretamente desta categoria referem-se a ela implicitamente através de temas como família, escola, pátria, religião, trabalho, virtudes cívicas e morais, heróis e símbolos nacionais, segurança e desenvolvimento, uma vez que reforçam e corroboram o conceito em questão perseguido pelo estado de segurança nacional. Tais temas nos permitiram inferir sobre questões relacionadas com o problema estudado, através do desvelamento de idéias subjacentes nos textos didáticos uma vez que privilegiam um discurso ufanista que busca o consentimento, colocando o homem como agente individual de transformações sociais.

Nem todos os livros utilizados na pesquisa foram citados na dissertação pela recorrência de temas e pela propensão de reproduzirem, de maneira pouco diversificada, as mesmas lições, reiterando conceitos numa aparente preocupação em adequarem-se ao programa oficial. Buscamos as inferências do pensamento autoritário, com o qual os militares construíram seu ideário, colocando-o à apreciação do referencial teórico aqui empregado, valendo-nos da perspectiva do historicismo de Gramsci.

Visto que nosso intento era examinar, como já dissemos, a função das disciplinas EMC e OSPB na formação de atitudes conformistas (obediência, respeito e exaltação à ordem e à hierarquia, resignação, entre outras), concentramo-nos sobre o material que seria nossa fonte primária.

A primeira busca para recolher material passível de proporcionar as informações indispensáveis para a pesquisa, constituiu em vasculhar a estante de livros da casa de meus pais. Estante que, além de coleções da literatura nacional, abrigava livros

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4.<sup>a</sup> edição, 2006. p.118.

didáticos manuseados por mim e por meus irmãos, enriquecida pelo material utilizado por minha irmã, professora que lecionou EMC e Estudos Sociais.

Com o intuito de recolher uma amostra significativa, e diante da dificuldade em encontrar manuais didáticos de 20, 30 e 40 anos atrás, recorreremos a duas bibliotecas escolares: Biblioteca Castro Alves, de Fernando Prestes e a Biblioteca da Escola Estadual Esterina Placco, de São Carlos, ambas as cidades do interior paulista. A primeira, justifica-se por ser a biblioteca que freqüentei durante o curso ginásial e colegial. A segunda, por ser a escola em que leciono atualmente. Em uma pré-análise, visando sistematizar o projeto e elaborar um esquema de trabalho, organizamos o material colhido em coleção particular (CP), biblioteca de Fernando Prestes (BFP) e biblioteca da Escola Esterina Placco (BEP), descartando os títulos coincidentes:

**CP :**

- 1-ALENCAR, Ricardo. *Organização Social e Política do Brasil*. São Paulo: editora nacional, 1983.
- 2-CORREA, Antonio Avelino. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica (volume I)*. São Paulo: editora Ática, 1976.
- 3-CORREA, Antonio Avelino. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica (volume II)*. São Paulo: editora Ática, 1974.
- 4-COSTA, Otto. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: editora Brasil, 1975.
- 5-LUCCI, Elian Alabi. *Educação Moral & Cívica (1.º volume)*. São Paulo: editora Saraiva, 1983.
- 6-LUCCI, Elian Alabi. *TDMC – 2, O trabalho dirigido de Moral e Civismo (2.º volume)*. São Paulo: editora Saraiva, 1979.
- 7-SALGADO, Plínio. *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*. São Paulo: editora FTD, [s.d.].

**BFP:**

- 1-BRAZ, Maria. *Moral e Civismo*. São Paulo: editora FTD, 1979.
- 2-NEIVA, Álvaro. *Educação Moral e Cívica e as instituições extraclasse*. Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1972.
- 3-PILETTI, Claudino. *Organização Social e Política Brasileira*. Rio de Janeiro: editora Ática, 1976.

- 4-SANTALUCIA, Amália A. *Calendário Cívico*. São Paulo: editora Parma, 1981.
- 5-SIQUEIRA e BERTOLIN. *Atividades de Educação moral e Cívica*. São Paulo: editora IBEP, 1984.
- 6-TORRES, João Camilo de Oliveira. *Educação Moral e Cívica*. Belo Horizonte: editora Jupter, 1967.
- 7-VALLE, Diniz Almeida do. *Guia de Civismo*. Brasília: editora MEC, 1971.
- 8-VELHO, Tereza Pacheco Rodrigues. *Subsídios para as aulas e fundamentos de Educação Moral e Cívica*. Rio de Janeiro: editora Artenova, 1971.
- 9-MINISTÈRIO da EDUCAÇÃO. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Brasília: editora FENAME, 1972.

**BEP:**

- 1-BARBOSA, Nelson. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: editora Itamaraty, 1971.
- 2-BETTO, Frei. *OSPБ – Introdução à Política Brasileira*. São Paulo: editora Ática, 1988.
- 3-SANTOS, Rubens Ribeiro dos. *Compêndio de Educação Moral e Cívica*. São Paulo: editora Brasiliense, 1973.
- 4-SANTOS, Rubens Ribeiro dos. *Educação Moral, Cívica e Política*. São Paulo: editora Nacional, [s.d.].

A representatividade dos 20 títulos assenta-se em dois pressupostos. O primeiro, vale-se do importante trabalho do sociólogo Gisálio Cerqueira Filho e da professora de História Gizlene Neder – *Conciliação e Violência na História do Brasil*<sup>2</sup> - que mesmo sob a ditadura militar analisaram 37 livros didáticos (História, OSPB, Estudos Sociais e EMC) publicados por *expressivas editoras* e escolhidos pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) para serem distribuídos pelo programa PLIDEF – Plano do Livro Didático para o Ensino Fundamental. Dentro da política de distribuição de livros didáticos, o termo *editoras expressivas*, no entender dos autores citados, refere-se a editoras com grande penetração no mercado, atingindo elevado número de estudantes.

---

<sup>2</sup> FILHO, Gisálio Cerqueira; NEDER, Gizlene, *Conciliação e Violência na História do Brasil*. In *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978 n.º 2.

Dentre as 14 editoras dos nossos títulos elencados, 6 delas coincidem com as 7 editoras eleitas por Gisálio C. Filho e Gizlene Neder, o que avaliza e justifica parte de nossa escolha.

**Lista de editoras selecionadas pela dupla de pesquisadores:**

- 1- Editora Nacional.
- 2- Editora IBEP.
- 3- Editora Saraiva.
- 4- Editora Brasil.
- 5- Editora FDT.
- 6- Editora Laudes.
- 7- Editora Ática.

**Lista de editoras selecionadas para nosso trabalho:**

- 1- Editora Nacional.
- 2- Editora Itamaraty.
- 3- Editora Ática.
- 4- Editora FDT.
- 5- Editora do Brasil.
- 6- Editora Saraiva.
- 7- Editora José Olympio.
- 8- Editora Parma.
- 9- Editora Brasiliense.
- 10- Editora IBEP.
- 11- Editora Jupter.
- 12- Editora MEC.
- 13- Editora Artanova.
- 14- Editora FENAME.

Portanto, dos nossos 20 títulos, 12 pertencem a *editoras fortes no mercado*:



- 1-ALENCAR, Ricardo. *Organização Social e Política do Brasil*: editora nacional, 1983.
- 2-BETTO, Frei. *OSP – Introdução à Política Brasileira*: editora Ática, 1988.
- 3-BRAZ, Maria. *Moral e Civismo*: editora FTD, 1979.
- 4-CORREA, Antonio Avelino. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica (volume I)*: editora Ática, 1976.
- 5-CORREA, Antonio Avelino. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica (volume II)*: editora Ática, 1974.
- 6-COSTA, Otto. *Educação Moral e Cívica*: editora Brasil, 1975.
- 7-LUCCI, Elian Alabi. *Educação Moral & Cívica (1.º volume)* : editora Saraiva, 1983.
- 8-LUCCI, Elian Alabi. *TDMC – 2, O trabalho dirigido de Moral e Civismo – (2.º volume)*: editora Saraiva, 1979.
- 9-PILETTI, Claudino. *Organização Social e Política Brasileira*: editora Ática, 1976.
- 10-SALGADO, Plínio. *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*: editora FTD, [s.d.].
- 11-SANTOS, Rubens Ribeiro dos. *Educação Moral, Cívica e Política*: editora Nacional, [s.d.].
- 12-SIQUEIRA e BERTOLIN. *Atividades de Educação moral e Cívica*: editora IBEP, 1984.

O segundo pressuposto que garante a representatividade da amostra restante que integra o conjunto selecionado relaciona-se à autoria. O procedimento adotado faz referência a três fatores: autores com patentes militares (A), autores que, de certa forma, declaram-se comprometidos com o programa oficial avalizado pelo Conselho Nacional de Moral e civismo CNMC (B) e autores que respondem diretamente à FENAME (C):

- 1-(B) BARBOSA, Nelson. *Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política (volume I)*: editora Itamaraty, 1971.
- 2-(B) NEIVA, Álvaro. *Educação Moral e Cívica e as instituições extraclasse*: editora José Olympio, 1972.
- 3-(B) SANTALUCIA, Amália A. *Calendário Cívico*: editora Parma, 1981.

- 4-(A) SANTOS, Rubens Ribeiro dos. *Compêndio de Educação Moral e Cívica*: editora Brasiliense, 1973.
- 5-(B) TORRES, João Camilo de Oliveira. *Educação Moral e Cívica*: editora Júpiter, 1967.
- 6-(A) VALLE, Diniz Almeida do. *Guia de Civismo*: editora MEC, 1971.
- 7-(B) VELHO, Tereza Pacheco Rodrigues. *Subsídio para as aulas e fundamentos de Educação Moral e Cívica*: editora Artenova, 1971.
- 8-(C) MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*: editora FENAME, 1972.

Ainda como fonte primária, valendo-nos dos registros de atas de escolas do município de Fernando Prestes, buscamos captar determinados fatos e fenômenos sociais aí registrados que nos permitissem inferir sobre a realidade na qual se assentara o discurso do governo militar.

Visando operacionalizar o trabalho quanto à pesquisa das atas, estipulamos como marco cronológico o período compreendido entre 1966 e 1985, atentando aos dados que se referissem mais diretamente ao objeto estudado. Trabalho que consistiu em uma primeira leitura para o contato inicial com a estrutura e mensagens do documento.

A demarcação do período obedeceu à seguinte lógica. A primeira tentativa de o governo militar introduzir moral e cívica como prática educativa vem pelo decreto n.º 117 de 30 de abril de 1964. Propósito que não saiu do papel e das intenções. Foi com o decreto n.º 58.023 de 23 de março de 1966, visando *estimular em todo o país a educação cívica*, que encontramos os primeiros reflexos práticos dos propósitos do governo militar, antes da implantação da EMC e OSPB como disciplinas obrigatórias. Fato comprovado pelo artigo 70 do regimento interno do Ginásio Estadual de Fernando Prestes, registrado em ata de 10 de outubro de 1966. Estendemos o período de inquirição das atas até 1985, ano de atuação do último presidente militar.

A eleição do estabelecimento de ensino, para o estudo das atas de reuniões do corpo docente, recaiu sobre a escola da cidade de Fernando Prestes, por razões óbvias. Lá presenciei, durante o regime militar, instalações de grêmios e do centro cívico, festividades da semana da pátria, desfiles, comemorações recheadas por um calendário cívico que tentava remendar ideologicamente, com poemas esgarçados, a educação

cívica com as práticas sociais, gincanas sobre os pontos decorados que camuflavam a História, além de paródias ufanistas sobre os feitos da “Revolução”.

Trazemos, além dos registros de atas, outros anexos como o atestado de idoneidade moral, obrigatório para se lecionar EMC, certificado de participação em sessões de estudos promovidas pela Comissão Estadual de Moral e Civismo (CEMC), homologação de parecer para aprovação de livros didáticos, entre outros, uma vez que elucidam circunstâncias sócio-políticas com as quais estão relacionados.

Fazemos ainda menção às músicas ufanistas (de encomenda, ou apropriadas pelo governo) que estimulavam virtudes e fidelidade aos compromissos institucionais.

No capítulo I tentaremos entender como o binômio segurança e desenvolvimento, objetivo da nação, foi transmutado em responsabilidade para o homem, conclamando-o a uma ação coletiva voltada para um suposto bem comum, proclamando-o, ao mesmo tempo, agente e beneficiário de tais propósitos. Este capítulo nos permitiu entender determinados rumos tomados pelo governo militar quanto à política educacional.

No momento em que atrelam educação e desenvolvimento visando à formação de recursos humanos para alimentar a economia capitalista, o homem passa a ser visto como agente a serviço do bem comum, sendo necessário, portanto, motivá-lo. A EMC é suporte para a armação de mística nacional. Competiria a ela conduzir os jovens a uma reinterpretação e reorganização dos valores morais, espirituais, éticos, sociais e cívicos que atenderiam aos princípios de mobilização para a realização do projeto nacional. Este é o objeto de nosso trabalho.

Portanto, os capítulos II e III foram reservados à análise dos referidos manuais didáticos. Momento em que, na busca do conceito de nação proposto pela doutrina da segurança nacional, debruçamo-nos sobre os valores acima mencionados, tentando compreender suas funções na construção do ideário do regime de 1964 e procurando comprovar a hipótese inicial deste trabalho quanto à configuração dos conceitos propagados pelos manuais para responderem à hegemonia requerida pelos militares.

## CAPÍTULO I – A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA MILITAR NO BRASIL PÓS-1964.

A presença do conflito entre os EUA e a Rússia, denominado por Golbery do Couto e Silva de antagonismo dominante, polarizado entre a civilização cristã do ocidente e o materialismo comunista do oriente, determinará e orientará a estratégia política de segurança nacional. Em defesa de uma geoestratégia defensiva da civilização ocidental, Golbery<sup>1</sup> identifica o Brasil como uma nação cuja cultura, substanciada por uma origem cristã e valores democráticos e liberais, integra o ocidente então ameaçado pelo *imperialismo ideológico da civilização materialista*. Assim consubstancia-se, em sua visão, a nação polarizadora de um nacionalismo como *lealdade máxima do cidadão* que não se transpõe num patriotismo – *mero sentimento nobre*, embora edificante – mas no nacionalismo *como vontade coletiva*, como senso de responsabilidade de elevar a nação, *salvaguardando os objetivos nacionais* a qualquer preço<sup>2</sup>. Explicita-se, dessa forma, o conceito geopolítico de nação, ou seja, nação como um único projeto.

Nessa ordem de coisas, o que levaria esse nacionalismo a se efetivar seria a nação como uma organização integrada em prosperidade e crescente bem estar. É, portanto, tal *nacionalismo sadio*, apregoado por Golbery, que deve inspirar a elaboração política e sua concepção estratégica. Elaboração esta orientada pelos objetivos nacionais, traduzidos como soberania, integração crescente, prosperidade e bem estar, isto é, um projeto de desenvolvimento baseado na segurança nacional.

Esta obra política cumprir-se-ia pelo trabalho de uma elite representativa que teria na Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1948, seu fomento para colocar em prática a ideologia de segurança nacional que fundamentaria e justificaria o desempenho das forças armadas no controle repressivo e ideológico sobre a nação.

O presente capítulo apresenta-se dividido em duas partes. Na primeira, estudaremos o conceito de bem comum e de nação a partir do ponto de vista da ideologia de segurança nacional. Na segunda parte procuramos entender como o binômio segurança e desenvolvimento foi transmutado em responsabilidade do indivíduo.

---

<sup>1</sup> SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 2.<sup>a</sup> edição, 1967.p.170.

<sup>2</sup> SILVA, Golbery do Couto. **op. cit.** p.98.

## 1. O BEM COMUM – A NAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL

A doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) traz no cerne como meta *ideal e fonte permanente de inspiração: o Bem Comum*. Pelo encadeamento da lógica dessa doutrina, o conceito de bem comum suplanta a problemática do desenvolvimento e da segurança (ambos os processos a serviço do próprio bem comum) uma vez que tal conceito configura de forma incontestável a prioridade do homem *e de sua superior destinação*. Para a doutrina da ESG, isto se traduz em *inquestionável prevalência dos valores do Homem* e em concepções democráticas<sup>3</sup>.

Trata-se de um estado que se coloca como polarizador de todos os setores e instâncias políticas, econômicas e sociais para racionalizar ações tendo em vista a modernização do país e a aceleração de seu desenvolvimento. Para tanto é necessário uma doutrina de ação política que se coloque como imprescindível para que o estado atinja e sustente o objetivo da nação. Dessa forma, tal doutrina resulta na *ideologia imediatamente circunstanciada* que no dizer de Gramsci é *instrumento prático de domínio e de hegemonia social*<sup>4</sup>. À *Doutrina interessa o aperfeiçoamento da sociedade: é normativa*<sup>5</sup>. Renato Ortiz<sup>6</sup>, em *O mercado de bens simbólicos*, chama a atenção para os documentos militares, que trazem a rubrica durkheimiana de coesão social. O *aperfeiçoamento da sociedade* é a adequação do homem à vida moral e social, suscitando e desenvolvendo *estados intelectuais e morais reclamados pela sociedade política*<sup>7</sup>. Assim se pronuncia a ESG.

Quando se trata de racionalizar a ação política do Estado, os fins devem ser os objetivos próprios do grupo cultural humano que dirige – fins da Nação ou **Objetivos Nacionais**; e os meios a considerar devem ser uma integração da vontade e da capacidade desse grupo, que permita alcançar e manter aqueles fins – meios sinérgicos da Nação ou **Poder Nacional**<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro: Solivro editora Ltda., 1979. p.8.

<sup>4</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume I, 2006. p.3.

<sup>5</sup> Brasil, **Doutrina Básica**. p.17

<sup>6</sup> ORTIZ, Renato. *IN A Moderna Tradição Brasileira* – cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1993 p.115.

<sup>7</sup> DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 3.ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p.25

<sup>8</sup> Brasil, **Doutrina Básica**. p.19

Para os ideólogos da ESG esses objetivos nacionais responderiam aos preceitos universais do homem consciente e livre, cuja *destinação não se adstringe à perseguição de um mero bem-estar social*, mas que busca satisfazer *todas as chamadas potências do eu*, no plano biológico, cívico, moral e religioso<sup>9</sup>.

O posicionamento doutrinário da ESG se pretendia humanístico, tendo como fim último o homem e seu bem-estar, confluindo para o bem comum. Partem do princípio de que os grupos sociais, constituídos por indivíduos reunidos por vínculos comuns, demandam interesses coletivos, de maneira que é necessário estabelecer objetivos grupais. A nação, como grupo social complexo, move-se por interesses diversificados que devem ser identificados e estabelecidos para que a ação política, a qual o homem é chamado a desempenhar, seja guiada pelos objetivos nacionais<sup>10</sup>.

O intento era a promoção de *estímulo à ação coletiva* e à criação de *um universo semântico comum entre governo e povo*. Ao governo caberia amalgamar a mobilização popular em direção aos objetivos da nação, ao povo, a avaliação da atuação governamental. Todavia, o povo abaixo do estado, submetido a uma ditadura carregava o fardo presumidamente desejado por todos, ajustado à direção dos objetivos nacionais e sob o poder nacional. Portanto, para a mobilização popular era necessário um processo pedagógico para que os interesses nacionais se incorporassem e se projetassem na consciência nacional de tal maneira que toda a comunidade fosse conduzida ao consentimento. Para tanto, a doutrina da ESG coloca como objetivo-síntese da convivência humana o bem comum, o qual pode ser enfocado sob dois critérios.

De um lado, a vida de uma nação consiste, sobretudo, em manter os valores tradicionais, gerando objetivos de conservação, equilíbrio e ordem, contidos no conceito de segurança. Por outro lado, há que se atualizar, renovar e inovar valores, o que se traduz em objetivos de engrandecimento, aperfeiçoamento e aprimoramento da nação como um todo e de cada indivíduo, o que se contém no conceito de Desenvolvimento<sup>11</sup>.

Para a consecução do bem comum, sob segurança e desenvolvimento, a comunidade nacional deveria cristalizar interesses identificados com a sobrevivência e com o progresso nacional. Para isso seria necessário um trabalho educativo. Assim se pronuncia a ESG:

---

<sup>9</sup> BRASIL, *Doutrina Básica*. p.20

<sup>10</sup> BRASIL, *Doutrina Básica*. p.25

<sup>11</sup> BRASIL, *Doutrina Básica*. p.29

Casos há em que as elites dirigentes percebem a necessidade de despertar na população interesse, aspirações, valores e objetivos novos, com o fim de induzi-la a mudanças imprescindíveis ao Bem Comum<sup>12</sup>.

O estado atua no sentido de reverter comportamentos, modificando posturas que infringem ou insultam sua autoridade. O *trabalho educativo bem orientado*, sustentado pela doutrina da ESG, é de responsabilidade das elites às quais cabe *auscultar e interpretar com fidelidade* as aspirações da nação brasileira e traduzi-las em objetivos nacionais.

A fixação dos objetivos nacionais, de acordo com a ESG, leva em consideração o processo histórico-cultural da nação. Dentre seus fatores condicionantes está, por exemplo, o caráter nacional brasileiro - adaptabilidade, improvisação, vocação pacífica, cordialidade, emotividade – atributos explorados nos manuais didáticos, como veremos nos capítulos II e III, e inculcados como valores propulsores de posturas conformistas.

Para justificar a operação das elites no pretendido processo de racionalização do país, a ideologia de segurança nacional recorre a raciocínios tautológicos: *à medida que o povo se identifica mais diretamente com os Objetivos Nacionais haverá melhores condições para que a Nação vença as etapas necessárias à consecução desses objetivos*<sup>13</sup>.

A realização destes objetivos é garantida pelo poder nacional, ao qual cabe superar ou contornar todos os obstáculos. No âmbito interno, o poder nacional atua *como instrumento de disciplina social, de controle e de fomento* visando tranquilidade, bem estar e *aprimoramento coletivo*<sup>14</sup>. Para os militares, as instituições não se cumpriam como instrumento de disciplina social e moral, expondo o povo e a juventude, em particular, ao amoralismo e às filosofias falsas. Tal visão vem expressa pelo discurso do general Moacir Araújo Lopes, em 1967, e transcrito no manual didático **Guia de Civismo**, de Diniz Almeida do Valle.

[...] à nossa juventude estão sendo roubados os verdadeiros valores de sua formação, que são o sentido de Deus, o respeito à autoridade e o senso moral, pela oficialização da libertinagem. (Gen. Div. Moacir Araújo Lopes – **Rumos para a Educação da juventude Brasileira, 1967**, Memorial de Senhoras paulistas)<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> BRASIL, **Doutrina Básica**. p.31.

<sup>13</sup> BRASIL, **Doutrina Básica**. p.41.

<sup>14</sup> BRASIL, **Doutrina Básica**. p. 61.

<sup>15</sup> ALMEIDA DO VALLE, Diniz. **Guia de Civismo**. Brasília: MEC, 1971. p.88.

Portanto, para combater tais forças desintegradoras, os ideólogos do regime militar lançam mão de fórmulas para resolver impasses, como por exemplo, a instituição da disciplina de educação moral e cívica – instrumento auxiliar do estado para a consecução e a manutenção de seus propósitos, como tentaremos demonstrar neste trabalho.

A doutrina da ESG mostra que nos países democráticos o fim do estado é essencialmente altruísta visando o bem do homem, tendo o poder nacional como instrumento de ação para propiciá-lo. Todavia, o homem, na ditadura militar, dependia da conveniência do estado que se punha acima da nação reprimida e dela se servindo. Este é um estado que se coloca acima da sociedade, amparado por um conjunto de meios políticos que lhe permite interpretar os interesses e aspirações nacionais e garantir sua consecução. Tal conjunto de meios é chamado de Expressão Política do Poder Nacional.

É esta a ação política por excelência e implica que se estabeleça para o Estado, como entidade política soberana, o monopólio da coerção, isto é, da faculdade de impor, inclusive pelo emprego da força, normas de conduta a que todos devem obediência, dentro dos parâmetros estabelecidos pela nacionalidade<sup>16</sup>.

Essa ordem desejada provinha da necessidade de se buscar um ponto de integração para a diversidade social. Para Renato Ortiz, o que a Ideologia da Segurança Nacional, de certa forma, se propunha , era *substituir o papel que as religiões desempenhavam nas sociedades tradicionais*, cujo universo religioso *soldava organicamente os diferentes níveis sociais* criando uma solidariedade orgânica e garantindo a consecução de certos propósitos. As sociedades têm necessidade, nos mostra Émile Durkheim, de resguardar e reafirmar *sentimentos coletivos e idéias coletivas que compõem a sua unidade e a sua personalidade*. Tal *restauração moral*

Só pode ser obtida por meios de reuniões, assembléias, congregações onde os indivíduos, muito próximos uns dos outros, reafirmam em comum seus sentimentos comuns, daí, cerimônias que, por seu objetivo, pelos resultados que produzem, pelos procedimentos que empregam, não diferem, quanto á natureza, das cerimônias propriamente religiosas<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> BRASIL. **Doutrina Básica**. p.101

<sup>17</sup> DURKHEIN, Emile. **AS Formas Elementares de Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989. p.505



Não é tão somente com a referência e com o uso da força que se sustenta um regime, nem tampouco apenas com a razão. Certos rituais, sucedâneos da religião, fortalecem a sociedade. A efervescência das paradas militares, o êxtase das semanas cívicas, o arrebatamento com a chegada dos atletas da Copa de 70 cumprem este propósito. Os governos militares estabeleceram uma série de cerimônias para revivificar os preceitos que ecoavam seus ideais. Esses rituais englobam e reproduzem as práticas simbólicas do grupo como fim último impedir rompimentos e ao mesmo tempo integrá-las. Assumem, pois, um papel aglutinador, sem o qual o homem não sobrevive. O culto, na expressão de Durkheim<sup>18</sup>, não é apenas um conjunto de práticas, mas também de idéias que pretendem ser manifestação do mundo. A prática volta-se para a ação que ela *solicita e regula*, enquanto que as idéias *enriquecem e organizam* o pensamento. Celebrando compromissos coletivos, o projeto de Brasil Grande emparelha-se com o sucesso da seleção brasileira da copa-70, ao ritmo de **Pra frente Brasil**, transformado em hino do tri. Conclamados pelo refrão “todos juntos, vamos”, “parece que todo Brasil deu a mão”, agora os homens, “todos ligados na mesma emoção” celebram algo que compreendem e vêm a razão. A disseminação e a manutenção da idéia de Brasil Grande necessitavam de uma justificativa. Tinham agora motivo para agir. O encantamento serve como *razões lógicas*. O encantamento justifica *a ação solicitada e regulada*.

A ideologia da segurança nacional sistematiza o que o corpo do governo explora como expressão política do poder nacional. É nesse sentido que a ideologia *procura sempre provocar, manter ou salvaguardar uma unanimidade de representação, de motivação e de ação*<sup>19</sup>. Parece que aqui repousa a justificativa da inclusão da Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina e prática educativa em todos os níveis da educação. É a ideologia da segurança nacional retratada nos manuais concordes aos currículos e programas propostos pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) como garantia (ou tentativa) de integração nacional sob uma legenda que organiza, pela mediação de um discurso repressivo, os códigos morais, rituais e políticos. Discurso assentado sob a rubrica de um regime que propõe soluções a partir de um conceito de nação como vontade única. Uma nação envolvida em um único projeto supostamente almejado por todos.

Cabe à elite interagir com a massa, interpretando seus anseios e aspirações, conciliando-os com os interesses da nação. Concorrem para isso os meios de

---

<sup>18</sup> DURKHEIN, Emile. **AS Formas Elementares de Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas. 1989. p.506.

<sup>19</sup> BRASIL. Op.cit p.105

comunicação de massa criando estados emocionais coletivos, aqui entendidos como moral nacional *alicerçado nos valores de uma nação* e traduzido *no grau de determinação com que a nação persegue seus objetivos, a despeito dos óbices de qualquer natureza*<sup>20</sup>. O estado, como procurador dessa vontade legítima da nação, busca a integração social através da polarização de todos na participação da busca do bem comum.

Nos países em desenvolvimento, (a integração social) tem significado a criação de mecanismos e processos que permitem a todos tornarem-se agentes conscientes e responsáveis do Desenvolvimento e beneficiarem-se de suas conquistas e vantagens<sup>21</sup>.

A doutrina da ESG tentando imprimir um sentido antropocêntrico ao desenvolvimento coloca o homem como agente e beneficiário deste processo. Para legitimar tal intento o estado vale-se das estruturas sociais, com a finalidade de *pôr em prática o que está estabelecido nas instituições familiares, educacionais, culturais, religiosas, assistenciais, trabalhistas, etc.* Dessa forma, *o lar, a escola, a imprensa, a igreja, o sindicato, a empresa*, são órgãos da Expressão Psicossocial do Poder Nacional<sup>22</sup>. Órgãos à disposição dos interesses nacionais em nome da *plena realização da pessoa humana*. Através das determinações fixadas pela prática dominante creditadas pela competência de tais instituições, o poder nacional justifica sua atuação. Isto é, dispõe-se de procedimentos cujos lastros ancorados em normas estatuídas permitem a autenticação das imposições do estado: o arcabouço social sacramentado da família; a promessa da escola quanto à eliminação de distâncias sociais e ascensão pelo mérito e esforço individual; o papel ético justificado dogmaticamente e os estímulos ao espírito de solidariedade da igreja; o instrumento e o poder de formação de opinião da imprensa; a função agenciadora de conexão social entre operários, patrão e estado dos sindicatos; os estímulos da livre iniciativa e os incentivos ao acúmulo de capital da empresa privada.

---

<sup>20</sup>“Óbices são obstáculos de toda ordem – materiais e espirituais – que podem provir de condições estruturais ou conjunturais, resultantes da natureza ou da vontade humana, e que dificultam ou impedem a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.” **Doutrina Básica. p.91**

<sup>21</sup> BRASIL. **Doutrina Básica.** p..152

<sup>22</sup> BRASIL. **op. cit.** p.156. “Expressão Psicossocial do Poder Nacional é o conjunto de meios predominantemente psicológicos e sociais, de que dispõe a Nação para assegurar a plena realização da pessoa humana, com vistas à consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais.” **Doutrina Básica.** p.143.

Ainda para garantir os valores que procura preservar, a ESG recorre à ação psicológica, cujo trabalho visa a elevar o moral da população, obedecendo um planejamento de acordo com seu objetivo. Assim a ESG dá a receita para as chamadas manobras psicológicas.

A cada manobra psicológica deve corresponder uma idéia-força (idéia-apelo), como elemento capaz de influenciar e mesmo persuadir o público-alvo no sentido do cumprimento da missão psicológica. Nasce de um acurado estudo do público-alvo, tendo em vista atender às suas motivações. São motivações: as crenças, as superstições, as atitudes e opiniões, o estado de espírito atual, as tradições, as suas tendências, etc. A idéia-força deve apelar para a inteligência ou para os sentimentos (se possível para os dois ao mesmo tempo) e é traduzida por um determinado tema. Assim, como exemplo da idéia-força **Desenvolvimento** tem sido usado o tema **participação**; da idéia-força **Nacionalismo**, poder-se-ia usar o tema **mar territorial de duzentas milhas**<sup>23</sup>.

Assim funcionaram as propagandas com *slogans*, músicas e hinos de encomenda. As conhecidas canções (marchas contagiantes) de caráter ufanista, da dupla Dom e Ravel dos anos 1970, como “Eu te amo meu Brasil”, “Você também é responsável”, “Só o amor constrói”, “Obrigado ao homem do campo” *serviram perfeitamente aos intentos do regime*. O próprio Eduardo Gomes de Farias (Ravel) testemunha: *Éramos visitados por militares armados que nos davam passagens aéreas e as indicações dos locais onde deveríamos nos apresentar, não havia cachê, nem a remota possibilidade de dizer não*<sup>24</sup>.

Os *slogans* ou símbolos propagam e traduzem o tema. É, assim, pois, que as frases associativas *ninguém segura este país* ou *este é um país que vai pra frente* aludem ao desenvolvimento, conclamando o homem e proclamando-o sujeito, quando as evidências da gramática racional do estado o faziam objeto. De acordo com o que defende Adilson Citelle<sup>25</sup>, em **Linguagem e Persuasão**, o signo se prolonga na ideologia. A relação de dependência entre ambos mostra que só é possível conhecer as idéias e os valores de um discurso tomando em consideração a *natureza dos signos que o constroem*. Para explicar tal relação Citelle recorre ao pensamento de Mikhail Bakhtin quando este mostra que um produto ideológico além de participar da realidade natural ou social, *reflete e refrata* uma realidade que lhe é exterior. *Tudo o que é ideológico carrega um significado e remete a algo situado fora de si mesmo*. Os signos são as

<sup>23</sup> BRASIL. **Doutrina** Básica. .p.230

<sup>24</sup> [HTTP://www.terra.com.br/istoé/1653/artes\\_1653-direita-volver.htm](http://www.terra.com.br/istoé/1653/artes_1653-direita-volver.htm) (17/02/2008)

<sup>25</sup> CITELLE, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. P.26

condensações das ideologias. Assim os *slogans* são os veículos de transmissão das ideologias, ajudam a formar as consciências – expressão das ideologias, perpetuando tais valores. São, enfim, disseminadores de persuasão.

Apesar da retórica da realização integral do homem e do bem comum, a elite tecnocrática civil e militar, à conveniência do estado, editou uma política que privilegiou a minoria da fração do capital multinacional e associado, em detrimento da maioria recrutada para a marcha do Brasil Grande, aliciada pelo rufar dos tambores.

## **2. O BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO**

O bem comum tido como objetivo-síntese da convivência humana pelas proposições da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) é também um ideal que ultrapassa o bem estar individual, inspirando o protótipo de uma sociedade propícia à efetivação das potencialidades humanas através do desenvolvimento econômico, político e social.

Imerso nessa concepção, o binômio segurança e desenvolvimento, como objetivo da nação, é transmutado em responsabilidade do homem conclamado à ação coletiva. Para tanto, a doutrina tenta atrelar as aspirações individuais aos interesses e aspirações do estado. Ou seja, imprimem nos indivíduos registros e modulações de grupos para que os interesses nacionais sejam vistos como desejos coletivos. O estado busca, então, preservar os valores tradicionais instaurando metas que resguardem e reverberem o conceito de segurança, como por exemplo, a manutenção da ordem e a estabilidade através do exercício de valores morais e espirituais. Ao mesmo tempo, há que imprimir um sentido antropocêntrico à participação do homem no trabalho de modo que exalte o conceito de desenvolvimento como desejo e aspiração colocando-o como agente e beneficiário.

É com o sentido de legitimar o ideário de autonomia nacional que a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) aflui suportada pelos lastros do conceito de segurança e desenvolvimento. É papel desta disciplina conciliar tradição com progresso, segurança com desenvolvimento. À moral cabe resgatar os valores da ordem e ao civismo, entusiasmar a juventude perante as questões não solvidas e que devem ser defrontadas com autêntico espírito patriótico, em direção ao progresso.

Segurança e desenvolvimento trazem conotações positivistas semelhantes às do binômio ordem e progresso. É o que observamos nos argumentos do coronel Diniz Almeida do Valle, no manual **Guia de Civismo**, ao expor as necessidades de reconduzir a mocidade aos valores que consagram a família como instituição basilar, com o intuito de preparar os homens para as tarefas da nação.

[...] A mocidade tem sido orientada por caminhos assentes em exemplos da mais baixa moral, que cada vez mais se aviltam. Urge compreendê-la, orientá-la e protegê-la, objetivando a formação da família, sólida, indivisível, apoiada em alicerces morais e espirituais, com o culto, sobretudo, das tradições construtivas de fundo religioso. [...] o futuro de um País depende, e também o da Humanidade, de cada família em particular, de cada rebento que será, amanhã, o homem completo que a Pátria exige, diante de tarefas cada vez mais complexas e gigantescas <sup>26</sup>.

Assim, com a ordem (segurança) se chegaria ao progresso (desenvolvimento). Papel que se reserva à disciplina e à prática educativa da Educação Moral e Cívica, destinada a suprir *valores básicos, religiosos, espirituais e morais* muitas vezes *propositadamente esquecidos ou negados* por pais e mestres, como arremata o coronel Diniz Almeida do Valle.

A doutrina básica da ESG, em busca de referenciais, enfoca seus objetivos a partir de dicotomias: manutenção de valores em busca de ordem e equilíbrio e renovação de valores engendrados no conceito de engrandecimento. Tal dicotomia fundamenta a formulação dos objetivos nacionais os quais apresentam um caráter de persistência, sujeitos, no entanto, a alterações em face de novas conjunturas. Assim é que a elite tecnocrática procura despertar, no povo, interesses e aspirações dependendo dos interesses nacionais. Estas são circunstâncias de diligência da educação. Frente ao descompasso de objetivos é necessário enredar a comunidade, segundo contexto e circunstância, com fios comuns, por compromisso ou no “diálogo” entre dominantes e dominados, para que testemunhem aquela sociedade e comunguem com as regras de conveniência daquele sistema político.

Como em todas as instâncias sociais, a educação também responde aos pressupostos do binômio segurança e desenvolvimento. Armada para reverberar e resguardar os interesses da política nacional, a EMC engatilha munição para nutrir virtudes reinterpretadas no contexto escolar, garantindo a ordem no fronte. É, portanto, respondendo aos referidos pressupostos, que a educação é convocada a respaldar a

---

<sup>26</sup>VALLE, Diniz Almeida do. **Guia de Civismo**. Brasília: MEC, 1971. p.34.

ordem política. Momento em que avulta a relação negativa entre taxa de analfabetismo e o programa de desenvolvimento, levando o governo a adotar medidas de educação de massa como foi o intento do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela lei 5379 de 15 de dezembro de 1967. Todavia a campanha só deslança em 1970. Atrelando ascensão social e econômica com nível de escolaridade, a proposta velava o exame dos desacordos e incoerências sociais peculiares do sistema capitalista. De acordo com Luiz Antonio Cunha<sup>27</sup>, em **O Golpe na Educação**, *para o governo e seus argumentadores, então, a distribuição da renda mais igualitária viria, automaticamente, como produto de ampla distribuição de oportunidades educacionais para todos*. O Mobral surge, portanto, como suporte de um governo autoritário visando *criar pela via doce da alfabetização, uma base política de novos eleitores*<sup>28</sup>.

Procedimentos reconhecidamente eficazes e difundidos no início dos anos 1960 serviram de base para o novo movimento de alfabetização (MOBRAL), porém, sem a carga de criticidade e o sentido problematizador que caracterizaram aqueles movimentos de cultura e de educação popular. Vanilda Pereira Paiva, na obra **Educação Popular e Educação de Adultos**, mostra que as questões filosóficas versadas na primeira fase do movimento, em que se nota a ascendência de conceitos pedagógicos gerados no pré-1964, são *reelaboradas e integradas em novo contexto*. Admitiam-se certos propósitos conscientizadores do movimento, considerando, porém, que *os movimentos anteriores a 1964 teriam distorcido os propósitos de conscientização oferecendo perigo à formação cristã e democrática do povo, através de uma politização mal orientada*.

Por isso, o movimento fazia restrições ao método Paulo Freire – que deixaria de lado alguns fonemas importantes não encontrados nos vocábulos de idéias-forças escolhidas, bem como a reutilização de todos os fonemas através de textos – e dispunha-se a elaborar novo material didático e aplicar novos métodos numa tarefa de canalização “dos legítimos anseios de promoção social para rumos capazes de assegurar a sua satisfação plena e tão imediata quanto possível, na atual conjuntura sócio-econômica do Brasil”<sup>29</sup>.

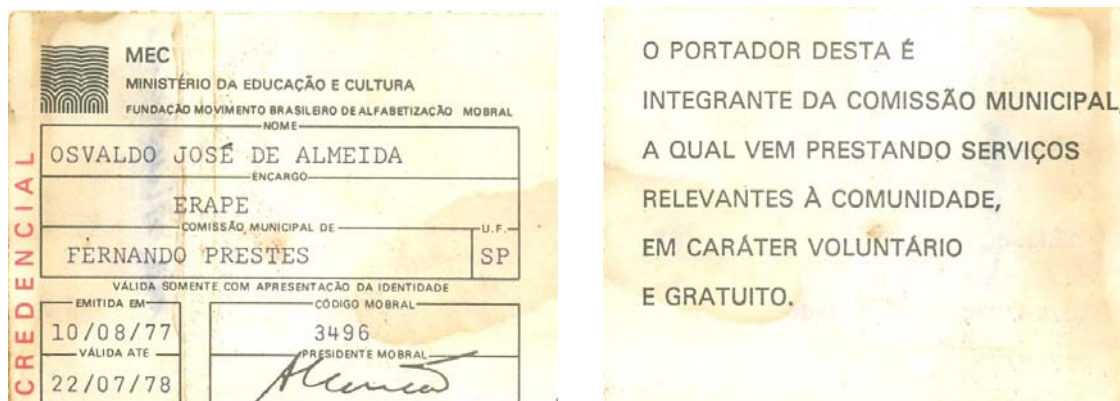
Uma das características do Mobral foi o incitamento ao envolvimento das comunidades calcado na ação comunitária voluntariada, com a descentralização de ações e levantamento de recursos.

<sup>27</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 11. ed., 1999. p.55.

<sup>28</sup> CUNHA, Luiz Antonio. Op. Cit.p.58.

<sup>29</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. *O Período Pós-1964: uma nova fase na educação dos adultos*, in **Educação popular e educação de adultos** . p.295.

As comissões municipais do MOBREAL eram formadas a partir de apelos voluntário e patriótico. O MEC (Ministério de Educação e Cultura) emitia credenciais aos integrantes das comissões municipais ressaltando os serviços prestados, em caráter voluntário, como mostra uma carteirinha da Comissão Municipal da cidade de Fernando Prestes-SP.



De acordo com o livro **Cidade de Fernando Prestes – Resgate de sua memória**<sup>30</sup>, a comissão municipal era composta pelo presidente, secretário executivo, tesoureiro, supervisor e um representante da área de propaganda e divulgação. A essa comissão municipal caberia a responsabilidade *de fazer o Movimento tomar impulso e incentivar professores a lutar em prol da diminuição de analfabetos [...]*.

Luiz A. Cunha<sup>31</sup>, na obra **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**, expõe que a alfabetização, além de *ser entendida como contribuinte do desenvolvimento do país* era encarada como meio de obtenção de maior lucro para os empresários, uma vez que ela era apresentada *como indutora do aumento da produtividade*. O Mobral se caracteriza, de acordo com Bárbara Freitag<sup>32</sup>, *por refletir a ideologia da educação como investimento combinada à ideologização ao nível político de “moral e cívica”*. A autora apresenta a fórmula que aparece em um manual do professor: “Alfabetização + educação continuada = (melhor nível de vida, melhores salários, maior produtividade) = promoção do desenvolvimento do país”. Determinações de fórmulas que prescrevem a educação e a alfabetização como incremento do progresso vem de longe. Convicção, na visão de Luiz Antonio Cunha, aos poucos sistematizada em propostas organizadas pelo

<sup>30</sup> SEGURA, Antonio Osmar Brentã e colabs. **Cidade de Fernando Prestes – Resgate de sua memória**. Fernando Prestes: Prefeitura Municipal. p.112.

<sup>31</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora. 1986. p.272

<sup>32</sup> FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980. p.92.

estado e confluindo para o *apelo de grandeza* extraído da doutrina do binômio segurança-desenvolvimento, da ESG.

De acordo com tal doutrina não se pode pensar em segurança nacional sem atrelá-la ao conceito de desenvolvimento. É o que se observa no manual didático **Guia de Civismo**, de Diniz Almeida do Valle.

Tal desenvolvimento deve ser harmônico a fim de manter a tranqüilidade, a paz e a felicidade do povo, eliminando desequilíbrios de um progresso desordenado e fermentações internas de ordem político-social. De fato, a solução dos problemas basilares de um país, com a sua integração na dinâmica da moderna ordem tecnológica, propiciando aos cidadãos o aproveitamento dos benefícios da ciência, gera uma situação apropriada à produtividade e ao bem-estar geral. Assim se verifica, em verdade, que Segurança e Desenvolvimento caminham juntos, e o que se faz a favor de um reverte no outro, numa relação de mútua causalidade. Todavia, é preciso não esquecer que, em última análise, só podem ser realizados em plenitude, objetivando a obtenção do verdadeiro bem-estar social, quando o homem trabalha orientado por Deus<sup>33</sup>.

Esse discurso expressa seu objetivo de controle social que requer um fim para a educação. Razão pela qual os propósitos expressos ou implícitos da EMC derivam da ordem ética e ideológica trazendo a marca político-estratégica do poder vigente, visando a consolidação de uma ordem política. Esse foi o propósito de todos os programas educacionais como Mobral, EMC, Projeto Minerva, entre outros. Programas que obstinavam a imputar à educação um papel preponderante na estratégia de desenvolvimento do país e na melhoria das condições de vida dos alunos. Dentre as políticas setoriais, a política educacional, nos mostra Claus Offe<sup>34</sup>, é o exemplo mais evidente *de como o Estado procura produzir uma aparência de igualdade de oportunidades e certa neutralidade em relação às classes no que concerne às suas próprias funções*, quando na verdade a ascensão social e as oportunidades individuais *estão ligadas ao movimento de uma economia regulada pelo lucro*. Arremata dizendo que uma política educacional expansiva propõe soluções *em termos individuais, ou seja*, a aplicação e o esforço individuais é que conta no processo de transformação social.

Sob tal enfoque, o desenvolvimento surge como resultado da ação do trabalho do homem, como demanda que afeta as estruturas, “permitindo-o” construir e desfrutar os bens culturais. Para isso a interpelação direta “você também é responsável” atendia ideologias partidárias. Lançada em 1970, a música **Você Também é responsável**, de

<sup>33</sup> VALLE, Diniz Almeida do, **Guia de Civismo**. p.115

<sup>34</sup> OFFE, Claus. Revista Educação & Sociedade, nº. 35, abril/1990. p.9-59



Dom e Ravel, que se tornaria, por sugestão de Jarbas Passarinho, o hino do Mobral, explora o tema da importância da educação escolar dentro da lógica do discurso de Brasil grande. Além do apelo à participação voluntária e patriótica para a alfabetização, endossa o “ler e contar” como a saída para os problemas brasileiros, a solução para melhoria de vida e a garantia de participação das benesses de um lugar ao sol. Transcrevemos a seguir a letra:

Eu venho de campos, subúrbios e vilas,  
 Sonhando e cantando, chorando nas filas,  
 Seguindo a corrente sem participar,  
 Me falta a semente do ler e contar

Eu sou brasileiro anseio um lugar,  
 Suplico que parem, pra ouvir meu cantar

Você também é responsável,  
 Então me ensine a escrever,  
 Eu tenho a minha mão domável,  
 Eu sinto a sede do saber

Eu venho de campos, tão ricos tão lindos,  
 Cantando e chamando, são todos bem vindos  
 A nação merece maior dimensão,  
 Marchemos pra luta, de lápis na mão

Eu sou brasileiro, anseio um lugar,  
 Suplico que parem, pra ouvir meu cantar

Em 1971, as palavras de Jarbas Passarinho no prefácio do livro didático **Guia de Civismo** de Diniz Almeida do Valle, parece que ratificam a pregação de Dom e Ravel, ao dar relevo à capacidade do *nosso Povo, providencialmente dotado de inatas aptidões à altura dos destinos do Brasil Grande*. Destino que colocaria o Brasil *ao nível das potências mundiais de primeira grandeza*. Para alavancar esta realidade já se aproximando em ritmo acelerado bastava a receita de desenvolvimento da ESG.

Se a Segurança Nacional é imprescindível para a consecução dos Objetivos desejados, é através do Desenvolvimento que as tensões e angústias serão reduzidas pelo atingimento pleno dos anseios de qualquer sociedade. Em ambiente de insegurança, as ações voltadas para o Desenvolvimento poderão perder intensidade pela pulverização e desgastes dos meios do Poder Nacional, reorientados para a redução de antagonismos<sup>35</sup>.

Para a ESG, desenvolvimento significava o fortalecimento do poder nacional através do progresso econômico, social e político. Faz-se, portanto, o desenvolvimento nos limites da segurança.

*Desenvolvimento com vistas à Segurança.* Concretiza-se a imagem da prudência. Assim como Janus, deus romano que traz em sua aparência bifronte uma face voltada para o passado e outra para o futuro, a ESG personifica, com o binômio segurança e desenvolvimento, o ser e o dever ser. A face de Janus voltada para o passado perscruta as tradições e os valores sedimentados e seguros enquanto que a face voltada para o futuro vislumbra as possibilidades e as potencialidades. Tal doutrina política, como instrumento do estado, deve se preocupar com a *eficiência e com os valores*.

Tendo em vista a eficiência, os preceitos da Doutrina de Ação Política devem procurar a otimização da ação, a fim de que haja maior probabilidade de êxito (Desenvolvimento) com menor probabilidade de risco (Segurança)<sup>36</sup>.

Como Janus, entre *certeza e probabilidade*, a doutrina proposta pela ESG, *atenta à realidade*, busca o *ser e o dever ser* que envolvem um julgamento de valores uma vez que busca o *aperfeiçoamento da sociedade: é normativa*<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> BRASIL. **Doutrina Básica.** p. 271.

<sup>36</sup> BRASIL. **Doutrina Básica.** p.18

<sup>37</sup> BRASIL. Op. Cit p.17

## **CAPÍTULO II – OS VALORES MORAIS, ÉTICOS E SOCIAIS NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE MORAL E CIVISMO**

O presente capítulo subdivide-se em duas partes. A primeira trata dos manuais e suas estratégias, momento em que tentamos captar as manobras através das quais o manual didático de moral e civismo, numa proposta de restauração de valores, concorre para a operação solidária do organismo social. Ou seja, concorre para a atividade cadenciada e harmônica da sociedade, favorável ao regime militar. Consideramos, ainda, como estratégia, certos expedientes utilizados pelos autores e editores, em prefácios e em introduções dos manuais, com a pretensão de lograr prestígio.

Na segunda parte analisamos os livros didáticos de EMC e de OSPB, sob o viés dos valores morais, éticos e sociais no contexto das lições, o que nos possibilitou compreender como tais valores cumpriram suas funções. Norteados pelo conceito de nação, proposto pela ideologia de segurança nacional, o exame dos textos buscou detectar a concepção de mundo aí veiculada que justificou as estratégias do estado militar, quanto ao planejamento político e social.

### **1. OS MANUAIS DIDÁTICOS DE MORAL E CIVISMO E SUAS ESTRATÉGIAS**

A leitura dos manuais didáticos nos permitiu o exercício de reconhecimento de singularidades que marcaram sua estrutura antes mesmo de nos debruçarmos sobre os valores morais, éticos, sociais e cívicos ali representados. Sem ser conclusivo, os textos dos manuais aparentavam-se como pretextos para formar posturas conformistas de acordo com a necessidade do regime, além de se apresentarem com supostos mecanismos de sedução através dos prestigiosos agradecimentos, dedicatórias e prefácios de encomenda.

Para o início de nossa análise, tentaremos apontar nos manuais o reflexo direto da filosofia do programa de governo do regime militar, além de seus recorrentes apelos em busca de consentimento.

Já propunha Golbery do Couto e Silva, em 1959, para garantir a integração nacional, *diante da subversão de todos os valores sociais, tanto políticos como éticos, uma clarificação e ordenação das idéias básicas, em busca de diretrizes seguras para a ação.*

E não menos indispensável é dispor-se de um tal quadro de noções fundamentais para que se possam efetivamente assimilar os resultados de estudos alheios, integrando-os numa só doutrina coerente e racional, doutrina que, para ser útil, deve estar bem assentada nas realidades nacionais, orientar-se pelas aspirações e interesses reais da nacionalidade [...] <sup>1</sup>

Dessa forma, a doutrina de segurança nacional viria como instância que integraria a diversidade. O poder nacional apresenta-se, então, como *o conjunto de meios de ações* através do qual *o Estado pode dispor para impor sua vontade*. O poder, diz Comblin<sup>2</sup>, *reúne recursos naturais, trabalho, ciência, técnica, capital, exército, polícia, sujeição, controle, censura, lei, costumes, autoridade*, para compor sua capacidade de ação, supondo poder articular tais elementos *num projeto e num processo de ação global*.

Segundo o programa da “Revolução de 1964”, descrito por Rubens Ribeiro dos Santos, oficial do Exército, em seu **Compêndio de Educação moral e Cívica**, de 1973, o governo prosseguia na *verdadeira obra de Integração Nacional*:

- Aprimorar a prática dos princípios democráticos consagrados na Constituição Brasileira, sobretudo as referentes à dignidade da pessoa humana no bom sentimento do humano – aos direitos e deveres e liberdade do homem brasileiro - mas não do pseudobrasileiro, isto é, daquele que está a serviço de outra Pátria – à conceituação da família, à individualização da Pátria e à convicção de que o Estado existe para o Homem e não o Homem para o Estado;
- Estimular os valores positivos de sustentação da nacionalidade e da Soberania, dando ênfase ao moral, ao civismo e ao espírito religioso;
- Opor-se às doutrinas e às ideologias que contrariam a alma, a consciência e a tradição brasileira;
- Garantir a oportunidade de melhora crescente e acelerada dos padrões econômicos do homem brasileiro;
- Dar à Nação, com o máximo empenho, toda a segurança e a liberdade indispensáveis ao desenvolvimento acelerado, que propicie o bem-estar e a tranqüilidade compatíveis e exigidos por nossa grandeza. <sup>3</sup>

<sup>1</sup> SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. p.145.

<sup>2</sup> COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. p.58.

<sup>3</sup> SANTOS, Rubens Ribeiro dos. **Compêndio de Educação Moral e Cívica**. p. 46.

Os manuais de moral e civismo, refletindo a filosofia do programa, empenham-se em reproduzir exemplarmente os conceitos estatuídos pelos organismos sociais. Todavia o conjunto de valores basilares pregado na consecução do projeto de ação global não se consubstancia apenas como nomeação coercitiva, subordina-se, isto sim, a uma educação sinalizada por motivações panfletário-publicitárias, não só por vias da escolaridade como por ações de massa, como nutriente de preceitos para uma adequada vida comunitária. Ainda de acordo com o manual de Rubens Ribeiro dos Santos, para que tal estado de coisa se processe “espontaneamente” é imperativo *que todos, sem exceção de ninguém, sejam dotados de caráter moral*, orientados por hábitos que conduzam à felicidade e à paz social. Felicidade e paz social que só se realizariam sob condições que claramente redundavam na ordem conveniente aos objetivos da “revolução”. Assim o manual elenca as principais condições para o bem estar social:

- plena satisfação de cada um com a sua liberdade limitada pela liberdade dos outros;
- integridade de todos no exercício dos deveres e direitos;
- ausência de sonegadores da contribuição para as obras do bem-comum;
- obediência voluntária, de cada um e todos, às normas da ordem e aos métodos da comunidade, etc.<sup>4</sup>.

A atividade ritmada da sociedade, diz o referido compêndio de moral e civismo, é um processo resultante *das manifestações harmônicas dos homens em cada um dos elementos constitutivos do caráter moral*, nas intervenções *conjugadas da vida social*.

- Na vontade – racionalizada para afastar as influências dos instintos;
- Na ordem - como elemento necessário à harmonia nas atividades;
- No trabalho – orientado na cooperação sob o princípio da economia de forças;
- Na economia – para maior rendimento de tudo;
- Na moderação – adotada para normalizar as ações objetivas;
- Na higiene – adotada para dar boas condições ao meio físico-psíquico;
- Na justiça – compreendida como o meio de estabelecer o respeito na cooperação;
- Na modéstia – praticada como elemento da harmonia;
- Na discrição – usada como equilíbrio das relações individuais;
- Na verdade – para fortalecer a confiança;
- Na responsabilidade – indispensável para o incremento das empresas;
- Na solidariedade – necessária ao fortalecimento do estímulo.<sup>5</sup>

Manifestações harmônicas que se revelam eficazes ao Estado intervencionista do regime militar.

<sup>4</sup> SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Op. Cit. p.47.

<sup>5</sup> SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Op. Cit. p.49.

Entrando em função para operar deslocamento de normas entre o jovem e a nova disciplina, o livro didático afiança a doutrina de segurança nacional que justifica a atuação do governo no âmbito cultural e educacional numa política de unificação de consciências. Sob tal compreensão do processo social, a atividade cadenciada da sociedade subordina-se à participação de cada um cujo sentido moral deve vincular todos aos interesses do grupo. Interesses reconhecidos e admitidos como de segurança nacional respaldados por uma doutrina em que o estado procura identificar-se com a nação.

É nesta proposta de restauração que os valores morais e espirituais, eivados pelo patrimônio das virtudes do caráter nacional, da civilização ocidental cristã, de liberdade e justiça, concorrem para a operação solidária do órgão social através das artérias da Educação Moral e Cívica.

Respondendo, pois, como instrumento, a disciplina de EMC exalta o instinto moral do homem e celebra a nação como conceitos gestados na concepção de família amplificada. A essa família-nação o homem deve amor, respeito, lealdade e a vida.

Com tal sentido é que as lições incitavam devotamento à pátria e à família, como observamos no capítulo *As virtudes*, no manual de João Camillo de Oliveira Torres, **Educação Moral e Cívica**.

Há muitas virtudes anexas à justiça [...]. Uma, os antigos chamavam 'piedade'. É o dever de justiça para com os pais, para com os mestres e para com a Pátria. Aqueles de quem proveio nosso ser, aqueles de quem veio a nossa educação, e a Pátria em que vivemos, nascemos e cuja glória é nossa, exigem de nós, por dever de justiça, uma paga de amor, gratidão, veneração, assim como de retribuição em serviços, na medida de nossas possibilidades [...]<sup>6</sup>.

No mesmo manual, podemos ainda observar como as lições, com enunciados edificantes e com conotações religiosas, propunham paradigmas de obediência através da resignação, pregando atitudes morais que ensinavam a *enfrentar com galhardia as dificuldades da vida, a sofrer com coragem, a resignar-se em face do inelutável*.

Podemos dizer que a Força tem como virtudes anexas a Paciência, a Persistência e a Magnanimidade. Quer dizer: devemos sofrer as dificuldades da vida com calma e serenidade, sabendo suportar as dores como contingências naturais [...]<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. **Educação moral e Cívica**. p.51.

<sup>7</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. **Op.cit.** p.53.

Na equação das ideologias, os manuais de moral e civismo carregam registros e modulações de uma doutrina que polariza e sistematiza um discurso institucionalizado, pastoral. Sob tal camada discursiva funda-se a fala reacionária da rejeição à contestação, útil à conservação do estado autoritário. Entre os elementos formativos de conduta, segundo Weber<sup>8</sup>, estão os *ideais éticos do dever* decorrentes de *forças mágicas e religiosas*. Plínio Salgado em seu **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**, ao tratar das diversas ordens de deveres, expõe:

[...] o dever moral e espiritual deve levar o homem a trabalhar, pela palavra e pelo exemplo até mesmo pelo sacrifício, a fim de que o Homem, a Família, o Próximo, a Sociedade, a Nação, a Comunidade Internacional sejam vivificados pelas forças do espírito e se realizem plenamente segundo suas faculdades e fins para que foram criados<sup>9</sup>.

A peculiaridade desse patriotismo afigura-se às aspirações de um cidadão útil e grato a Deus e à proteção do Estado. O sistema como tal propõe-se como arranjo inalterável que se deve obedecer com altivez e a irracionalidade do dever cumprido.

Tal arranjo, articulado pelas forças armadas sob a Ideologia da Segurança Nacional, deveria soar como bem comum. Toma-se então a educação como aliada e instrumento. Momento propício em que a nova disciplina viria homogeneizar e restaurar conceitos morais e cívicos em favor de uma Nação supostamente postulada de interesses comuns. De acordo com Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar<sup>10</sup>, na obra *Proletarização e Sindicalismo de Professores na Ditadura Militar (1964-1985)*, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar. Baseada em conceitos revistos e manipulados, a escola caminha agora sob a tutela de um Estado centralizador.

O Estado estabelecido em 1964 buscou o controle do sistema educacional por meios de processos que propalasses ideais harmônicos aos interesses capitalistas. Assim, observa Luiz Antonio Cunha, a USAID (United States Agency for International Development) tomou como tarefa a reordenação da educação nacional, sigilosamente nas gestões de Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra -

<sup>8</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. p.11.

<sup>9</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. p.20.

<sup>10</sup> FERREIRA Jr. Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e Sindicalismo de professores na ditadura militar**. p.15.

ministros de Educação. A interferência norte-americana na educação, continua Cunha, camuflada de “assistência técnica”, já vinha de longe, mas foi sob o comando de Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou proporções aviltantes.

Os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional.<sup>11</sup>

Cunha destaca, entre outros, o Acordo MEC-SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros)-USAID de seis de janeiro de 1967, acordo de cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais.

(por esse acordo, seriam colocados, no prazo de três anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas; ao MEC e ao SNEL caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros, vale dizer, norte-americanos)<sup>12</sup>.

É, pois, com estas circunstâncias instituídas que os livros de educação moral e cívica se compõem concorde o modelo oficial como revela a *Advertência* do manual didático **Guia de Civismo**, de 1971, de Diniz Almeida do Valle.

O presente GUIA classificado em 1º lugar, juntamente com outro trabalho de autoria do Prof. Paulo Silva de Araújo, em um concurso realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1968, para a escolha de um Guia de Civismo destinado ao ensino médio, orientou-se pelas Idéias Básicas das Instruções Reguladoras, elaboradas pela Comissão Organizadora, assim constituída: General div. Moacir Araújo Lopes, Professores José Camarinha do Nascimento, Ruy Vieira da Cunha, Walter Ramos Poyares, Cmt. Lywal Sales e Professor Jorge Boaventura de Souza e Silva. Essas Instruções foram aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura, Tarso Dutra, e publicadas no Diário Oficial da União de 8 de abril de 1968. O julgamento do Concurso, expresso por unanimidade, foi realizado pela Comissão composta do Gen. Div. Moacir Araújo Lopes e dos Professores Jurandyr Lodi, Eloywaldo Chagas de Oliveira e Arthur Machado Papério.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.p.32

<sup>12</sup> CUNHA, Luiz Antonio. op. cit.p.33

<sup>13</sup> DO VALLE, Diniz Almeida. **Guia de Civismo**..p.VII



É curioso observar que o mesmo General Moacir Araújo Lopes, membro da Comissão das Instruções Reguladoras, é membro da Comissão de julgamento do Concurso. Clara parcialidade e direcionamento - aparato para garantir a responsabilidade de execução do MEC para que nada escapasse aos ditames dos técnicos da USAID, configurando as razões ideológicas ao prumo do que seria propagado na escola.

A preocupação de fidelidade, quanto à seleção de um conteúdo que contemplasse disposições legais e uma tradução atraente para o público alvo e que ao mesmo tempo respondesse aos anseios do Brasil Grande, vem na fala de Jarbas Passarinho, prefaciando o referido **Guia de Civismo**.

A delonga ensejou a cuidadosa atualização dos textos, postos rigorosamente em dia, em face das mais recentes disposições legais, inclusive as da Emenda Constitucional nº1 e as da nova Lei dos Símbolos Nacionais, que recebeu o número 5.700 e a data de 1º de setembro do corrente ano.

Nesta oportunidade não nos seria lícito omitir o aplauso que estão a merecer quantos entusiasmadamente se dedicam à formação de crianças e adolescentes, desenvolvendo-lhes, desde cedo, nas almas em floração, o culto à Pátria, que, no caso brasileiro, encontra, na História e no ambiente, nos céus, na terra e no subsolo, toda uma inexaurível fonte de salutareos incentivos, a atingirem as dimensões e a força de autêntico desafio, que se diria formulado na medida da capacidade do nosso Povo, providencialmente dotado de inatas aptidões à altura dos destinos do Brasil Grande, de cuja realidade nos vamos aproximando em ritmo acelerado, para colocarmo-nos definitivamente ao nível das potências mundiais de primeira grandeza.<sup>14</sup>

A rede que garantia o desenvolvimento e a intensificação das atividades da EMC estendia-se às editoras e autores. O decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, que dispunha sobre a inclusão da nova disciplina, cria também a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Dentre as várias atribuições, caberia a esta comissão colaborar com o Conselho Federal de Educação quanto à elaboração de currículos e programas para a disciplina e dar assessoria ao ministro de estado quanto à aprovação dos livros didáticos, *sob o ponto de vista da moral e do civismo*. O parecer emitido pela CNMC sobre os livros didáticos de EMC era posteriormente homologado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, como mostram as certidões de homologação que trazemos anexas neste trabalho.

Embora a disciplina tenha persistido até 1993 a CNMC já havia sido extinta desde 1986, exatamente no final do ciclo militar. Os livros publicados durante a

---

<sup>14</sup> PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *Prefácio In Guia de Civismo*.

vigência da CNMC sofreram um rígido controle. Engessados, tais livros respondiam à convocação para servir aos propósitos da EMC. Todavia, Juliana Miranda Filgueiras<sup>15</sup>, em *Dois livros didáticos de educação moral e cívica diferentes: mecanismos de apropriação das prescrições oficiais*, demonstra que Leny Werneck Dorneles em **Pátria e Cidadania: EMC** (1971) e Heloisa Dupas Penteado em **O homem, os lugares, os tempos. Educação Moral e Cívica** (1984) encontraram, dentro de certos limites, *mecanismos para modificar as prescrições oficiais*.

Alguns autores traziam patentes militares, o que de certa forma os vinculava mais diretamente à doutrina da ESG. Outros eram arregimentados de setores como educação, religião, sem contar os profissionais de editoras especializadas em produções didáticas. Juliana M. Filgueiras, no trabalho citado, ressalta que os autores de livros didáticos de EMC dividiam-se em *educadores, religiosos, membros do exército e autores profissionais*. Parece-nos que para semelhante atividade bastava a certidão que os filiasse àquela confraria.

João Camilo de Oliveira Torres, do Conselho Estadual de Educação – Minas Gerais, em seu livro **Educação Moral e Cívica**, editado já em 1967, talvez atendendo ao decreto 58.023, de 23 de março de 1966 que estimulava a educação cívica em todo país, além de anunciá-lo *de acordo com o programa oficial*, atesta, em seu prefácio, a encomenda, respondendo à confiança que os detentores do poder depositavam na chamada intelectualidade.

#### PREFÁCIO

Pediu-me Edilson de Almeida Júpiter um compêndio de *Educação Moral e Cívica*, para a editora que está começando. Aceitei o convite com alegria. Acreditando na base ética da política, achando, como sempre achei, que não podemos fundar sociedades sólidas sem princípios sólidos, sempre considere necessário que houvesse educação moral nas escolas e que se cuidasse mais de formar bons cidadãos. Com muitos maus exemplos da vida de todos os dias, com os escândalos do jornalismo moderno, com o mau vezo brasileiro de depreciar as coisas nacionais, o jovem brasileiro é, sempre, um descrente e por isto se torna campo aberto a todas as formas de influências negativas. Ora, a Educação Moral e Cívica poderá ser um começo de reação contra o verdadeiro nihilismo ético da formação brasileira [...] <sup>16</sup>.

Intelectualidade, todavia, claramente comprometida com o conceito geopolítico como suporte para a bipolaridade e para a adesão da nação contra o comunismo, como

<sup>15</sup> FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *Dois livros didáticos de educação moral e cívica diferentes: mecanismos de apropriação das prescrições oficiais*. Disponível em <http://www.alb.com.br/anais/16/sem07pdf/sm07ss13-05pdf>.

<sup>16</sup> OLIVEIRA TORRES, J. Camilo de. **Educação Moral e Cívica**. Prefácio.

se observa na introdução do manual de Rubens Ribeiro dos Santos, **Educação Moral, Cívica e Política**.

### INTRODUÇÃO

Diz a Constituição Federal que “Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar ou a outros encargos necessários à Segurança Nacional nos termos e sob as penas da Lei”.

Mas, o moderno “conceito de Segurança Nacional, muito mais explicitamente que o de Defesa Nacional, toma em linha de conta a agressão interna e corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilhas, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa”.

Assim, para que os brasileiros compreendam a sua honrosa obrigação Constitucional para tornar-se ativo e espontâneo colaborador nos encargos da Segurança Nacional impõe-se-lhe, não há negar, uma completa e urgente Educação Cívica, Moral e Política. [...].

O Autor<sup>17</sup>

Acreditando, ou não, enlevados os autores e editores imputam um sentido sublime e honroso ao ofício que se dedicam. Parece ser com tal propósito que Antonio Augusto de Mello Cançado faz a apresentação de **Educação Moral e Cívica**, de João Camillo de Oliveira Torres.

### APRESENTAÇÃO

[...] Com efeito, é difícil encontrar um breve roteiro tão luminoso e um claro mapa tão indicativo quanto este que o consagrado historiador e sociólogo coloca nas mãos de mestres e alunos dos cursos médios das escolas brasileiras para teoria e prática do ofício de ser homem e de ser cidadão, e, pois, de cultivar a personalidade e a comunidade[...]

Como soube João Camillo de Oliveira Torres desdobrar, em tão poucas linhas, tão vasta rede de vinculações, que, longe de algemas, são asas para o vôo rumo à Ilha Desejada da virtude, força que nos faz redescobrir a nós próprios e ao próximo, para o amor da terra e do céu.

Antonio Augusto de Mello Cançado<sup>18</sup>.

Ou ainda, oficiando a favor de agentes da dominação, dedicam-se a atender a mistificação que revigora tais agentes para a prática da exploração. É o que constatamos no recado dos autores do livro **Moral e Civismo**, de 1979.

Queridos alunos:

<sup>17</sup> SANTOS, Rubens R. **Educação Moral, Cívica e Política**. p.3.

<sup>18</sup> OLIVEIRA TORRES, João Camillo. **Educação Moral e Cívica**. Apresentação.

As páginas deste livro são dedicadas ao desenvolvimento de sua formação moral e cívica. Elas registram os mais significativos fatos de nossa História, que servem de exemplo e orientação à nossa vida como cidadãos. Incluem, também, a explicação de ideais sadios, que não são destruídos pelo tempo. Esses ideais constituem a melhor herança que recebemos, pois nos animam à prática do bem, de acordo com as melhores virtudes morais e cívicas.

Procure tirar proveito de todas as lições para a sua felicidade, e para aumentar sua participação no desenvolvimento de nossa Pátria.

Hoje, quando vemos o Brasil elevar-se em pujança e em equilíbrio econômico, o principal fator responsável pela continuidade desse progresso é a qualificação de cada um de nós.

A você, que estuda e se prepara para melhor ajudar o Brasil a progredir cada vez mais, dedicamos este livro, na certeza de que você o terá sempre como seu grande amigo.

Os Autores<sup>19</sup>.

Embora não fosse praxe, membros da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) abrilhantavam prefácios exortando o leitor com uma palavra formular e exemplar, o bastante para dar fé, como ocorre no manual **Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política**, de Nelson Barbosa, de 1971.

Uma palavra ao jovem estudante:

Sonhas com o teu futuro e na aspiração nobre da tua idade queres ser Alguém que realize plenamente sua missão. Para alcançares teu ideal, necessitas formar com perfeição teu caráter. Precisas de convicções profundas, que te mostrem como te relacionas com Deus e com o próximo. Não podes esquecer tua família, a que tanto deves, nem a Pátria que te serviu de berço. De outro modo não conseguirás ser feliz: só há felicidade para os bons.

As páginas deste livro podem oferecer-te preciosa ajuda para tanto. Acostuma-te a folheá-las com carinho.

E que Deus te abençoe.

Prof. Pe. Francisco Leme Lopes, S.J.<sup>20</sup>

A intervenção do Dirigente do Setor de Currículos e Programas Básicos da CNMC, além da autoridade plena – professor e padre – que o habilita na formação de caráter e alma, traz a aspensão das bênçãos de Deus pelo **manuscrito** de Padre Francisco (ver anexo).

A *palavra* que Padre Francisco destina ao jovem estudante evoca e apóia um discurso revelador da mentalidade da doutrina integralista aproximando-se dos versos:

Eia, avante brasileiro,  
mocidade varonil!  
Sob as bênçãos do Cruzeiro

<sup>19</sup> BRAZ, Maria. **Moral e Civismo – Livro IV**.

<sup>20</sup> BARBOSA, Nelson. **Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política**.

Viverás pelo Brasil<sup>21</sup>.

De acordo com Luiz Antonio Cunha<sup>22</sup>, *o ensino da moral e do civismo teria por lema Deus, Pátria e Família, como a doutrina do integralismo, o fascismo brasileiro explícito dos anos 30.*

Autores e editores, arautos de um discurso encomendado, pregam um determinado ordenamento do mundo que satisfaz aos propósitos dos agenciadores daquele estado de coisas. Todavia, não se julgam concelebrando no mesmo ritual dos doutrinadores, pois aviam suas receitas com a pretensão não só de oferecer, a professores e estudantes, altos valores da moral e do civismo, como também de *resolver seus problemas de ensino e estudo*. O fato vem comprovado no prefácio do livro **Educação Moral e Cívica**, de João Camillo de Oliveira Torres.

[...] Na elaboração deste manual, que se destina aos cursos médios, evitei a explanação literal do programa: preferi o critério de exposição adensada, que permitirá ao professor o desdobramento livre em aula, de acordo com as circunstâncias, procurando, acima de tudo, “despertar o sentido patriótico e a consciência humanística”.

Dividi este caderno em duas partes; na primeira, estabeleci as bases morais, na segunda, os elementos de formação do cidadão.

Ao fim de cada lição, acrescentei uma leitura complementar, uma espécie de antologia doutrinária.

Espero que ajude professores e alunos a resolver problemas de ensino e estudo.

J. C. O. T.<sup>23</sup>.

A se levar em conta o prefácio de padre Ormino Viveiros de Castro, para o livro **Subsídios para as aulas e Fundamentos de Educação Moral e Cívica**, de Tereza Pacheco Rodrigues Velho, de 1971, as lições da nova disciplina, aparentemente sob um ponto de vista funcionalista, não deixam espaços para os conflitos, transformados em belas e comoventes antologias.

A Professora Tereza Pacheco Rodrigues Velho, sem alarde nem jactância, trouxe uma colaboração valiosa para orientar essa educação informal de nossos ginasianos. Sua experiência de mãe, de professora e de orientadora a prendaram com essa capacidade de aproveitar tudo: a terra, o índio, o livro, o trabalho, o café da manhã, os sentimentos de um pai, as figuras do folclore, numa bela e comovente antologia de moral e de civismo. Auxiliado por ela, o professor estará capacitado para transformar uma disciplina aparentemente

<sup>21</sup> Hino do Integralismo (1932), de Plínio Salgado, **In Oswaldo um Católico Integralista**, de João Virgílio Tagliavini.

<sup>22</sup> CUNHA, Luiz A. **O golpe na Educação**. p.77.

<sup>23</sup> OLIVEIRA TORRES, J. C. **op. cit.** Prefácio.

árida e insossa numa fonte de criatividade e interesse e nossos adolescentes poderão crescer respirando dia a dia esse ar sadio dos sentimentos nobres e das causas dignas que constituem a esperança da geração de amanhã<sup>24</sup>.

Presumidamente reivindicando aprovação e reconhecimento, o manual **Educação Moral, Cívica e Política**, de Rubens Ribeiro dos Santos, traz, em suas páginas iniciais, três agradecimentos de peso relacionados às ofertas de exemplares para autoridades do alto escalão.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
General Emílio Garrastazu Médice

O senhor presidente da República incumbiu-me de agradecer a atenciosa oferta do oportuno livro “*Educação Moral, Cívica e Política*”.

Saudações

Sérgio Médice  
Secretário Particular

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Agradeço a gentileza da oferta do livro “*Educação Moral, Cívica e Política*” que muito apreciei.

Cordiais Saudações  
Jarbas Passarinho

COMANDANTE DO II EXÉRCITO

Agradeço sensibilizado sua gentileza em oferecer-me o livro “*Educação Moral, Cívica e Política*” que contém apreciável subsídio para aqueles que têm a incumbência de ministrar Educação Moral e Cívica.

General José Canavarro Pereira<sup>25</sup>

Destas observações iniciais, resultaram evidências que nos levam a crer que os manuais didáticos de moral e civismo foram montados sob o interesse do estado militar e escorados por um discurso que ratifica mitos com o prestígio de uma autoridade que já não se distingue o padre, o juiz, o pai ou o governante.

---

<sup>24</sup> VELHO, Tereza Pacheco Rodrigues. **Fundamentos para as aulas de Educação Moral e Cívica**. Prefácio.

<sup>25</sup> SANTOS, Rubens Ribeiro dos. **Educação Moral, cívica e política**.

## 2. VALORES E VIRTUDES NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE MORAL E CIVISMO

Procurando desvelar as funções que os valores morais, éticos, sociais e cívicos representaram nas estratégias do governo militar, quanto à pregação de seus ideais através dos manuais didáticos de moral e civismo, investigaremos a amostra da produção didática elencada na apresentação deste trabalho.

Os manuais de EMC e OSPB, como um dos recursos utilizados na difusão do pensamento ideológico do regime militar, poderão nos fornecer pistas quanto aos projetos do novo estado tecnocrático implantado em 1964 e orientado pela internacionalização do capital.

O estado, dispondo do poder nacional como um conjunto de meios para impor sua vontade, paira sobre a nação supondo articulá-la num projeto de ação global. Para tanto, o grupo que agencia o estado militar não pode deixar transparecer as contradições próprias de uma nação pretensamente voltada para o bem de todos, mas arquitetada para o bem da minoria. Para a montagem desta mística concorre o conceito de nação como vontade única, forjada na convocação do homem como instrumento do bem comum e na sua valorização como agente das transformações sociais.

Respondendo à tal mística, com uma visão idealista e um discurso ufanista sobre o dever como missão histórica, Plínio Salgado, no prólogo de seu **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**, expressa os desígnios do estado, através da convocação da juventude recrutada para salvaguardar e garantir o futuro da nação.

### PRÓLOGO

A juventude é o penhor mais sagrado da Pátria!  
 Dela, somente dela, depende o futuro de uma Nação.  
 Juventude sem ideal é Pátria  
 sem continuidade,  
 sem memória  
 para recordar as glórias do passado  
 nem força  
 para recordar a grandeza nacional  
 em luminoso porvir.  
 Bendita seja, pois, a Mocidade Brasileira,  
 que desperta e caminha,  
 e sonha, e luta  
 na plenitude da consciência de seu dever  
 e da sua missão histórica<sup>26</sup>

<sup>26</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. prólogo.

O dever, de acordo com o manual de Plínio Salgado, como decorrência da finalidade do homem, adquire uma concepção mecanicista, como uma *forma determinada de racionalidade do mundo* que dita e dirige as práticas sociais<sup>27</sup>. Assim, posiciona-se o referido manual na lição *Deveres e direitos*.

Sendo o Dever inerente à finalidade das coisas criadas, ele surge no próprio momento da criação. Exemplifiquemos, começando pelos seres inconscientes. Se uma árvore tem por finalidade produzir determinados frutos, o seu dever é produzi-los e se não o faz é porque alguma coisa a impede; uma vez que a árvore, não possuindo consciência, não pode por si mesma deliberar. A qualidade dos frutos a serem produzidos nós o sabemos de antemão, pelo conhecimento que temos da espécie e gênero vegetais, revelados pelas características da planta. Assim, conhecemos os deveres de tudo quanto existe, pela substância, forma e peculiaridades apresentadas por aquilo que observamos. Vendo uma lâmpada elétrica, sabemos que se destina a iluminar; vendo um automóvel, sabemos que se destina à locomoção.[...] Tudo isso considerado, e possuindo o conhecimento integral do Ser Humano, fácil nos é perceber a sua finalidade, pois nada existe neste mundo que não tenha uma finalidade. Por que essa consciência? Por que essas faculdades excepcionais? Para que o Homem, tomando conhecimento das coisas criadas, louve o seu Criador e realize nele a sua própria felicidade<sup>28</sup>.

Da deontologia, “dever-ser” criado historicamente pelos homens, Plínio Salgado deduz, metafisicamente, a ontologia, o “ser”. E o homem será feliz, de acordo com o manual de Plínio Salgado, *se criar dentro de si a paz de consciência* que por sua vez será alcançada pelo *cumprimento dos deveres* a que ele *se obriga pela sua racionalidade e seu destino*. Dessa forma, o direito parece só ser outorgado ao homem como meio para cumprir seus deveres.

Estabelecida a finalidade do homem, esta lhe impõe deveres de ordem biológica, social, nacional, internacional, moral e espiritual. Portanto, conclui o **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**:

Os Deveres do Homem se classificam na seguinte ordem:

- 1º - Dever para consigo mesmo;
- 2º - Dever para com sua família;
- 3º - Dever para com o próximo;
- 4º - Dever para com a sociedade;
- 5º - Dever para com a nação;
- 6º - Dever para com a Comunidade Internacional;
- 7º - Dever moral e espiritual<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. P.24.

<sup>28</sup> SALGADO, Plínio, **op. cit.** p.14-16.

<sup>29</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica** p.18.



Os deveres para com a família e para com a nação contemplam, no citado manual, um caráter de ordem e de moralidade que respondem à necessidade de hierarquização e de autoridade para manutenção do quadro social e político vigente, como podemos depreender dos excertos a seguir:

O dever para com a Família obedece aos desígnios de Deus no sentido da manutenção da espécie humana. Para cumpri-lo o Homem une-se à Mulher e funda o lar doméstico. Mas enquanto os outros animais se unem por instinto, o casal humano se une por amor.

O dever para com a Nação está em tudo fazermos pelo seu engrandecimento material e moral, pela permanência nela dos princípios de que decorrem os direitos humanos, a intangibilidade do Homem, da Família, dos Grupos Naturais, velando pela manutenção do equilíbrio entre os conceitos de Liberdade e Autoridade, Direitos e Deveres, Bem Particular e Bem Público<sup>30</sup>.

Assim o homem não pode se negar a colaborar com o estado que se apresenta como instrumento da nação *para manter a ordem interna e as relações externas*.

Serviremos, assim, a Nação, à qual daremos nosso trabalho nos dias de paz e, se preciso, a nossa própria vida se ela estiver empenhada em guerra<sup>31</sup>.

Essa atitude, clamada no compêndio de Plínio Salgado, evoca a *Canção do soldado* nos versos *nós somos da pátria a guarda, fiéis soldados por ela amados*. Atitude que responde aos pressupostos da doutrina da segurança nacional de que indivíduos reunidos por vínculos comuns reclamam interesses coletivos.

Para atender semelhantes propósitos é que a família gravita no cosmo dos manuais didáticos de moral e civismo como célula fundamental de uma nação. O capítulo IV do manual de Plínio Salgado trata a família como o berço de alunos aplicados e comportados, uma vez que foram preparados segundo a consciência da responsabilidade perante Deus e a nação.

A Família é uma pequena república, onde o homem e a mulher exercem seu primeiro magistério e sua primeira magistratura. Primeiro magistério, porque os filhos, antes de irem para a escola, devem ser educados por seus pais, que lhes inculcem, desde a idade mais tenra, as noções dos deveres, as superiores aspirações na vida, os sentimentos de amor a Deus e à Pátria<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. p.18-19-20.

<sup>31</sup> SALGADO, Plínio. **Op. cit** p.20

<sup>32</sup> SALGADO, Plínio. **Op. cit** p.23.

Plínio Salgado ressalta a autoridade familiar, instância em que o Estado não pode interferir *como acontece nos países comunistas, onde as crianças estão sob a guarda dos progenitores somente até certa idade, sendo entregues às autoridades estatais que lhes designam a escola e até a profissão futura*. Divergindo dos países comunistas, *em nosso país*, posiciona-se o autor, *os pais, escolhem livremente a escola para seus filhos que podem optar pela carreira que mais lhes agrada*.

Dizemos, pois que a Família é autônoma e auto-determinativa. É o primeiro dos grupos naturais criados pelo Homem para o cumprimento de seus deveres e defesa de seus direitos. Dessa liberdade decorre a existência da escola particular, que deve ser mantida a fim de que não seja ferido o direito de livre escolha pelos chefes de família. Suprimir, ou subordinar, aos critérios da escola pública, a escola particular, é dar o primeiro passo para a estatização da Família e o início da sua destruição<sup>33</sup>.

Justificando a escola particular, Plínio Salgado, assim como os defensores da privatização da educação, sustenta a *desaceleração do crescimento da rede pública de ensino*. Luiz Antonio Cunha mostra que *foi sintomática a participação* de Carlos Lacerda, *ardiloso conspirador* contra o governo João Goulart, *na elaboração de um projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional* que não disfarçava interesses de quem via na escola um meio de *acumulação de capital e/ou influência ideológica*.

O governo golpista, e privatista em matéria de educação, não precisou mudar a lei. Foi só aplicá-la em proveito das escolas particulares. A ocupação dos postos-chave do Ministério da Educação pelos privatistas foi facilitada pelo trabalho de sapa da propaganda ideológica da trama golpista, que teve sucesso em veicular a associação da imagem dos defensores da prioridade do ensino público (verbas públicas para o ensino público e gratuito) com a imagem, que os militares abominavam, de um regime “socialista”, no qual o Estado teria o controle de toda a vida social. Para os militares desinformados, alvo principal da propaganda direitista, os que defendiam a destinação dos recursos públicos para a rede pública de ensino eram as mesmas pessoas que defendiam a desapropriação das terras, o estreitamento das relações comerciais, culturais e políticas com a União Soviética, com a China Popular e com Cuba, o “materialismo ateu” contra as “tradições cristãs” de nosso povo, e outros “pecados” parecidos.<sup>34</sup>

A escolha da escola para seus filhos ou a livre opção pela carreira que lhes agrada carregam a ilusão de que isto bastaria para a concretização de uma sociedade

<sup>33</sup> SALGADO, Plínio. **Op. cit.** p.24.

<sup>34</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **O Golpe na Educação.** p.41.

onde todos tivessem, de fato, oportunidades iguais. Fatos como o número de excedentes nas universidades, o aumento de recursos e de verbas públicas para o setor privado da educação, a quantidade e a qualidade insatisfatórias da rede pública de ensino, entre outros, são ocultados ou camuflados nos manuais. Surge no lugar de tais questões, um discurso em que o conflito social está ausente. Um discurso calcado na harmonia que exalta o diálogo, o respeito e a liberdade, como registra o excerto do manual **Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica** - vol.II, de Avelino Antonio Correa.

Hoje, é muito melhor viver em família do que antigamente. Hoje, os filhos têm mais liberdade.

Hoje, o pai já não é aquele chefe rigoroso, a quem os filhos obedeciam às vezes mais por medo do que por amor.

Hoje, os pais costumam dialogar com os filhos; costumam ouvir-lhes as queixas e os problemas; costumam respeitar-lhes a liberdade de escolher a profissão, a pessoa com quem desejam casar etc.

Hoje, enfim, os pais costumam ser mais amigos dos filhos<sup>35</sup>.

Ou ainda o conflito social vem disfarçado, uma vez que a escola, de acordo com as lições dos manuais, cumpre seu papel de integrar o indivíduo social e profissionalmente. É o que se observa no livro **TDMC, O trabalho dirigido de moral e civismo**, de Elian Alabi Lucci.

A **escola** é a instituição que o leva a desenvolver-se *culturalmente* (culturalmente; fisicamente). Além de procurar **instruir** o aluno e desenvolvê-lo culturalmente, a escola tem por finalidade **integrar o indivíduo na sociedade**, educando-o cívica e moralmente. [...]

A **comunidade escolar** é como uma reprodução, em tamanho menor, da sociedade. A sua convivência e o seu relacionamento humano com os colegas e mestres permitem a você educar-se, afazer parte da sociedade e a ingressar futuramente numa profissão<sup>36</sup>.

A escola é ainda, segundo o manual de Elian Alabi Lucci, uma instituição para onde também converge o trabalho cívico e religioso das famílias, a exemplo do que observamos em Plínio Salgado, que preparam e educam seus filhos sob a orientação de Deus e da nação. Por tal ótica, a escola e a família concorrem para a pretendida harmonia do estado.

Contribuindo para a ordem e para a disciplina é que a família justifica-se, no manual **Estudos dirigidos de Educação Moral e Cívica**, de Avelino A. Correa, como base e fundamento da sociedade.

<sup>35</sup> CORREA, Avelino Antonio. **Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica** vol II. P.80

<sup>36</sup> LUCCI, Elian Alabi. **TDMC o trabalho dirigido de Moral e Civismo**.p.75

Sabemos que uma sociedade, sem leis, cria desordem. Portanto, uma família em que não há ordem, disciplina:

- a.  pode ir bem.
- b.  não pode ir bem.[...]

Sabe-se que a família é a base, o fundamento da sociedade. Quando as famílias vão bem, a sociedade, que é a reunião de famílias, também vai bem. Quando as famílias vão mal, a sociedade também vai mal. Portanto, a justiça, o bem-estar, a paz da sociedade:

- a.  dependem muito dos pais.
- b.  dependem pouco dos pais.

Resumo: Os bons pais não são aqueles que cedem aos caprichos dos filhos. Os bons pais são aqueles que orientam com responsabilidade os filhos até que tenham o caráter bem formado<sup>37</sup>.

Por tal lição, orientar com responsabilidade os filhos significa cumprir os deveres sociais para com a nação. Deveres sociais colocados acima dos interesses ou conveniências de ordem privada, a se levar em conta o manual **Educação moral, Cívica e Política**, de Rubens Ribeiro dos Santos.

[...] o homem quando bem inspirado pelos elementos constitutivos do seu caráter moral desenvolve a sua sensibilidade e a sua imaginação, atento aos interesses da comunhão.

E, então, conforme a sua comunidade de origem, natureza e destino, estabelece atividades para adaptar-se às conveniências do bem comum por meio da *solidariedade* e da *responsabilidade* que são dois valores morais pelos quais ele cumpre os seus deveres sociais<sup>38</sup>.

A solidariedade, semente e fruto do bem comum, inspira a *civilidade*, a *equidade*, a *bondade*, a *caridade*, apontadas no manual de Rubens Ribeiro dos Santos como *importantes auxiliares do caráter moral no exercício dos Deveres Sociais*. A adaptação de tais valores às conveniências do bem comum é incitada através das vantagens da cooperação, como observamos no manual **Estudos dirigidos de Educação Moral e Cívica**, de Avelino A. Correa.

Você não deve cumprir os deveres friamente, sem amor. É preciso amar. O amor que você dá à sua família, volta a você. Não há família sem dificuldades, sem problemas. Amar é ajudar pais e irmãos a resolver os

<sup>37</sup> CORREA, A. Antonio. **Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica** –vol. II.p.81.

<sup>38</sup> SANTOS, Rubens Ribeiro dos. **Educação moral ,Cívica e Política**.p.71.

problemas familiares. Amar é participar das alegrias e dificuldades da família. O amor é uma aventura maravilhosa que começa na família<sup>39</sup>.

As instituições sociais, e entre elas a família, compreendem um *complexo integrado de idéias, sentimentos, normas, padrões de comportamento, que respondem a interesses socialmente desejados e reconhecidos*. Ou seja, refletem padrões de formas de vida consagrados pela sociedade. As instituições, em vigência na sociedade, sejam *familiares, educacionais, culturais, religiosas, assistenciais, trabalhistas* demandam *órgãos diferenciados e especializados* que as coloquem em funcionamento.<sup>40</sup>

Dessa forma, para que a instituição familiar cumpra seus desígnios de ser norma para a vida social, segundo as pretensões da doutrina da ESG, a família deve seguir os princípios institucionais, e únicos, que a rege. Assim, a família brasileira, monogâmica e nuclear é apresentada no manual de estudos dirigidos, de Avelino A. Correa.

Para o bem dos cônjuges, dos filhos e da Pátria, a família começa com um ato solene que se chama casamento ou matrimônio. O casamento é, por lei, *monogâmico*, quer dizer, ninguém pode casar com mais de uma pessoa. Além disso, é *indissolúvel*, quer dizer, o casamento só pode ser anulado com a morte de um dos cônjuges<sup>41</sup>.

A família ainda é analisada sob os preceitos da civilização ocidental cristã, como a forma mais perfeita de organização familiar, como a descreve Elian Alabi Lucci, em seu já citado **TDMC**.

Finalmente, o tipo mais perfeito de família foi a **família cristã**. O cristianismo, conforme você verá, **dignificou e tornou mais espiritual**, mais humana, a organização familiar. Neste tipo de família, desapareceu a autoridade absoluta e a propriedade que o pai exercia sobre a mulher e os filhos. Além disso, nela foi **proibida a poligamia**, isto é, o casamento de um homem com mais de uma mulher<sup>42</sup>.

Sob a ótica da inferioridade da mulher, Plínio Salgado, em **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**, mostra a família, estável e indestrutível como alicerce e princípio vital da nacionalidade.

A mulher preparada para o casamento deve procurar ser exímia nas prendas domésticas, colaborar com seu marido e estimulá-lo nas atividades de sua profissão e de seus ideais superiores. O homem que igualmente se prepara

<sup>39</sup> CORREA, A. Antonio. **op. cit.** p.82.

<sup>40</sup> BRASIL. **Doutrina Básica**. p.145.

<sup>41</sup> CORREA, A. Antonio. **Op. cit.** p.83.

<sup>42</sup> LUCCI, E. Alabi. **TDMC - O trabalho dirigido de moral e Civismo**. p.31.

para casar deve ser colaborador e animador de sua mulher nas funções domésticas, na educação dos filhos, no comando do lar, guiado sempre pelo espírito cristão [...]

Para que tão belo poema de amor seja cantado, é necessário que os jovens se preparem para o matrimônio, considerando que o casamento não é um simples contrato bilateral, em que pactuam duas partes, mas um contrato temporal, sacramentalmente confirmado por Deus, no qual entra um terceiro interessado: a prole, os filhos que são os elos ligando o passado ao futuro; numa palavra: a própria Nacionalidade de que a Família, estável e indestrutível, é o alicerce e o princípio vital<sup>43</sup>.

Ordenada dessa forma, a instituição familiar presta-se para assegurar ou prover a harmonia propícia para consecução dos objetivos da nação.

Dentre os intentos de ajuste do homem aos propósitos da nação, está a tentativa de transposição de aspirações individuais em interesses coletivos, calcada no conceito de família como célula *mater* da sociedade. É dessa forma que o manual **Educação Moral, Cívica e Política**, de Rubens Ribeiro dos Santos, tenta justificar o projeto de desenvolvimento econômico – interesse do estado – como bem comum.

Os indivíduos que integram a família dependem de certos e definidos objetivos indispensáveis à conservação e perpetuação da espécie humana.

Assim, a nação que é um imenso grupamento de famílias também, depende desses mesmos objetivos indispensáveis e permanentemente desejados pelos indivíduos que as integram.

No âmbito nacional, um dos objetivos desejados por todos é o do “bem-estar geral” que pode ser conseguido, entre outros fatores, pelo desenvolvimento econômico<sup>44</sup>.

Desenvolvimento econômico que, segundo o manual acima citado, somente poderá ser realizado *pelos preceitos de modernas condições técnicas e à luz do conhecimento científico*, isto é, através da racionalização da ação política que em última instância significa aumentar a compatibilização entre Poder Nacional e Objetivos Nacionais.

Quando se trata de racionalizar a ação política do Estado, os fins devem ser os objetivos próprios do grupo cultural humano que dirige – fins da Nação ou **Objetivos Nacionais**; e os meios a considerar devem ser uma integração da vontade e da capacidade desse grupo, que permita alcançar e manter aqueles fins – meios sinérgicos da Nação ou **Poder Nacional**.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução moral e Cívica**. p.25-29.

<sup>44</sup> SANTOS, Rubens R. **Educação Moral, Cívica e Política**.p.220.

<sup>45</sup> BRASIL, **Doutrina Básica**. p.19.

É dessa forma, pois, que a Doutrina da Segurança Nacional pressupõe que a Nação, *imenso grupamento de famílias*, possa tomar parte e empregar esforços em prol de uma causa comum. Para tal propósito é necessário um instrumento de legitimação, ou seja, uma justificativa racional para os arranjos da esfera do poder, de maneira que não apareçam as contradições inerentes a uma nação forjada para o bem comum. Carlos Estevam<sup>46</sup>, na obra **A questão da cultura popular**, expõe que a preservação do poder de uma determinada classe depende de que as outras permaneçam iludidas. Para tanto a única saída é o *esforço contínuo de mistificação* que vai *desde a pura e simples falsificação dos fatos* até a forja de teorias para ocultar a verdadeira essência de uma ordem social.

As jogadas políticas em torno da educação, como parte do esforço de mistificação, não só mantêm a ilusão da igualdade de oportunidades como também dão a falsa impressão de solução dos problemas, sem, contudo, colocar em questão a essência da sociedade de classes. As lições que envolvem o tema educação na bibliografia didática aqui analisada, a exemplo do que se pode observar no excerto a seguir, retirado do livro **Educação Moral, Cívica e Política**, de Rubens R. dos Santos, escamoteiam a realidade.

[...] sem dar ao homem uma educação de elevado padrão não lhes seria possível viver com segurança no progresso social, livre das maldições de inferioridade social, injustiças, tirania, pobreza e insegurança<sup>47</sup>.

Observemos que a proposta veiculada pelo livro **Educação Moral, Cívica e Política** é equivalente aos preceitos da doutrina da ESG. Ou seja, a escola, é uma estrutura social que tem por alvo colocar em prática aquilo que está determinado pela sua competência institucional: a escola como órgão à disposição dos interesses nacionais em nome da realização do homem livrando-o *das maldições* como a inferioridade social.

Em termos democráticos, a escola oferece a todos a oportunidade de desenvolvimento de suas diversas capacidades, procurando eliminar as

---

<sup>46</sup> ESTEVAM, Carlos. **A questão da cultura popular** Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1963.,p.12

<sup>47</sup> SANTOS R. Ribeiro dos. **Op. cit.** p. 220.

distâncias sociais e oferecendo a cada um a possibilidade de ascender socialmente, mercê de seu mérito e de seu esforço.<sup>48</sup>

Esta é uma posição política que se coloca ideologicamente para legalizar um discurso que sustenta a mistificação de que por sua vontade o indivíduo é capaz de transformações sociais.

Isto obriga o Estado, de acordo com Claus Offe<sup>49</sup>, a negar as incontestáveis desigualdades de oportunidades *através de palavras e atos*. A lei 5692/71 em resposta a isso se apresentou com a extensão da escolaridade obrigatória e com o ensino profissionalizante do segundo grau ou do nível médio. Com a ampliação de números de anos de escolaridade viria a idéia de democratização da educação através da igualdade de oportunidade. A resposta mascarava a situação ocorrente e não tocava nos dispositivos que acionavam a desigualdade.

De acordo com a concepção de Luiz Antonio Cunha<sup>50</sup>, a política educacional do regime militar foi necessária, pois *sua implementação permitiria ao Estado a realização de sua política econômica*. As reformas do ensino superior e médio se complementaram apresentando objetivos semelhantes: *o de possibilitar ao Estado o desempenho de suas funções (não educacionais) naquela etapa de desenvolvimento da sociedade brasileira*. Conclui que, no entanto, *simultânea, contrária e necessariamente, são elaboradas certas concepções que se destinam a explicar e/ou justificar essas medidas*, tornando-as *desejáveis* como, por exemplo, o caso *das evidências de uma suposta carência de técnicos de nível médio de grandes proporções no país*.

A preocupação dos tecnocratas com a profissionalização do ensino médio numa evidente política educacional que atribuiu ao novo ensino médio profissional a *função* de barrar a *demandade ensino superior* é refletida nos manuais didáticos.

A lição *É preciso estudar*, do manual de Avelino A. Correa, **Estudos dirigidos de Educação Moral e Cívica**, de 1974, através de assertivas como “estudo para exercer uma boa profissão”, “estudo para cooperar com o desenvolvimento do Brasil”, entre outras, induz o aluno a concluir que “é de estudante assim que o Brasil precisa”, estimulando-o às profissões técnicas. A lição exhibe os anúncios de empregos e as vantagens da qualificação técnica.

<sup>48</sup> BRASIL, **Doutrina Básica**. p.156.

<sup>49</sup> OFFE, Claus. *Sistema educacional, sistema ocupacional e política da Educação*. p.40.

<sup>50</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social No Brasil**. p.247.



Jamais desista dos estudos. Quem deixa de estudar, sempre se arrepende. Imagine o arrependimento de alguém que abandonou o colégio e hoje olha para anúncios de emprego como estes:

<p align="center"><b>SECRETÁRIA EXECUTIVA</b></p> <p>Firma estabelecida em Pinheiros admite secretária executiva para Diretoria. A candidata deverá ter bastante experiência, perfeito domínio dos idiomas Português e Inglês e sólida formação escolar. Carta acompanhada de currículo e foto recente, informando pretensão salarial, para "EXECUTIVA", aos cuidados deste jornal.</p>	<p align="center"><b>TÉCNICO EM AGRIMENSURA</b></p> <p>Empresa sediada na Capital procura técnico em agrimensura, com experiência mínima de um ano para proceder a levantamentos cadastrais no Interior. Detalhes contendo "currículo" e pretensões para A.P.C., aos cuidados deste jornal.</p>
<p align="center"><b>TÉCNICO EM ELETRÔNICA</b></p> <p>Firma em fase de expansão está admitindo com urgência Técnico em Eletrônica com conhecimento de Circuito Integrado. Carta acompanhada de "currículo" e pretensões para "TLM", aos cuidados deste jornal.</p>	<p align="center"><b>DESENHISTAS PARA ARQUITETURA</b></p> <p>Precisamos com experiência mínima de 2 anos em arquitetura. Ótimo ambiente de trabalho, semana de 5 dias e assistência médica extensiva aos dependentes. Carta com "currículo" e pretensões para "DESENHISTA", aos cuidados deste jornal.</p>

Sem educação nenhum país consegue se desenvolver. Infelizmente, o Brasil tem ainda um número de analfabetos que cooperam muito pouco com nosso desenvolvimento<sup>51</sup>.

Esse atrelamento da educação ao desenvolvimento é fruto do binômio segurança-desenvolvimento que orientou ideologicamente o Estado Militar pós-1964. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento econômico e social depende do homem e de sua qualificação profissional. Qualificação profissional que asseguraria produtividade para que o Brasil se desenvolvesse econômica e socialmente, gerando dessa forma, maior segurança.

Devido às conseqüências negativas repercutidas pelas altas taxas de analfabetismo e suas implicações com o projeto desenvolvimentista, a alfabetização de massa representaria, principalmente através do MOBREAL, um fator de crescimento da renda nacional. *Para a economia do país*, diz Luiz A. Cunha<sup>52</sup>, a alfabetização foi vista como sendo importante para melhorar a qualidade da força de trabalho, melhorar seu padrão de vida e, como resultado de tudo isso, contribuir para o seu desenvolvimento.

<sup>51</sup> CORREA, Avelino Antonio. **Estudos dirigidos de educação Moral e Cívica**, vol. II. p.87

<sup>52</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **Op. cit.** p. 271.

As lições dos manuais dão ênfase ao papel da educação no processo de desenvolvimento e na melhoria de vida dos alunos, com promessas de empregos, enfatizando sua cooperação no progresso do Brasil. O manual de Avelino A. Correa, ilustra particularmente a situação.

Após o trabalho, milhares de adultos vão às aulas do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Eles conhecem o valor dos estudos.

Assinale a alternativa correta:

1. Alfabetizar adultos é importante porque os estudos lhes desenvolvem a capacidade de raciocinar, de participar da política, de conseguir melhor emprego e de cooperar com o progresso do Brasil. Os estudos desenvolvem as qualidades humanas dos analfabetos.

certo  errado

2. A educação dos adultos é também importante, porque nos lares de famílias analfabetas não entram livros, revistas nem jornais. Assim, os filhos não encontram em casa ambiente favorável à cultura e facilmente deixam de estudar.

certo  errado<sup>53</sup>.

As instituições, como base da ordem social, são consideradas, pela doutrina da ESG, fundamentais ao desdobramento do desenvolvimento. Elas devem estar *ajustadas e harmônicas entre si em relação ao todo nacional* para que o desenvolvimento se processe<sup>54</sup>. Neste sentido a doutrina refere-se ao desenvolvimento como *um processo finalístico* cuja meta é atingir *os objetivos oriundos da cristalização dos anseios e aspirações da nação como um todo*. Ressaltando ainda *que a realização do homem, apenas no plano material descaracteriza o Desenvolvimento* uma vez que não leva em conta *certos valores que se constituem na própria essência da vida*. A falta de apreço aos *princípios éticos gera conflitos sociais e movimentos de rebeldia*, que tiram a *vitalidade do Desenvolvimento*<sup>55</sup>. Por isso, como órgão institucional, a escola deve, à proporção que os valores culturais e os princípios éticos se diferenciam, gerar e ditar regras para afiançar a justa medida e harmonia das relações sociais.

A EMC, como disciplina e prática educativa, incumbe-se de sistematizar a arrumação da convivência social. Tal arranjo do Estado tem como meta reorientar a sociedade de maneira que esta não perceba em sua estrutura certas discrepâncias capazes de chacoalhar sua harmonia. É assim que a escola *oferece a todos* as mesmas

<sup>53</sup> CORREA, Avelino Antonio. **Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica**, vol.II. p.271.

<sup>54</sup> BRASIL. **Doutrina** Básica. p.269.

<sup>55</sup> BRASIL. **Op. cit.**p.273.

oportunidades e a *cada um a possibilidade* de ascensão social, *mercê de seu mérito e de seu esforço*. Esse esforço individual pretendido articula-se, ao fim das contas, com a pretensa aspiração da Nação, uma vez que é colocado como trânsito de conversão social. A lição *Você e os Objetivos Nacionais*, do manual, **TDMC – O Trabalho dirigido de Moal e Civismo**, de Elian A. Lucci, por uma visão idealizada da realidade, concorre para fazer do indivíduo, um agente da transformação social.

Para você entender o que são objetivos nacionais, procure inicialmente responder as questões a seguir.

1. Você estuda para:

possuir uma profissão e alcançar sucesso na vida.

passar o tempo.

2. Pretendendo ser futuramente um profissional e obter sucesso em sua carreira, isto significa que você:

possui objetivos em sua vida.

não possui objetivos em sua vida.

Mas, além destes objetivos, que é o de estudar, formar-se e exercer uma profissão através da qual você tenha sucesso, você ainda possui outros objetivos, como casar-se e construir uma família, ocupar uma boa posição social etc.

Da mesma forma que você possui vários objetivos, o país também possui [...] alguns objetivos mais amplos e que visam promover o seu desenvolvimento e a harmonia entre seus habitantes. [...] Por **objetivos nacionais** compreende-se as aspirações **comuns** e **permanentes** que um povo tem por sua nação.

São **aspirações comuns** porque todo o povo as possui e são **permanentes** porque têm grande duração<sup>56</sup>.

Entre os Objetivos Nacionais, o manual acima citado destaca a integração nacional, a paz e a integração social através de esquemas reducionistas de meios e fins como uma máscara ideológica que vela o sistema de dominação e de exploração por parte de minorias que legislam em favor próprio.

Com o intuito de promover a **integração nacional**, isto é, ocupar, desenvolver e unir todo o território nacional, o governo criou a 16 de julho de 1970 o **PIN – Programa de Integração Nacional**. [...].

Ainda com o intuito de melhor dotar o País de meios de comunicação que facilitassem a sua integração, foi criada a EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações. [...].

Outro importante objetivo que o Estado brasileiro possui, além da integração nacional e da preservação da soberania nacional, é: promover **a paz e a integração social**. Por integração social entende-se a preocupação do governo em fazer com que toda sua população viva de maneira harmoniosa, dentro do possível, em igualdade de condições sociais.

Para promover a **paz e a integração social**, o governo tem procurado fazer com que haja um perfeito entendimento entre todas as classes sociais, através de uma melhor distribuição da renda, assistência social, amparo econômico aos trabalhadores, habitação e educação à população em geral<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> LUCCI Elian A. **TDMC- o trabalho dirigido de Moral e Civismo**. p.127.

<sup>57</sup> LUCCI, Elian A. **op. cit.**p.130.

O PIN foi responsável pelos programas como: PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terra), PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), PROVALE (Programa Especial do Vale do São Francisco) e a EMBRATEL, enquanto que o PIS (Programa de Integração Social) incumbiu-se do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e MOBREAL. Poderosas siglas que se apresentavam, por si só, com o poder de exorcizar os conflitos sociais através de um processo de conscientização dos alunos de que a sociedade a partir dali gravitaria harmonicamente sem tremores dignos de registros nos sismógrafos sociais. Lições que negam ao aluno a percepção das contradições que movem a história.

Como centro catalisador de funções sociais e políticas, o Estado lança sua atenção ao problema da integração nacional. Essa preocupação, marcada pela soberania e autonomia, justificada pelo discurso em defesa da civilização ocidental cristã e contra o imperialismo comunista, consubstancia-se em repressão tentando aparar as arestas das incoerências e dos desacordos sociais em nome do suposto bem comum. Renato Ortiz<sup>58</sup> nos mostra, com propriedade, baseado na observação de Joseph Comblin, que o *Estado de Segurança Nacional não detém apenas o poder de repressão, mas se interessa também em desenvolver certas atividades, desde que submetidas à razão de Estado*. Diz Comblin:

Ora, no Estado de Segurança Nacional, não apenas o poder conferido pela cultura não é reprimido, mas é desenvolvido e plenamente utilizado: a cultura é desenvolvida pelo poder que ela confere. A única condição é que esse poder seja submisso ao Poder Nacional, com vistas à Segurança Nacional. Sendo a guerra, acima de tudo, uma guerra ideológica, a cultura constitui sua arma principal. É através da manipulação da cultura que o Estado de Segurança Nacional pretende vencer o comunismo internacional, mais ainda que através das armas dos militares ou mesmo da força econômica<sup>59</sup>.

Os programas sintonizados com as classes populares, como o Movimento de Cultura Popular – MCP (Pernambuco), a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Rio Grande do Norte), o Movimento de Educação de Base – MEB (institucionalizado em 1961 no governo Jânio Quadros), o Centro Popular de Cultura – CPC (órgão cultural da UNE), bem como o Plano Nacional de Alfabetização – PNA (que oficializava nacionalmente o Sistema Paulo Freire), além de coibidos pela

<sup>58</sup> ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. p.116.

<sup>59</sup> COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. p.239.

repressão, sofreram alguns deles uma reapropriação pelo Estado, adquirindo um caráter oficial, ou seja, o Estado de Segurança Nacional, submetendo à sua razão, controlaria as esferas culturais. Tal foi o papel da Cruzada ABC, do Recife.

A Cruzada ABC, com sede em Recife, dirigida por missionários norte-americanos e funcionando com generosas verbas do governo de seu país, procurava substituir o PNA e o MEB na educação das massas para incorporá-las ao desenvolvimento do capitalismo moderno<sup>60</sup>.

Aqui está a razão de o Estado militar pós-1964 investir nos chamados círculos culturais (submetidos, porém à sua razão). Renato Ortiz nos lembra que a época é marcada por grandes incentivos à criação de instituições, dando início a *um processo de gestação de uma política de cultura* com o surgimento do *Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Cinema, EMBRAFILME, FUNART, Pró-Memória etc.* Ressalta o valor dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de difusão de idéias, de comunicação direta com as massas, *e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais coletivos.*

Ortiz analisa ainda o elo entre os interesses dos militares e dos empresários na área de telecomunicações. A EMBRATEL, criada em 1965, ilustra bem a *colaboração entre regime militar e expansão dos grupos privados.*

Não deixa de ser curioso observar que o que legitima a ação dos militares no campo da telecomunicação é a própria ideologia da Segurança Nacional. A idéia da “integração nacional” é central para a realização desta ideologia que impulsiona os militares a promover toda uma transformação na esfera das comunicações. Porém, como simultaneamente este Estado atua e privilegia a área econômica, os frutos deste investimento serão colhidos pelos grupos empresariais televisivos<sup>61</sup>.

Tanto militares como empresários das telecomunicações reconhecem como vantajosa a integração do território nacional, *mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências os empresários sublinham o lado da integração do mercado.*

Todavia, longe de resvalar em tal análise, o manual didático, de Elian A. Lucci, de 1979, mostra a criação da EMBRATEL apenas com o intuito de *melhor dotar o País de meios de comunicação* facilitando sua integração para a promoção da paz e interação

<sup>60</sup> Cunha, Luiz A. **O Golpe na Educação**.p.37.

<sup>61</sup> ORTIZ, Renato. **Op. cit.** p.118.

social, o que garantiria a harmonia da população, igualdade de condições sociais, e o perfeito entendimento entre todas as classes sociais.

De modo geral, as lições dos manuais de moral e civismo, privilegiando um discurso assético, não munem os alunos com capacidade para transformações da realidade, concorrendo para posturas conformistas e passividade política.

A lição *Preparação para a vida Militar*, do **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**, de Plínio Salgado, apesar do pretense recrutamento do *homem consciente* em oposição ao homem *autômato*, acaba convocando um *moço* cuja concepção do real não supera o senso comum, uma vez que os princípios pelos quais são orientados adquirem o significado de disciplina, de conservação e de consentimento em detrimento da renovação e do ativismo.

É preciso que o moço, quando convocado, sinta o orgulho de se ir fazer um soldado do Brasil.

Não deve comparecer como um autômato, mas como um homem consciente da grandeza do papel que vai desempenhar. Essa consciência decorre dos ensinamentos que lhe deram:

- 1- sobre a História de sua Pátria e a contribuição que a ela deram as Forças Armadas;
- 2- sobre a significação da Bandeira Nacional e do Hino que resume nosso pensamento e nosso sentimento de patriotismo;
- 3- sobre os deveres a que o obrigam a hierarquia e a disciplina, que constituem o elemento vital dos exércitos<sup>62</sup>.

Porém, a *compreensão crítica de si mesmo*, diz Gramsci, é conquistada pelo confronto de oposições. E conseqüentemente, a consciência política surge de posturas polêmicas e críticas como superação daquela concepção de mundo estabelecida, regulada, ordenada e, imposta por vias de orientações práticas e racionais que se colocam como convicções éticas universais. Principalmente as orientações que se concretizam como meio prático de domínio, como aquelas que vimos acima, estabelecidas em torno da exaltação de um patriotismo monopolizado por militares golpistas. Marcadas, portanto, por um conceito de nação que carrega um sentido particular, que interessa diretamente à hierarquia e à disciplina.

A lição *Você, o Estado e o Bem Comum*, do manual de Elian A. Lucci, expõe idealisticamente uma nação próspera, unida pelos mesmos sentimentos e religiosidade, sob o amparo de um estado protetor, em detrimento de uma nação acanhada diante de um estado repressor.

---

<sup>62</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de instrução Moral e Cívica**. p.35

O **povo** ou a **população** de um país, habitando um mesmo território e unidos por mesmos sentimentos e laços culturais, pela mesma língua e religião, forma a grande sociedade que é a **Nação**.

[...] a **Pátria** é representada pelo **solo** em que nascemos e **por todos nós**.

Para melhor explicar o sentido de Pátria, **Rui Barbosa**, um dos grandes juristas brasileiros, definiu-a como: “A Pátria não é de ninguém: são todos e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação”. Para promover a prosperidade da Nação, garantir sua honra e sua independência, o país possui uma importante instituição que é o **Estado**<sup>63</sup>.

Na mesma linha de impropriedades como a que acabamos de detectar, e mantendo o padrão de idealização, Plínio Salgado, em seu compêndio já citado, registra conceitos armados sob um nacionalismo poético e sentimental. Buscando a compreensão do processo de formação da Nacionalidade Brasileira, Salgado conceitua diferenciando País, Pátria e Nação.

País é a terra, com suas paisagens e riquezas.

Pátria é o sentimento de amor pela terra e seus habitantes.

Nação é a consciência de diferenciação dos demais grupos nacionais<sup>64</sup>.

A diferenciação dos demais grupos nacionais, de acordo com Plínio Salgado, *funda-se na tradição própria, na vocação e temperamento de um povo, nas aspirações visando a uma destinação histórica*.

Esta consciência deve ser mantida pelo culto de nossas tradições, pela sustentação dos princípios cristãos na essência e nas estruturas de nossas instituições políticas, pela rememoração dos nossos heróis, por um idealismo superior que nos conduza para um futuro consoante ao papel que devemos representar no concerto internacional, segundo a vocação histórica que nos é própria<sup>65</sup>.

O conceito de nação exposto por Plínio Salgado implica, portanto, em deveres cívicos e morais que respondem à ordem e à disciplina. Por vias de tais manipulações, as normas de condutas devem ser cumpridas por vocação histórica.

Normas de condutas, ao fim das contas, voltadas para os interesses e objetivos nacionais. Este é o intento da lição *Que é civismo?*, do manual de Maria Braz, ao empregar a ação do bom cidadão em benefício do Brasil. Calcado em concepções

<sup>63</sup> LUCCI Elian A. **TDMC- O trabalho dirigido de moral e Civismo**. p.96

<sup>64</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. p.57.

<sup>65</sup> SALGADO, Plínio. **Op. cit.**p.60.

abstratas e estereotipadas, o conceito de civismo, apresentado pelo manual, não traduz o rigor de sua historicidade, tornando-se álibi e agente eficiente do autoritarismo

Civismo, em primeiro lugar, pode ser entendido como o conjunto de idéias e princípios que orientam o indivíduo a ser bom cidadão. [...] A base do autêntico civismo é o verdadeiro amor e interesse por nossa terra, e por tudo que se relaciona com ela: não só o território, mas também seu povo, sua História, suas tradições, sua defesa, seu desenvolvimento. Todas as atitudes de civismo pressupõem essa base. Não ama o Brasil quem não é honesto, ordeiro, trabalhador [...] O civismo só pode ser verdadeiro e completo quando o cidadão tem bom caráter e demonstra seu amor pela Pátria por meio de ação intensa e permanente em benefício do Brasil. [...] guarde para sempre em seu coração essa imagem correta do verdadeiro civismo.



66

Nesse sentido, “Os mandamentos cívicos”, inspirados em Coelho Neto, expostos no livro **Moral e Civismo**, de Maria Braz apresentando-se *como orientadores de vida*, afiguram-se demarcados pelo utilitarismo

- Honre a Deus, amando sinceramente a Pátria. Ele nos fez nascer numa terra que dispõe de imensos recursos. Mas a utilização desses recursos depende de nosso trabalho. Portanto, o verdadeiro amor ao Brasil exige que trabalhem em ordem, todos juntos, para que seu progresso seja constante.
- Guarde com carinho as tradições de nossa gente, honrando a memória de nossos heróis.
- Cuide muito seriamente da sua educação, para poder agir como cidadão útil e ser feliz.
- Obedeça a seus pais, a seus mestres e às autoridades. Sem disciplina há confusão e desordem. Se você se esforçar por colaborar com seus superiores agora, aprenderá a melhor maneira de mandar, quando crescer.
- Saiba economizar com equilíbrio. Muita gente não progride devido a desperdícios. A poupança prepara melhores dias para o futuro.

<sup>66</sup> BRAZ, Maria. **Moral e Civismo** – livro IV. p.27.



- Colabore com sua família fazendo tudo o que puder para que ela se mantenha próspera e unida.
- Coopere com a comunidade local a que você pertence. A união das pessoas e das famílias na promoção da justiça é a verdadeira base da nacionalidade.
- Em resumo:  
Ame nossa Pátria não só com o sentimento, mas sobretudo com ações que sejam úteis ao progresso de nossa terra <sup>67</sup>.

Assim, o incitamento ao trabalho, à poupança, à prosperidade, à obediência, à disciplina, à cooperação, vinha por imperativos de ditames cuja expressão ideológica parecia alimentar o *ethos* capitalista, dando razão às relações de produção e ao acúmulo mais rápido de capital ao mesmo tempo em que perpetuava dominação e controle.

A dominação e o controle consolidam-se pela aclamação da submissão disfarçada em honra para quem executa *com acerto e presteza*. Tal submissão vem como tema subliminar no manual de Maria Braz para resguardar hierarquias, eivada, porém, com orientações para assegurar atitudes favoráveis aos objetivos nacionais.

Melhor serve quem melhor participa

A grandeza de um país não se constrói apenas com a sabedoria dos que dirigem, mas, também, com a humildade dos que cumprem. Por isso, é preciso mandar com doçura e obedecer com docilidade [...] A grande honra não é dos que mandam, mas dos que executam com acerto e presteza. Portanto, que todas as nossas horas sejam para servir: servir à família, à sociedade e à Pátria. Servir com sabedoria e humildade. [...] Servir significa, sobretudo participar. Participar da labuta pelo engrandecimento de nossa terra. Participar do culto às tradições da nossa gente. Participar das atitudes de respeito à Ordem, à Justiça e à Verdade.

Melhor serve quem melhor participa, com os olhos postos na grandeza da Pátria e o coração inspirado na bondade de Deus<sup>68</sup>.

No mesmo sentido, visando conscientizar e mobilizar os estudantes quanto aos propósitos desenvolvimentistas, Rubens R. dos Santos, em **Educação Moral cívica e Política**, utiliza elementos constitutivos do caráter moral – ordem, justiça, verdade – como suporte para a mística nacional, os quais, reorientados, concorrem para o *engrandecimento de nossa terra* uma vez que racionalizam os meios para a execução dos projetos da nação, induzindo harmonia, cooperação e progresso:

Ordem – A ordem é o sentimento que inspira o aproveitamento racional dos meios disponíveis no tempo e no espaço necessários, a fim de tornar úteis e

<sup>67</sup> BRAZ, Maria. **op. cit.** p.28.

<sup>68</sup> BRAZ, Maria. **Op. citp.** 62.

produtivas as realizações solicitadas pela vida e pela sociedade. É pela concepção da ordem que o homem estabelece os planos, da operosidade e da coordenação para os resultados ideais nas atividades objetivas.

Justiça – O sentimento da justiça começa pelo respeito aos seus semelhantes. É pela consciência da justiça que se compreende que a liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade dos outros. [...] A justiça tem por fundamento o *Direito* que proporciona a igualdade de todos perante a lei.

Verdade – Verdade é o sentimento da realidade. A verdade é o dissolvente da mentira, da calúnia e das afirmações incertas. É, pois, pela verdade que o homem se afirma na positividade dos fatos e das coisas para conduzir-se pelo caráter moral. A verdade gera a confiança que não se dispensa na interdependência social, a fim de que haja harmonia, cooperação e progresso. (Rubens R. dos Santos : [s.d], p.20 – 23).

As virtudes morais propaladas pelos manuais didáticos concorrem para posturas de assentimento que respondem a interesses de práticas de determinadas classes sociais. Dessa forma, a obediência se oculta em *servir com sabedoria*; a resignação e a servidão passiva, em força para suportar reveses; submissão, em prudência; sujeição e sacrifícios, em fortaleza. Observemos alguns excertos com tal propósito:

Temperança – É pela prática da temperança que o homem faz uso da razão. (Rubens R. dos Santos: [s.d], p.21).

A *temperança* é o hábito de não abusar dos prazeres do corpo. [...] A experiência nos ensina que quem procura a felicidade nos prazeres sensíveis, torna-se escravo e infeliz. (Avelino A. Correa, 1974, p.46).

A *prudência* é a virtude que nos leva a escolher sempre o melhor para a nossa perfeição moral. Por isso, as pessoas prudentes não agem precipitadamente, negligentemente. [...] Quem é prudente não cai nas armadilhas dos maus hábitos. (Avelino A. Correa, 1974, p.47).

[...] o que define o homem prudente é saber considerar os meios próprios à ação. A Prudência, ensina-nos Santo Tomás de Aquino, é virtude do governante, do dirigente, tanto que ele admite uma prudência régia, uma prudência militar, uma prudência doméstica, quer dizer, a virtude própria do governante, do chefe guerreiro, do pai de família, das pessoas a cujo cargo estão os destinos dos outros. (João Torres, 1967, p.55).

A *fortaleza* não é apenas a virtude dos heróis. [...] Forte é quem não desanima diante de um fracasso moral, diante de um vício contraído; forte é quem cumpre seus deveres, mesmo às custas de sacrifícios. (Avelino A. Correa, 1974, p.49).

Ela (fortaleza) é que nos leva a enfrentar com galhardia as dificuldades da vida, a sofrer com coragem e firmeza, a resignar-se em face do inelutável, a ter perseverança em nossos propósitos. (João Torres, 1967, p. 53).

As virtudes morais, assim tomadas pelos livros didáticos, operam como aquele *elemento determinista, fatalista, mecânico* que Gramsci coloca como *religião* ou *excitante*, mas, *ao modo dos narcóticos*, imprimindo *resistência moral* e perseverança.

“Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo, etc.” A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência[...]<sup>69</sup>.

A paciência, a persistência, a magnanimidade ditadas pela disposição imperturbável do destino resultam na passividade e na falta de unidade crítica que atendiam aos interesses daquele momento político. O regime mantém seus discípulos na medida em que preserva *organizada a própria fé*. Assim, a ditadura militar de 1964 expressa sua apologia estribando-se na doutrina da Segurança Nacional da ESG, traduzida pela racionalidade de intelectuais orgânicos pretensamente capazes de fundar não só *um universo semântico comum* entre povo e governo como também de incitar comportamentos coletivos, visando aos objetivos nacionais.

O dinamismo da ordem social deve ser orientado segundo o critério do Bem Comum. Isso, porém, não se realiza pela simples edição de leis. A ordem naturalmente estabelecida corresponde a uma realidade, com características próprias, e cujo aperfeiçoamento só é efetivo quando a sociedade aceita e adota as alterações que lhe tenham sido propostas<sup>70</sup>.

Cabe aos intelectuais orgânicos circunscrever o desejo difuso do povo, conciliando-o com os interesses nacionais. Tal processo tem em vista condutas comuns que são estimuladas através da prática das virtudes, redundando em regras que estabelecem o que é melhor para todos. Assim, as orientações do manual **Atividades de Educação Moral e Cívica**, de Siqueira e Bertolin, passam primeiramente pelas virtudes morais voltadas para a valorização do homem e para seu bem-estar, confluindo para as aspirações da comunidade e do bem comum induzidos pelas virtudes cívicas.

“Virtude – caminho certo na vida”

Todo ser humano procura a felicidade. Para ser feliz, o homem precisa realizar-se, aperfeiçoar-se. Mas qual seria o melhor caminho para atingir essa realização?

<sup>69</sup> GRAMSCI. **Cadernos do Cárcere**. p.106.

<sup>70</sup> BRASIL. **Doutrina Básica**. p.105.

O caminho é a prática das virtudes, o aprimoramento do caráter no dia-a-dia, no convívio com nossos semelhantes. [...].

- **virtudes morais**, que levam à perfeição da natureza humana. São: justiça, prudência, fortaleza, temperança, obediência, humildade, sinceridade, tolerância, solidariedade e outras.

- **virtudes cívicas**, que levam o cidadão a ter amor à Pátria, a respeitar as leis e as autoridades constituídas, a trabalhar pelo bem comum, a conhecer melhor nossa terra e nossa gente, a ter espírito democrático etc<sup>71</sup>.

As virtudes morais afluem para orientações de vida pessoal, ajustando comportamento em relação ao próximo, enquanto que as virtudes cívicas redundam em *atos morais* coletivos dirigidos à pátria. Tais virtudes, mais uma vez, apresentam-se como meio prático para aliciar os cidadãos a servirem os interesses nacionais. Esse é o propósito da lição *Você e as virtudes morais e cívicas*, do manual de Elian A. Lucci.

- as **virtudes morais**, [...] são os atos que orientam a nossa vida e o nosso comportamento em relação ao próximo;

- as **virtudes cívicas**, [...] são os atos morais que realizamos pela Pátria. [...]. O amor à Pátria, o respeito aos símbolos nacionais, a obediência às leis e a preocupação que cada cidadão deve ter pelos interesses nacionais são considerados **virtudes cívicas**<sup>72</sup>.

Estimulados pela nova disciplina, os atos morais dirigidos à Pátria pretendem alinhar governantes e governados servindo àqueles em seus intentos de amalgamar e mobilizar forças em direção aos objetivos da Nação.

Oficial do Exército, Rubens Ribeiro dos Santos<sup>73</sup>, na introdução do livro **Educação Moral, Cívica e Política**, expõe que para o brasileiro compreender melhor *sua honrosa obrigação Constitucional* no sentido de se tornar *ativo e espontâneo colaborador nos encargos da Segurança Nacional impõe-se-lhe [...] uma completa e urgente Educação Cívica, Moral e Política*. Oportunamente para atender a esse objetivo, o referido manual coloca-se como uma *despretensiosa compilação de versados no assunto*. Assim inicia o capítulo II:

Apreciando as publicações sobre educação cívica resolvemos transcrever o magnífico trabalho sobre esse assunto que uma equipe de instrutores e alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, sob a direção do Coronel Octávio Costa, realizou no ano de 1966<sup>74</sup>.

<sup>71</sup> SIQUEIRA e SILVA, Antonio; Bertolin, Antonio. **Atividades de Educação Moral e Cívica**.p.31.

<sup>72</sup> LUCCI, Elian A. **TDMC- O trabalho dirigido de Moral e Civismo**. p.58-62.

<sup>73</sup> SANTOS, Rubens Ribeiro dos. **Educação Moral, Cívica e Política**. p.3.

<sup>74</sup> SANTOS, Rubens R. **op. cit.** p.93.

Definindo civismo como *a devoção pelo interesse público, pelo bem público, pela causa pública, pelo bem comum*, o manual de Rubens Ribeiro dos Santos, de acordo com o trabalho do Coronel Octávio Costa, ainda coloca civismo como a virtude *que leva à dedicação ao bem, à utilidade de seus concidadãos*.

Resultado da maneira como os intelectuais civis e militares interpretaram a realidade brasileira, o civismo de escola ativa, de vivência e de exemplo apregoado pelo Coronel Octávio Costa mais parece objeto de ficção.

Um novo sentido de civismo deve empolgar-nos. Um novo caminho devemos seguir. Uma nova luz. Não apenas o civismo teórico de adorar o passado, de bem dizer a bandeira e o hino. Mas um civismo dinâmico e moderno que nos ajude a amar o próximo; a crer na democracia; a trabalhar pela grandeza de nossa pátria; a superar a ignorância, a miséria e a dor; a vencer as injustiças sociais; a realizar, enfim, a grande obra do bem comum<sup>75</sup>.

Tal civismo, soluto na alquimia dos Objetivos Nacionais, não representaria fração suficiente para solver metal em ouro. Tomando por alicerce idéias adversas às disposições da maioria das pessoas sentenciadas à exploração econômica, sob o jugo da repressão política, que civismo superaria a miséria e a injustiça social? Porém, os trabalhos sob a direção do coronel Octávio Costa insistem que é mito desaguando num círculo vicioso de desalento a constatação de que *não pode* haver cidadania e civismo para quem não tem saciados as necessidades básicas da vida humana. Atentemos ao excerto do manual de Rubens Ribeiro dos Santos que trata do assunto.

Nas sociedades tradicionais, a educação é principalmente uma força conservadora. Na sociedade transitória de nossos dias, a educação tem aspectos conservadores e aspectos inovadores. É a harmonia e não o conflito entre a tradição e a evolução. Essa harmonia deve ser buscada entre as instituições mais mantenedoras – como a família – e os grupos mais evolutivos como o Estado. Dir-se-á, ainda, que não pode haver civismo onde não há teto, não há pão, não há roupa, não há remédio e não há livro. É outro mito com o mesmo círculo vicioso de desalento. Segundo ele, seria um escárnio falar em cidadania e em civismo a quem não pode, sequer, satisfazer as necessidades primárias da vida humana. Mas a consciência cívica da nação decerto muito ajudará a erradicar as nossas insuficiências fundamentais<sup>76</sup>.

<sup>75</sup> SANTOS, Rubens R. **op. cit.** p.93

<sup>76</sup> SANTOS, Rubens R. **op. cit.**p.94.

Por essa ótica, o Decreto nº. 58.023 de 21 de março de 1966, de Castelo Branco, estabelece que o Departamento Nacional de Educação estimule *em todo o país a educação cívica*, incentivando a *consciência cívica de cada comunidade*, contando e cooperando com iniciativas de outras esferas do Poder Público e iniciativas privadas. Reza o artigo 2º.

- A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres.

A formação cívica processar-se-ia obrigatoriamente nas escolas, embora ainda não como disciplina, mas como prática educativa, através de atitudes e posturas que garantissem a consolidação de costumes, hábitos e noções pretendidos pelas disposições de tal formação, devendo ser praticada pelos professores como atesta o Registro de Atas das reuniões do Corpo Docente do Ginásio Estadual de Fernando Prestes – SP. A Ata da 1ª. Reunião Pedagógica, aos dez dias do mês de outubro de 1966, registra a leitura do artigo 70 do Regimento Interno que se refere aos deveres do professor. Pela alínea d compete ao professor *colaborar na formação moral e cívica dos alunos e dar-lhes o exemplo de urbanidade, civismo e exatidão no cumprimento do dever*. (ver anexo).

Pelo artigo 5º. do citado decreto, institui-se, na Divisão de Educação Extra-Escolar, o setor de Educação Cívica ao qual caberá juntamente com a Campanha Nacional de Material de Ensino a promoção e a estimulação de comemorações *das grandes datas nacionais e dos centenários de brasileiros ilustres, bem como prestigiar as festas populares, de caráter tradicional, e as manifestações folclóricas*. Finalidade que seria incorporada pelo decreto-lei de 1969 que dispõe sobre a inclusão da EMC como disciplina obrigatória.

*A preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade* bem como *o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história*, objetivos da EMC, aplicados pelas escolas, seguia orientações publicadas no Diário Oficial, como se observa pela Ata da Segunda Reunião

Pedagógica de 25 de Agosto de 1970 do Ginásio Estadual Dr. Cristóvão Colombo da Gama, da cidade de Fernando Prestes-SP (ver anexo).

Dando início à reunião, a Sra. Diretora discorreu sobre a Semana da Pátria, seguindo a orientação do Diário Oficial e, sobre este item, ficou resolvido como seria comemorada, de forma bastante ativa, a Semana da Pátria

Durante a Semana da Pátria, os alunos e professores exibiriam como parte de sua indumentária um crachá com as cores nacionais; cantariam o Hino Nacional todos os dias, antes da entrada em classe; realizariam trabalhos alusivos ao tema com exposições. Culminariam as comemorações, no dia 7, *com o desfile, discurso de alunos e mestres, e missa no próprio estabelecimento de ensino.*

A Ata da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município de Fernando Prestes (ver anexo), de 16 de abril de 1970, lavra a Resolução nº. 18 de 24/3/70 *sobre a obrigatoriedade de ministrar nas Escolas, em todas as séries, a Educação Moral, Social e Cívica, como Prática Educativa*, detalhando objetivos específicos referente à moral e ao civismo. Ressalta ainda a *compreensão do respeito a Deus e do amor à Família* como valores morais maiores, atrelando-os ao civismo, incitando o amor à *grande instituição Pátria Brasileira*, através do *conhecimento dos seus ideais, história, ambiente físico e problemas, considerando-a como Lar, Terra e Mãe.*

O manual **Educação Moral, Cívica e Política**, de Rubens R. dos Santos, ainda baseado nos trabalhos do Coronel Octávio Costa, distingue cinco grandes áreas da educação cívica: *a educação cívica familiar, a escolar, a militar, a comunitária, a popular, intimamente ligadas e interdependentes*, cabendo a cada categoria *fixar ideais políticos, econômicos e psicossociais*. Fixação de ideais que, *como em todo o processo pedagógico*, destaca o manual, só poderá ser feito a expensas de interiorização de valores.

Sem uma profunda interiorização de valores, todo esforço poderá ser inútil, quando não for contraproducente. É o que sucede comumente no quadro de nossa aprendizagem tradicional: vamos, ano a ano, ao longo da vida escolar, do pré-primário ao universitário, aprendendo geografia, aprendendo história, aprendendo linguagem. Mas quando realmente precisamos de saber

linguagem, de saber história, de saber geografia, medimos o tempo perdido, pois a aprendizagem que não interioriza valores não é aprendizagem<sup>77</sup>.

Porém, dentre os valores que compete à educação cívica familiar interiorizar estão a obediência, o respeito, a lealdade, a paciência, o perdão, a renúncia como elementos de estímulo à condescendência e à tolerância que favorece o grupo do poder no jogo entre dominantes e dominados. Assim se expressa o manual:

À educação cívica familiar cabe interiorizar, principalmente, valores ético-emotivos, morais e espirituais. Estimular a obediência e o respeito; a verdade e a lealdade, a honestidade e o sentimento do dever; a operosidade e a paciência; a autoconfiança e a iniciativa; o amor, o perdão e a renúncia. [...] Dirse-á que a imensa maioria dos pais não está preparada para realizar a formação cívica dos seus filhos. Competirá à comunidade ajudá-los na tarefa, criando escolas matrimoniais e divulgando brevíários indispensáveis à sua divulgação [...] <sup>78</sup>.

Apesar dos bons intentos da educação cívica escolar, apresentado no manual de Rubens Ribeiro, quanto à interiorização de valores positivos como o antipreconceito e a tolerância, entre outros, o civismo toma dimensões idealistas e ufanistas.

À educação cívica escolar cabe interiorizar, sobretudo, valores culturais, espirituais, políticos e sociais. Estimular a tenacidade e a autoformação; o antipreconceito e a tolerância; a fraternidade e a humildade; a imaginação e o anseio de renovação; a independência e a responsabilidade; o espírito construtivo e o pioneirismo. Seus veículos variam com o nível escolar, mas o livro e o mestre estão sempre presentes [...]

No nível primário se fixa a liturgia do civismo com os símbolos da pátria. A pintura e o canto são instrumentos efetivos dessa fixação. Quem aprendeu a ler, a escrever e a contar, cantando, nos intervalos, o hino à Liberdade, o hino à Independência, o hino à República, o hino à Bandeira, o Deus Salve a América, jamais esquece as sugestões dos estribilhos e sente um frêmito de entusiasmo renovador ouvindo a banda passar<sup>79</sup>.

O culto do herói, proposto ainda no manual acima mencionado, tem o propósito de moldar o jovem: trabalho do “bom educador” para assegurar a continuidade de relações que sobrevivem sob interesses das classes dominantes.

<sup>77</sup> SANTOS Rubens R. **Educação Moral, Cívica e Política**. p. 95.

<sup>78</sup> SANTOS Rubens R. **op. cit.** p. 95.

<sup>79</sup> SANTOS Rubens R. **op. cit.** p. 95.



No nível médio, no início da adolescência, surge o momento ideal para o culto do herói. Para a criação dos autênticos valores ético-emotivos que perduram na organização das relações humanas. Mesmo porque o culto do herói é o renascimento emocional do amor e da admiração dos filhos a seus pais e aos mestres [...] A história e a geografia podem ser nessa fase como cinzéis nas mãos hábeis e milagrosas dos bons educadores<sup>80</sup>.

Para o nível superior, o manual de Rubens Ribeiro dos Santos prescreve exemplos de verdade e de vivência, uma vez que o *civismo lírico e literário* surtiria *efeitos contraproducentes*. Tal prescrição, porém, vem com a necessidade urgente de integração dos jovens e do controle político e ideológico, na conjuntura do pós-golpe.

O teatro, os torneios oratórios, a boa imprensa estudantil, os júris simulados, as oficinas escolares, o recenseamento, a pesquisa sociológica, as campanhas sanitárias, os reparos nas escolas e as pequenas obras públicas nos bairros pobres são algumas de tantas atividades do gênio inventivo da mocidade, ajudando a fazer civismo. Devem ser estimulados e de certo modo orientados pelos educadores, sem que jamais se desvirtue a autenticidade da iniciativa estudantil<sup>81</sup>.

Esse civismo de *verdade e de vivência* através de práticas assistencialistas é caiação das mazelas que serve à segurança nacional para legalizar uma política social, fruto do protótipo econômico que privilegia esferas minoritárias em detrimento da massa trabalhadora.

A educação cívica militar, divulgada no manual **Educação Moral, Cívica e Política**, de Rubens R. dos Santos, é parte de uma ação pedagógica que estimula e ajusta o jovem, convenientemente. As qualidades morais, notadamente a disciplina e a cooperação concorrem positivamente para a desejada ordem militar.

À educação cívica militar cabe interiorizar principalmente valores morais e sociais. Estimular a disciplina e o sentimento do dever; a solidariedade e a cooperação; a coragem e a abnegação, bem como os hábitos da higiene física e moral<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> SANTOS Rubens R. **op. cit.** p. 96.

<sup>81</sup> SANTOS Rubens R. **op. cit.** p. 96.

<sup>82</sup> SANTOS Rubens R. **Educação Moral, Cívica e Política**. p. 96.

Ainda dentro das cinco áreas da educação cívica, proposta pelo Coronel Octávio Costa, Rubens Ribeiro dos Santos destaca a educação cívica comunitária, também com conotações de assistencialismo social.

A educação cívica comunitária deve estar a cargo da comunidade de trabalho, da comunidade religiosa, da comunidade esportiva, da comunidade recreativa, do sindicato, da rua, do bairro, do campo e da cidade. Cabe-lhe interiorizar principalmente valores sociais e estimular, sobretudo, o espírito comunitário. Vale-se da reunião, do debate, da visita e da obra social<sup>83</sup>.

Encerrando o estudo sobre as áreas do civismo, o referido manual expõe a educação cívica popular, através da qual serão interiorizados valores políticos e sociais. Porém, tais valores são ideologicamente usados para legitimar, mais uma vez, o discurso do poder constituído, além de escamotear uma realidade política que suprimia partidos, reduzia o poder legislativo e estabelecia eleições indiretas. Analisemos o excerto a seguir.

A educação cívica popular é a que deve estar a cargo da grande comunidade nacional. Cabe-lhe interiorizar valores políticos e sociais. É a grande escola de civismo. Trata-se de ensinar a todos o que é democracia; o valor do voto; a importância de votar bem; a arte de conviver; de cooperar; e, sobretudo, a de servir e não a de servir-se. Enfim, de educar os sentimentos do povo, de aperfeiçoar o seu caráter e de fortalecer o seu moral. Seus veículos principais são o rádio, a imprensa, a televisão, cartaz e o livro<sup>84</sup>.

Perseguindo, portanto, a trilha de que *a consciência cívica da nação* ajudaria a erradicar as *insuficiências fundamentais* do Brasil, são tomadas pelo governo federal duas providências consideradas os primeiros passos *na imensidão da tarefa a realizar*: a regulamentação da educação cívica e a lei de 1965 declarando Tiradentes patrono cívico da nação brasileira.

A vitalização das virtudes cívicas e o fortalecimento da consciência de nacionalidade, explorados nos manuais, estimulam o cidadão brasileiro a se transformar

---

<sup>83</sup> SANTOS Rubens R. **Educação Moral, Cívica e Política**. p. 97.

<sup>84</sup> SANTOS Rubens R. op. cit. p. 97.

em soldado do Brasil. Aparentemente com o intuito de inculcar a idéia de personificação da nação como vontade única em torno de um único projeto, sob a qual os ideólogos do regime de 1964 montaram a mística de interesse nacional, Rubens Ribeiro dos Santos, em **Educação Moral, Cívica e Política**, expõe, como lição, um trecho da conferência pronunciada pelo General Ex. Aurélio de Lyra Tavares, em 25 de agosto de 1965.

Soldado do Brasil não são apenas os homens fardados [...]. Também o são os que trabalham por sua grandeza, na luta anônima de todos os dias, nos campos, nas fábricas, nos transportes, nos escritórios, nos hospitais, nas salas de aula e em todas as atividades que dão vida e dão força à Nação, impulsionando-a para fortalecê-la, enriquecendo-a para fazê-la mais feliz<sup>85</sup>.

A revitalização dos valores morais, éticos, cívicos e sociais pretendendo articular e canalizar o apoio de estudantes para atividades voltadas para o fortalecimento e o engrandecimento da nação sincroniza-se com o manual didático – caldeirão político e ideológico.

Prescrevendo valores e virtudes, os manuais didáticos de moral e civismo concorrerem, por um lado, para a manutenção da ordem, garantindo a segurança, e por outro, afiançariam o desenvolvimento, convocando o homem, instigando-o ao progresso. Talvez fosse essa a intenção de Rubens Ribeiro dos Santos, no manual **Educação Moral, Cívica e Política**. Atentemos ao excerto a seguir.

Os nossos antepassados, com lutas, esforço, trabalho e Fé, entregaram-nos um Brasil livre e soberano. Com os olhos fixos na Bandeira da Pátria, devemos continuar trabalhando pelo seu progresso, à custa de qualquer sacrifício. Apoiados nas tradições espirituais e morais do nosso povo, com liberdade, sob o regime democrático, precisamos lutar pelo desenvolvimento do País, a fim de conseguir paz social, prosperidade e bem-estar para todos os brasileiros. Devemos amar e defender as grandes instituições da Religião, da Família, da Justiça, das Forças Armadas e da Pátria<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> SANTOS Rubens R. op. cit.p. 147.

<sup>86</sup> SANTOS Rubens R. op. cit.p. 155.

Era preciso, portanto, atentar para os princípios éticos, morais e cívicos, uma vez que o menosprezo de tais princípios, prevê a ESG, poderia gerar discórdias sociais e atividades contra a autoridade constituída que minariam o vigor do desenvolvimento.

Dessa forma, a segurança e o desenvolvimento da nação, dentro do arremedo de democracia pretendida pela ditadura militar configuram-se como obra comum a ser realizada *pelas energias espirituais, morais e físicas de todos os brasileiros* incitados pelo estribilho **À Pátria tudo se dá e nada se pede.**

### **CAPÍTULO III – OS VALORES CÍVICOS NOS MANUAIS DIDÁTICOS**

Rastreando ainda o conceito de nação – guia que proverá o trânsito até a pretendida compreensão do processo político e educacional pós-1964 – trafegaremos pelos manuais didáticos abrindo caminhos agora através das virtudes cívicas aí sinalizadas. Atentaremos aos heróis e aos símbolos nacionais que ajudaram a compor as justificativas ideológicas, organizando-se em modelos que serviram à legitimação e à organização racional do governo militar.

Na primeira parte deste capítulo, examinaremos o papel dos heróis nacionais, no contexto dos manuais de moral e civismo, na tentativa de avaliar sua participação na produção de um imaginário social que alimentou o discurso institucional pós-1964. A segunda parte ocupa-se dos símbolos nacionais e suas possíveis vinculações com manobras para assegurar atitudes coletivas propícias aos propósitos nacionais.

#### **1. HERÓIS NACIONAIS**

Os manuais didáticos de moral e civismo colocam em prática, de um modo geral, pressupostos equivalentes aos produzidos pela prática dominante procedentes da competência e do centralismo do Estado Militar. Pressupostos estes que, de acordo com a mística nacional de bem comum, presidiam, pela reorientação da história nacional (exaltação de heróis e símbolos que personificam a consciência coletiva), a produção de um imaginário que justificasse a crença de Brasil Grande.

O bem comum, de acordo com a doutrina da ESG<sup>1</sup>, pode ser focado sob os preceitos de segurança e desenvolvimento. Recorrendo-se aos valores tradicionais espera-se lograr o espírito de conservação e ordem, o que se traduz em segurança. Por outro lado, persegue-se a modernização como engrandecimento e progresso da nação e de cada indivíduo, contido no conceito de desenvolvimento.

Por tal ótica, para o cumprimento do bem comum, buscou-se cristalizar, não só as virtudes e os talentos dos protagonistas consagrados pela história, bem como seus feitos, como modelo para uma sociedade que favorecesse a realização das potencialidades humanas voltadas para o desenvolvimento, de maneira que o homem

---

<sup>1</sup> BRASIL. *Doutrina Básica*. p. 29.

visse ali vestígios e pegadas de seus desejos e de suas aspirações. Essa justificativa racionalizada de organização de poder teria que se apresentar de forma legível ao povo. Era preciso manipular seu imaginário em direção aos valores do novo regime. O que, em grande parte, realizou-se através da reprodução de uma ideologia legitimada pelo prestígio do herói. Tal reprodução, tendo em vista a conservação de uma determinada ordem social, tenta inculcar valores do dominador, solidificando o vínculo entre dominantes e dominados. É o que veremos no decorrer deste capítulo, uma vez que tais heróis foram marcados por estereótipos e idealizações, oferecendo-se como proposições únicas e verdadeiras.

Dessa forma, Plínio Salgado, em **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**, ensina o aluno a pautar sua vida pela imitação dos feitos dos heróis, na pretensão de garantir valores convenientes à ordem vigente.

Herói não é apenas o guerreiro ou o homem que pratica façanhas extraordinárias, mas também aquele que se distingue pelas suas virtudes ou talentos.

O culto dos heróis engrandece a Pátria e estimula seus filhos para que também se engrandeam, imitando aqueles que foram grandes pelos seus feitos.

Numerosos são os heróis brasileiros que se notabilizaram na guerra ou na paz, no desbravamento dos sertões, na luta contra os invasores, na ação de estadistas, nas realizações científicas, nas criações artísticas.

A eles devemos render nossas homenagens e procurar pautar a nossa vida de acordo com o que eles nos ensinaram pela palavra e pelo exemplo<sup>2</sup>.

A autoridade do herói, provinda de suas *virtudes*, da *nobreza de alma* e de seu *caráter irrepreensível*, traz um elemento irracional próximo da fé, carregando um cunho conformista que atende aos interesses da classe dominante. Assim, os intelectuais orgânicos do regime militar, à medida que sustentam o *culto dos heróis* como *obrigação cívica*, mantêm seus discípulos, endossando seus argumentos com a dignidade das *altas expressões humanas*. Esse é o intento de Plínio Salgado, no citado manual, ao relacionar heróis e santos, tendo como argumento o trabalho e o sacrifício.

O *Cristianismo* tem os seus heróis nos santos; as *Nações* possuem-nos nas altas expressões humanas de seus guerreiros, estadistas, cientistas, filósofos, artistas, que honraram a Pátria por seus trabalhos e sacrifícios<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. p.86.

<sup>3</sup> SALGADO, Plínio. **Op. cit.** p.87.

Para o funcionamento e difusão de tais formulações armadas sobre verdades convenientes, são necessários expedientes convencionados que traduzam a ordem desejada sob a direção e a advertência de signos, símbolos e alegorias.

Para atender nossas necessidades quanto à compreensão da construção de uma simbologia em torno da legitimação de novos regimes, valemo-nos, em parte, das idéias de José Murilo de Carvalho<sup>4</sup>, na obra **A Formação das Almas**. Ocupando-se de elementos das justificativas ideológicas da república, o autor examina o modo pelo qual alegorias e mitos atingiram o imaginário popular.

*Heróis são símbolos poderosos*, diz José Murilo de Carvalho, *são verdadeiras encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva*. São, portanto, recursos eficientes *para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos*. Dessa forma, continua o autor, *não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico*. A figura do herói torna-se imprescindível, principalmente quando *falta envolvimento real do povo na implantação do regime*, sendo necessário uma mobilização simbólica.

Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados<sup>5</sup>.

Assim, o regime militar tratou logo de construir ou de restaurar heróis para avaliar a nova situação, começando com a lei nº. 4.897 de 9 de dezembro de 1965 que declara Tiradentes o Patrono Cívico da Nação Brasileira. O artigo 2º. determina que as Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino e repartições públicas homenageiem a *excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efigie do glorioso republicano*. Tal manifestação, diz o artigo 3º., *do povo e do Governo da República [...] visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória já que reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus*

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

<sup>5</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. p. 55.

*concidadãos como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos.*

Acompanhemos a análise que José Murilo de Carvalho lança sobre **Tiradentes: um herói para a República**, o que nos permitirá abstrair, através dos manuais de moral e civismo, as funções de uma das figuras heróicas na ditadura militar.

O autor de **A Formação das Almas** nos mostra que a publicação da obra **História da Conjuração Mineira**, em 1873, de Joaquim Norberto de Souza e Silva marca um dos mais importantes momentos da *luta pela construção do mito de Tiradentes*. Declarando-se *observador isento, o monarquista convicto* José Norberto traz revelações *provavelmente verdadeiras do ponto de vista histórico*, despertando irritação popular. Trata-se, expõe Murilo de Carvalho, da conversão operada *na personalidade e no comportamento de Tiradentes por força do prolongado período de reclusão, dos repetidos interrogatórios e da ação dos frades franciscanos*. O *ardor patriótico* de Tiradentes *teria sido substituído pelo fervor religioso*. Houve protestos dos republicanos que *negavam ter Tiradentes beijado as mãos e os pés do carrasco e de ter caminhado para a forca em solilóquios com o crucifixo*. Murilo de Carvalho acredita, todavia, que o inconfidente tivesse, pelo traumático experimento da prisão e pela *lavagem cerebral* aplicada pelos frades franciscanos, *realmente se transformado em um místico*.

Nesse caso, não seriam de surpreender a menção à morte de Cristo, a quem queria imitar, o beijo nos pés do carrasco, também referência clara ao perdão de Cristo a seus algozes, e a marcha para a forca em solilóquio com o crucifixo que os frades lhe tinham colocado entre as mãos atadas<sup>6</sup>.

Porém estavam equivocados aqueles que acreditavam que *o misticismo final de Tiradentes* o descredenciava como herói cívico, diz o autor de **A Formação Das Almas**. A partir daí as representações de Tiradentes apropriam-se da *simbologia religiosa* aproximando-o *da figura de Cristo*.

O cerimonial do enforcamento, o cadafalso, a forca erguida à altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorrera também serviram ao simbolismo da sementeira do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente de cristãos<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. **op. cit.** p. 64.

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Op. cit.** p.68.



Assim, como vítima, não só de um sonho, mas também vítima do governo português e dos *companheiros de conspiração* os quais se acovardaram, lançando *sobre ele toda a culpa*, sobrevém o êxito de Tiradentes.

Congratulou-se com os companheiros quando foi comunicada a suspensão da sentença de morte, satisfeito por ir sozinho ao cadafalso. Explicitamente, como Cristo, a quem quis imitar na nudez e no perdão ao carrasco, incorporou as culpas, as dores e os sonhos dos companheiros e dos compatriotas. Operava pelo sacrifício, no domínio místico, a salvação que não pudera operar no domínio cívico<sup>8</sup>.

Refletindo sobre as fases da construção do mito e sua ambigüidade, Carvalho mostra que de início *Tiradentes era apresentado como o herói republicano* o que claramente *antagonizava os monarquistas* e dividia as pessoas. Para solidificar o governo, *a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo*. Para tanto, Tiradentes não poderia *ser visto como herói republicano radical*, mas como *herói cívico-religioso* ou ainda, *como mártir* que integrasse todo povo. Tal *ideal de representação universal da nação* já tinha seu germen antes da República. Os monarquistas, *ao final do Império* começam a *reivindicar para si a herança de Tiradentes*.

Escrevendo após a proclamação, o visconde de Taunay reclamava contra o monopólio que os republicanos, especialmente os jacobinos, queriam manter sobre a memória do herói. Ao libertar o país, o Império, alegava, realizou o sonho de Tiradentes. Por essa razão, “também nos pertence”<sup>9</sup>.

Dessa forma, Tiradentes, aos poucos, impõe-se como *herói nacional* muito mais do que como *herói republicano*.

José Murilo de Carvalho fecha sua análise mostrando que os intentos em *transformar Tiradentes em herói nacional*, não suprimem a *ambigüidade do símbolo*. A república dele se apropria, *declarando o 21 de abril feriado nacional* e edificando, em 1926, *a estátua em frente ao prédio da Câmara*.

Os governos militares recentemente foram mais longe. Lei de 1965 declarou Tiradentes patrono cívico da nação brasileira e mandou colocar retratos seus em todas as repartições públicas. Durante o Estado Novo, foram representadas peças de teatro, com apoio oficial, exaltando a figura do herói.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. p.68.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. **op. cit.** p.70/71.

Foi também dessa época (1940) a primeira tentativa de modificar a representação tradicional, estilo nazareno. José Walsht Rodrigues, especialista em uniformes militares, colaborador do integralista Gustavo Barroso, pintou Tiradentes como alferes da 6ª. Companhia do Regimento dos Dragões. O herói cívico é aí militar de carreira<sup>10</sup>.

O autor de **A Formação das Almas** revela ainda que a esquerda também *não abriu mão* de Tiradentes: um movimento guerrilheiro da década de 1970 adotou seu nome, Portinari *o pintou na década de 40*, o Teatro de Arena *reviveu a imagem subversiva do inconfidente*.

É importante atentar à nota de Murilo de Carvalho referente ao fato de o governo militar não adotar a representação apresentada por Walsht Rodrigues. O Decreto de 1966 que complementa a lei de 1965 adota como modelo a ser usado para a *representação de Tiradentes [...] nas repartições públicas a estátua do Palácio Tiradentes*. A estátua reproduz o inconfidente *de alva a caminho da forca* mantendo, todavia, uma *atitude desafiadora e rebelde*, compromisso *entre as versões cívica e religiosa*.

Não por mero acaso os militares se apropriam dessa figura de Tiradentes. O herói cívico-religioso integraria todo o povo no ideal de realização de Brasil Grande, de Brasil liberto e forte. O soneto de Baltazar Godói Moreira, reproduzido no livro **Moral e Civismo**, de Maria Braz, servindo a tal propósito revela ainda o mártir que *serenamente como os bravos morrem* pela nação.

Tiradentes

A frente erguida, sobranceiro o porte,  
do cadafalso atroz galgando a escada,  
tranqüilo ele caminha para a morte  
como quem marcha em luminosa estrada!

Não lhe sorrira na aventura a sorte!  
Porém lhe fica a mágoa suavizada,  
prevendo num Brasil liberto e forte  
sua grandiosa idéia realizada.

A pátria, a glória, a liberdade, o ideal,  
mil pensamentos e visões lhe ocorrem  
nesse momento trágico, fatal.

E é forte, magnífico, viril,  
serenamente como os bravos morrem,  
que ele sabe morrer pelo Brasil!<sup>11</sup>

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo de. **op. cit.** p.71.

<sup>11</sup> BRAZ, Maria. **Moral e Civismo**- livro IV. P.17.

A codificação do herói patriótico e cívico com a *fronte erguida* e o porte *sobranceiro, forte e viril* é arrematada pela figura do mártir religioso que à semelhança de Cristo *caminha para a morte*, assim como *quem marcha em luminosa estrada*. Apelo ao vigor patriótico e religioso que polarizava misticamente as pessoas em torno da disposição à participação e da fidelidade ao pacto do bem comum, em nome da *pátria*, da *glória*, da *liberdade*, do *ideal*.

A intimação à participação no projeto de Brasil Grande ainda se disfarça em textos armados com aspectos formais e lingüísticos que promovem o leitor ao estatuto de interlocutor. Analisemos o excerto do manual **Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica**- vol. I, de Avelino Antonio Correa.

#### **O Brasil Precizou Deles**

A nossa Pátria possui muitos filhos que ficaram na história, nos livros, nos nomes de cidades, ruas, praças, monumentos, ficaram principalmente no coração dos seus irmãos brasileiros.

Por que ficaram? Porque responderam **SIM** quando o Brasil precisou deles.

Este capítulo é uma homenagem a alguns deles. Mas não só isso. Porque homenageá-los sem imitá-los é covardia. Temos de seguir-lhes o exemplo. O Brasil precisou deles e precisa de nós.

Portanto, este capítulo é uma homenagem a alguns de nossos irmãos imortais e é um convite para imitá-los na ação, nos estudos, no trabalho, na dedicação desinteressada pelo engrandecimento de nossa Pátria.

#### **TIRADENTES, PATRONO CÍVICO DO BRASIL**

“... se todos quisessem, se poderia fazer do Brasil uma grande nação.” Tiradentes<sup>12</sup>.

Texto (locutor) e leitor (destinatário) encontram-se defrontados pela referência conjunta e direta circunstanciada pala relação sintática da 1.<sup>a</sup> pessoa do plural (nós), o que desloca o discurso para a *troca interpessoal*, disfarçada de livre troca. O leitor conclamado nessa cumplicidade sintática percebe-se referido como testemunha na conjuntura dialógica<sup>13</sup>. A lição “O Brasil precisou deles” congrega aspectos lingüísticos de um diálogo possível, uma vez que incorpora traços de intervenção dialógica. A fórmula traz maior energia fática, explica Paul Zumthor<sup>14</sup>, *quando apresenta um*

<sup>12</sup> CORREA, Avelino A.. **Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica**- vol. I. p.73

<sup>13</sup> ZUMTHOR, Paul. **A letra e a Voz**. p.226.

<sup>14</sup> ZUMTHOR, Paul. **Op. cit.**p.223.

*pedido, uma ordem ou um apelo à ação* podendo também se cristalizar em clichês como as perguntas que tentam um jogo de aproximação, apelo e provocação do outro.

Assim é que ao mostrar que *nossa Pátria possui muitos filhos que ficaram na história*, o narrador dirige-se ao leitor e pergunta: - *Por que ficaram?* Sem dar tempo para que o suposto interlocutor silencioso titubeie, o narrador é concludente induzindo-o ao SIM, ao assentimento ao *convite* (ou intimação?) para imitar os heróis *na ação, nos estudos, no trabalho, na dedicação desinteressada pelo engrandecimento de nossa Pátria*.

A intimação é reforçada pelo suplemento extratextual – testemunho oportuno aos propósitos do texto, do próprio Tiradentes: “... *se todos quisessem, se poderia fazer do Brasil uma grande nação*”.

A interferência do narrador, bem como a informação adicional – depoimento que solenemente autentica a rubrica do texto, no espaço e no tempo – cumprem um papel didático ao orientar (ou induzir?) o jovem leitor nas regras do jogo.

Tais artifícios incrementam o apelo para que os interesses nacionais se integrem e se projetem na consciência nacional. Resposta ao processo pedagógico que a doutrina da ESG<sup>15</sup> impõe à comunidade nacional para que esta perceba *a real importância* dos interesses nacionais e os considere como suas próprias aspirações.

Dessa forma, a elite dirigente aciona o *trabalho educativo bem orientado* para *despertar na população interesses, aspirações, valores e objetivos novos* visando *induzi-la a mudanças imprescindíveis ao Bem Comum*, e à integridade do Estado. Coesão perseguida, *seja pela fixação de um denominador comum*, seja à forja *de um compromisso* ou ainda *pela imposição da força*<sup>16</sup>. Quanto ao último item, a ditadura militar de 1964 foi fértil em exemplos a contar os atos institucionais. O *denominador comum*, fomentado no cadinho da moral e do civismo, selava o *compromisso* de todos na empresa que não fracassaria assentada no lastro da solidariedade. É assim que o exemplo maior de Tiradentes, quanto ao compromisso e à solidariedade, deve ser imitado pelo aluno no trabalho desinteressado em prol do projeto da nação. Esse é o recado da lição “O Brasil precisou deles”, no manual **Estudo dirigido de educação moral e cívica**, de Avelino Antonio Correa.

<sup>15</sup> BRASIL. **Doutrina Básica**. p.28.

<sup>16</sup> BRASIL. **Op. cit.**p.31.

[...] Tiradentes sabia: se a Inconfidência Mineira fracassara, outras não fracassariam, desde que não houvesse fraquezas. Era preciso dar o exemplo de solidariedade e união até o fim<sup>17</sup>.

A reabilitação de Tiradentes abona a hipótese aqui levantada sobre uma suposta tentativa de aproximação ideológica entre a “Revolução” de 1964 e a Conjuração Mineira, sob as mais altas aspirações de Pátria, de liberdade e de ideal de grande nação. Ambas não se lançaram à ação concreta. Um dos aspectos do êxito de Tiradentes como herói provém do fato, expõe José Murilo de Carvalho<sup>18</sup>, *de não ter a conjuração passado à ação concreta* poupando derramamento de sangue, permanecendo, portanto, potencial *a violência revolucionária*. Tiradentes passa a ser *o mártir ideal e imaculado* que se sacrifica pela Pátria, cabendo a *violência real* aos carrascos. É o que se depreende do citado manual de Avelino A. Correa.

[...] Coube a Tiradentes a pena mais cruel: seria conduzido pelas ruas centrais do Rio de Janeiro até a forca, carregando a corda que o estrangularia. Após o enforcamento, seu corpo seria esquartejado e as partes penduradas em lugares públicos para atemorizar o povo [...]. Na alegria provocada pela comutação das penas, enquanto davam vivas à rainha, ninguém se lembrou de Tiradentes, que tudo fizera pelos companheiros, e ainda continuava amarrado a um canto, esperando o trágico fim. Mas o mártir de nossa Independência não se queixou. Estava satisfeito, pois via os companheiros salvos.

Instantes antes de morrer, ouviram-lhe as últimas palavras:  
“- Oh! Pátria! Recebe meu sacrifício!”<sup>19</sup>

Por sua vez a “Revolução” de 1964, redimindo a nação, também não dispara um só tiro. O artigo *Jarbas Passarinho, Ideologia Tecnocrata e Ditadura Militar*, de Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar, traz as considerações do ex-ministro da educação:

Foi a Nação, essa sim, que, unida pelo mesmo ideal, exigiu dar-se um paradeiro à desordem generalizada, econômica e social, à preparação do autogolpe, à quebra da disciplina culminando no motim dos marinheiros e na agressão à hierarquia. Só assim se explica que o governante fosse deposto sem um só tiro disparado e que a multidão popular, antes em passeatas de protesto, logo comemorasse nas ruas a queda de um presidente débil e ambíguo [...]. Os que fizemos 31 de Março de 1964 correspondemos ao anseio nacional.<sup>20</sup>

<sup>17</sup> CORREA, Avelino A. **Estudo dirigido de Educação moral e Cívica**, vol. I. p.75.

<sup>18</sup> CARVALHO, José M. de. **A formação das Almas**. p.68.

<sup>19</sup> CORREA, Avelino A. **op. cit.** p.75.

<sup>20</sup> Revista HISTEDBR *On-line*, Campinas, n.23, p.3-25, set. 2006-ISSN:1676-2584.

Assim, quem responderá pela violência, do ponto de vista do poder, ou seja, do ponto de vista dos golpistas, é a ação subversiva. Passarinho parte do princípio, explica Ferreira Jr. e Bittar, *de que a luta armada instituída pelas esquerdas brasileiras teria gerado o caráter ditatorial assumido pelo regime militar*. Todavia, concluem os autores do citado artigo, *a luta armada, como expressão da violência praticada pelo oprimido, veio como resposta à violência imposta originalmente pelo opressor*. Os golpistas queriam, diz Thomas Skidmore, *pôr as mãos nos supostos líderes subversivos*.

Os apologistas da repressão costumavam dizer que os possíveis excessos seriam insignificantes em comparação com o que a esquerda teria perpetrado se houvesse conquistado o poder. No entanto, permanecia o fato de que elementos da polícia e das forças armadas, devidamente autorizados, recorreram à tortura<sup>21</sup>.

A *Inconfidência Mineira fracassara*, mas outras empresas não fracassariam, mostra o manual didático, *desde que não houvesse fraquezas*. O êxito resultaria da *solidariedade*, da *união* (caráter cívico) e do *sacrifício* (caráter místico). Tiradentes, o herói cívico-religioso, imprimindo unidade de ação à coletividade, adequa-se aos propósitos de nação perseguidos no pós-1964. A Conjuração Mineira projeta-se, enfim, como fiança para restaurar o Golpe em Revolução.

Não é surpresa observar que uma leitura complementar sobre a biografia de Tiradentes, exaltando seu *caráter nobre, feroso e aventureiro* além da *dignidade* e do *heroísmo exemplares*, acompanhe a lição “Aspirações e Objetivos Nacionais”, no manual **Organização Social e Política do Brasil**, de Ricardo Alencar. Analisemos como o manual trata o assunto colocando os objetivos nacionais como aspirações comuns do povo e elegendo cada cidadão o guardião dos interesses da nação.

O órgão responsável pelo estabelecimento dos objetivos nacionais e das aspirações nacionais é o **Conselho de Segurança Nacional** [...]. Os objetivos nacionais devem estar presentes em cada cidadão brasileiro; por isso, dizemos que eles são aspirações comuns do nosso povo.

Todas as aspirações e objetivos nacionais representam a própria razão de ser da Nação. Por isso, cada cidadão deve impedir que qualquer um deles seja violado ou prejudicado. [...] podemos afirmar que tudo o que foi dito até agora sobre as aspirações e os objetivos nacionais pode ser resumido nas palavras **Ordem e Progresso**, que há muito figuram em nossa Bandeira e que refletem, sem dúvida, a aspiração do nosso povo como nação.

**Desenvolvimento e Segurança** são palavras usadas mais recentemente como sinônimos do lema de nossa Bandeira<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. p. 58.

<sup>22</sup> ALENCAR, Ricardo. **Organização Social e Política do Brasil**. p. 45.

A leitura complementar à lição citada do manual de Ricardo Alencar faz sentido à medida que desempenha um propósito pedagógico, uma vez que o manual didático reserva-se a um estudante do “1º. grau”, ao qual se pretende reforçar o apelo à consciência nacional, ideais comuns e esforço individual.

### **TIRADENTES**

[...] De caráter nobre, fogoso e aventureiro, não demorou a participar do movimento conspirador para a emancipação do País. Com sua característica eloqüência, liderou o movimento da Inconfidência Mineira, pregando os ideais de liberdade.

Traído por Joaquim Silvério dos Reis, foi preso, ficando incomunicável por quase três anos. Neste período mostrou dignidade e heroísmo exemplares, honrando o que prometera: “o papel mais arriscado, quero-o para mim...”. Assumiu toda a responsabilidade pelo levante, livrando da pena de morte os seus companheiros, que obtiveram indulto da rainha. Voltou-se tranqüilo para o seu confessor e disse: “Dez vidas eu daria, se as tivesse, para salvar a vida deles”<sup>23</sup>.

O compromisso do estudante é estimulado pelo texto que se subordina ao fim de operacionalizar a intenção persuasiva do binômio ali implícito: o caráter fogoso e aventureiro vincula-se ao Progresso; enquanto a dignidade, o heroísmo, a honra e a responsabilidade à Ordem. Assim, o texto **Tiradentes** atende a lição “Aspirações e Objetivos Nacionais” sinalizando os pressupostos da Doutrina da ESG quanto ao Desenvolvimento e Segurança.

O dever de gratidão para com os antepassados e os heróis que edificaram a nossa Pátria surge na lição “A Nação”, no manual **Educação Moral Cívica e Política**, de João Camilo de Oliveira Torres, por uma visão sentimentalista que descaracteriza a história. Buscando comunhão de sentimentos, a lição conclama os estudantes à participação na grande obra do bem comum, através da mobilização individual.

Temos, assim, um dever de gratidão para a série infinita de nossos antepassados, e, principalmente, daqueles que, com “sangue, suor e lágrimas”, edificaram a nossa Pátria. Devemos compreender o que o amor à Pátria, além de ser uma virtude análoga ao amor paterno, é por assim dizer, uma imposição do instinto de conservação coletiva. [...] Quer dizer: devemos procurar fazer tudo para amar a nossa terra, servi-la bem, procurar seu

---

<sup>23</sup> ALENCAR, Ricardo. **Op. cit.** p.45.

progresso, o aprimoramento de suas instituições. E para isto, não é preciso ser herói na guerra, ganhar batalhas: quem procurar fazer o máximo de seus talentos, quem procurar fazer o que for possível, de melhor, na sua vida particular, terá feito o essencial<sup>24</sup>.

As narrativas históricas, marcadas por relatos aventureiros tratam o “descobrimento” do Brasil apenas como feito heróico de navegadores e a colonização, como a criação de *formas de vida estáveis* e civilizadas num patente desacato ao índio e ao negro, além de descartar qualquer hipótese de conflito em ambos os processos. É o que flagramos no manual **Educação Moral e Cívica**, de João Camillo de Oliveira Torres

[...] o Brasil, cuja História, bela e rica de grandes lances, é toda ela uma epopéia brilhante de feitos de heroísmo. Os navegadores portugueses, que, a par de terríveis sacrifícios, arriscando a todos os minutos as vidas em navios primitivos, por mares desconhecidos, conseguiram descobrir e explorar o litoral brasileiro. Depois os primeiros povoadores, que estabeleceram colônias na terra nova e desconhecida, criando formas de vida estáveis. E com eles índios e africanos escravizados, que, com seu sofrimento, tornaram possível a civilização aqui<sup>25</sup>.

A saga continua com os heróis que *mantiveram a integridade da América portuguesa*, com os bandeirantes *que devassaram e aumentaram* a área territorial brasileira, com os povoadores do interior que edificaram *as primeiras cidades* e com o ciclo do ouro *com suas igrejas, sua música, seus idealistas que sonharam com a independência*.

Deixando entrever, numa perspectiva geral e idealizada, o que foi a história da Nação brasileira, o estreito relato fecha seu catálogo com D. Pedro I, fundador da nação e *que tornou possível a separação entre o Brasil e Portugal*, D. Pedro II *o maior dos brasileiros* e D. Isabel, *a Redentora*. O repertório ameno e laudatório, esvaziado e sem rastro da História que permite a compreensão dos deslocamentos da sociedade, só faz sentido sob a perspectiva do jogo que se desdobra sob o discurso autoritário – *por excelência persuasivo*. O discurso persuasivo, afirma Adilson Citelli<sup>26</sup>, *expressão de um discurso institucional se arma de recursos retóricos como fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos*. Como discurso institucional, dominante, traz no seu apelo a autenticidade e a veracidade descreditando vertentes

<sup>24</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira. **Educação Moral e Cívica**. p.92.

<sup>25</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira . **op. cit.** p.93.

<sup>26</sup> CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. p. 32.



concorrentes. Ou seja, o dizer ideológico tomando um aspecto da verdade o transforma em verdade absoluta. A história assim referida não comporta efeitos adequados a manobras para uma visão acurada e crítica dos fatos.

O manual didático de João Camilo de Oliveira Torres dá ainda a receita de como *recordar o papel dos heróis antigos e reverenciar-lhes a memória*. Há duas maneiras para tanto:

A primeira, pelos estudos de seus feitos. Devemos nas datas significativas (do nascimento, da morte, ou de seu feito principal) estudar a sua obra, recordar seus méritos. Isto nos permitirá, no fim do ano, recordar todos os grandes brasileiros.

A outra, destacando sua qualidade particular, o exemplo que nos dá. Assim quando estudarmos Caxias, devemos recordar seu espírito de disciplina, sua fidelidade à lei, as suas lutas em defesa da unidade nacional e da integridade do território pátrio. [...] em Ruy Barbosa, o seu amor à liberdade; [...] em D. Pedro I, a Independência e a Liberdade; em D. Pedro II, a honestidade, o respeito à Lei, o seu caráter de mestre da nacionalidade em formação; nos Bandeirantes, a coragem; nos escravos, o sacrifício pela grandeza da pátria etc. Em cada tipo de herói, a sua virtude principal<sup>27</sup>.

A fórmula prescrita pelo manual manipula suas substâncias pela estereotipia e idealização, instigando a prática e a aplicação das virtudes singulares de cada herói, na vida particular. Entre os textos persuasivos, Adilson Citelli<sup>28</sup> destaca o livro didático pelas implicações ideológicas que carrega, padronizando comportamentos, costumes, atitudes e *pressupostos culturais*. O livro didático, muitas vezes, apresenta-se como *textos de forja, de artesanato da alma, de inculcação dos modelos* determinados pela classe dominante *como padrão de conduta*.

Estigmatizado, o tema “A Nação”, tratado por João Camilo de Oliveira Torres, apenas descreve modelos que não instrumentalizam o estudante à percepção das contradições e dos meneios da história.

Quando se pensa que o autor irá dar vez e voz ao povo, elevando-o à pessoa histórica que protagoniza, com a aplicação da assertiva ***um país não é fruto, unicamente, de personalidades de escol, que praticam grandes feitos***, ele apresenta protótipos moldados em matrizes inalteráveis que reproduzem preconceitos ideológicos: o escravo humilde, o operário esforçado, o soldado obediente, o comerciante e o industrial empreendedores e, por fim, a professora... missionária?

<sup>27</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira. **Op. cit.** p.94

<sup>28</sup> CITELLI, Adilson. **Op. cit.** p.53.

Um país é produto de todo o povo! Nós devemos, muitíssimo, a milhares de pessoas, cujos nomes a História não registra, nem entram nos livros, nem constam de monumentos, mas que tornaram possível a vida neste país: - Os obscuros e humildes escravos que cultivaram os produtos que, exportados, permitiram a expansão nacional; os operários que construíram as estradas e as cidades; os soldados que comandados pelos grandes generais ganharam as guerras. São os heróis anônimos, os “soldados desconhecidos” da História. Simples particulares que, um dia, estabeleceram suas fazendas em lugares ermos e tornaram possível o progresso de uma região; o industrial que iniciou uma fase no progresso econômico; o comerciante; a professora...<sup>29</sup>.

A exploração do trabalho do homem, longe de resvalar as páginas do manual didático, não é tema que permeia o discurso dominante. Assim também, Diniz Almeida do Valle, em **Guia de Civismo**, com sua concepção, dissimula e mascara o que o trabalho realmente é no contexto de uma sociedade capitalista.

Característica do regime capitalista é o trabalho assalariado da época em que vivemos. O homem presta serviços durante certo número de horas por dia, recebendo pagamento estipulado, denominado salário. Este regime constitui uma grande conquista da civilização, pois o labor é executado por seres livres<sup>30</sup>.

José Luiz Fiorin, em **Linguagem e ideologia**, nos mostra que as idéias dominantes que circulam numa dada sociedade são construídas a partir da *aparência* da realidade.

Essas idéias são racionalizações que explicam e justificam a realidade. Na sociedade capitalista, a partir do nível aparente, constroem-se os conceitos de individualidade, de liberdade como algo individual etc. Aparecem as idéias da desigualdade natural dos homens, uma vez que uns são mais inteligentes ou mais espertos que os outros. Daí se deduz que as desigualdades sociais são naturais. Outras idéias pias, presas às formas fenomênicas da realidade, vão construindo-se: a riqueza é fruto do trabalho (só se omite que é fruto do trabalho dos outros); pobres e ricos vão sempre existir [...]<sup>31</sup>.

Desigualdades sociais, todavia, superadas pelo trabalho, a se levar em conta o manual de João Camillo de Oliveira Torres, cuja visão idealizada rotulando-o de *obscuro e humilde* tem maior força na *reconstituição da criatura mal dotada*.

A “antologia doutrinária” que fecha o capítulo “As Virtudes”, no livro de João Camilo, traz *o valor do trabalho* através da *Oração aos moços*, de Ruy Barbosa.

<sup>29</sup> TORRES João Camillo de Oliveira. **Educação Moral e Cívica**. p.94.

<sup>30</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Guia de Civismo**. p.39.

<sup>31</sup> FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. p. 28.

Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho. Os portentos, de que esta força é capaz, ninguém os calcula. Suas vitórias na reconstituição da criatura mal dotada só se comparam às da oração. [...]

O indivíduo que trabalha acerca-se continuamente do autor de todas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que também depende a dele. O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria. [...]

Ninguém desanime, pois, de que o berço lhe não fosse generoso, ninguém se creia maldado, por lhe minguem de nascença haveres e qualidades. Em tudo isso não há surpresas, que se não possam esperar da tenacidade e santidade no trabalho<sup>32</sup>.

Tais concepções que dissimulam a exploração da mão de obra e as desigualdades sociais, estigmatizando o trabalho com ideologias burguesas, impregnaram as salas de aula e as cabeças das crianças. Assim constatamos na ata de uma reunião pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do município de Fernando Prestes, realizada no Grupo Escolar Francisco Sales de Almeida Leite, no dia 24 de abril de 1969 (anexo).

#### Parte Administrativa

Iniciando esta parte o Sr. Inspetor falou sobre as comemorações do mês de maio que são as seguintes: 1.º de maio “Dia do Trabalho”. O principal objetivo desta comemoração está em mostrar aos alunos que tudo de belo e de bom que temos é fruto do trabalho[...].

Ambos os textos carregam o caráter missionário que a ideologia burguesa imprime ao trabalho diluindo seu processo histórico. Na *oração aos moços*, quem trabalha *está em oração ao Senhor*. Oração e trabalho, portanto, se completam: *não é oração aceitável a do ocioso; porque a ociosidade a dessagra* (Ruy Barbosa). Enquanto que o texto da ata da reunião pedagógica corrobora certas racionalizações que justificam a realidade

A exposição dos milagres operados pela *tenacidade e santidade* no trabalho faz parte do processo persuasivo que consagra o trabalho e execra o ócio, concorrendo para a mística do Desenvolvimento que leva as marcas dos desejos e aspirações de cada homem. É do trabalho de todos e de cada um, em particular, que virá o desenvolvimento, cujo caráter finalístico é o bem comum. Esse pretense sentido

<sup>32</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. **Op. cit.** p.56.

antropocêntrico da doutrina da ESG vem garimpado por João Camilo de Oliveira Torres, no manual **Educação Moral e Cívica**, em um texto de 1857 e apresentado como leitura complementar à lição “A vida na Comunidade”.

[...] “o meio mais eficaz que ela (a perfeição humana) possui para chegar a seus fins, é a reunião e combinação das forças, assim como das luzes da inteligência, que se concentra, e realiza tudo o que é possível realizar. É uma potência, uma segunda criação, que tem melhorado prodigiosamente a sorte dos povos e dos indivíduos. A ela se devem as estradas de ferro, os canais, o desenvolvimento da navegação, manufaturas, comércio, enfim o incremento de todos os recursos humanos” [...]. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente – Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império, Rio, 1857, n.º.356<sup>33</sup>.

A *combinação das forças* (o trabalho de todos) melhora *prodigiosamente a sorte dos povos e dos indivíduos* (Desenvolvimento), o que definitivamente coloca o homem em uma posição de destaque, consagrando-o como *agente e beneficiário* desse processo. A idéia-força **Desenvolvimento** tem seu apelo na *combinação das forças* e na participação de todos, congregando *predisposições e comportamentos* dos indivíduos favoráveis à *obtenção de um resultado desejado*<sup>34</sup>. A escola, exercendo uma função de ordem política, aplica-se ao papel de conscientização e mobilização dos alunos em direção ao projeto desenvolvimentista do Brasil. Podemos observar a prática desse papel da escola através do relatório da reunião pedagógica das Escolas Isoladas, da cidade de Fernando Prestes, realizada em 4 de agosto de 1971 (anexo). Entre as comemorações e as campanhas determinadas para o mês de agosto, consta um concurso sob o tema “Operação Brasil do Futuro”.

Conscientização e mobilização para comportamentos favoráveis também eram buscados no sentido de atender a doutrina da ESG que tinha nos princípios éticos, morais, cívicos e espirituais da nacionalidade o respaldo para coibir *movimentos de rebeldia*, que podiam *tirar vitalidade ao desenvolvimento*<sup>35</sup>. Endossa a doutrina a fala do presidente Médici, em discurso na ESG, aos 10 de março de 1970, citado no manual **Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política**, de Nelson Barbosa.

Cuidados especiais estaremos sempre dando à família e à formação moral e cívica do homem brasileiro, de tal forma que se preservem os valores

<sup>33</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira. **Op. cit.** p.88.

<sup>34</sup> BRASIL. **Doutrina** Básica. p.228.

<sup>35</sup> BRASIL. **Op. cit.** p.273.

espirituais da nacionalidade e se fortaleça o caráter do povo, sem o que o progresso material poderá ser passageiro, enganador e até desumano<sup>36</sup>.

Cuidados especiais que incluem a revitalização de um calendário cívico, o que na concepção do ministro Jarbas Passarinho *é uma tentativa honesta e admirável de mostrar aos jovens brasileiros o que eles devem hoje aos homens de ontem*. É ainda escudo contra as investidas de *desmoralização dos vultos históricos*, ou seja, contra a tentativa de uma *revisão da História à base da interpretação marxista* que desmerece *os próhomens (sic), que nos legaram o Brasil hodierno*.

Dessa forma, os *arquétipos da nacionalidade* são prescritos aos estudantes brasileiros para que sejam venerados *como monumentos nacionais*, imitados e ultrapassados *em seus exemplos de amor à família, ao Dever à pátria, sob a inspiração de Deus*.

Este calendário enaltece Caxias, o Condestável do Império, o Pacificador, o herói sem ressentimentos, espada a serviço da unidade da Pátria; Tiradentes, que se imolou pela nossa independência e morreu em martírio; Deodoro que, entre a amizade e o dever, ficou com este e foi o proclamador da República; Santos Dumont, que fez a Europa curvar-se diante do gênio brasileiro; Rui Barbosa, o cultor excelso do vernáculo e do Direito que, em Haia, atingiu a culminâncias jamais alcançadas por um jurista de nações de potência menor; Mauá, o desbravador da geografia dos transportes; Ana Néri, que se iguala às mais admiráveis figuras da ação a serviço da solidariedade humana; em suma, a um elenco de arquétipos da nacionalidade, cada um no seu campo[...]. **Mensagem Moral e Cívica** do Ministro da Educação e Cultura Senador Jarbas Passarinho<sup>37</sup>.

Registrados, aparentemente, sem os parâmetros e os contextos de sua historicidade, ou seja, tomados como conceitos personificados em concepções abstratas e até metafísicas, o elenco de arquétipos e seus respectivos modelos exemplares tornam-se dogmas para justificar o autoritarismo. Cumprem-se, portanto, como agenciadores de preceitos catequético-doutrinários subordinados às estruturas sociais a que prestam serviços. Reapresentando heróis e vultos brasileiros, o calendário cívico, revisto e revitalizado, é matéria recorrente nos manuais didáticos de moral e civismo.

Enquadrados, conceitos como renúncia, abnegação, dedicação, magnanimidade, solidariedade, bravura, dinamismo articulam-se para expedir determinados efeitos ilustrando e pactuando deveres cívicos e morais. Tais formulações, expressões de regras e preceitos, correspondem aos *cuidados especiais* voltados à preservação dos *valores*

<sup>36</sup> BARBOSA, Nelson. **Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política**. p. introdutória.

<sup>37</sup> BARBOSA, Nelson. **Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política**. p. introdutória.

*espirituais da nacionalidade* e do fortalecimento do *caráter do povo* tendo como fim último a concretização da mística nacional, ou seja, *um progresso material* perene, verdadeiro e humano.

O pioneirismo, o voluntariado e o trabalho abnegado, retomados em várias lições, são louvados na leitura **Ana Néri**, no manual **Organização Social e política do Brasil**, de Ricardo Alencar .

**Ana Justino Ferreira Néri** [...] Pioneira da enfermagem no Brasil, ofereceu-se como voluntária para ser enfermeira na guerra do Paraguai, prestando assistência aos feridos em Corrientes, Assunção e Humaitá.

Com seus próprios recursos, montou em sua casa uma enfermaria, onde trabalhou abnegadamente até o fim da guerra. Quando voltou ao Brasil, trouxe alguns órfãos de soldados e os educou com a ajuda do governo.

Recebeu, por sua dedicação, o título de “mãe dos brasileiros”, que simboliza o agradecimento, o respeito e o amor do nosso povo<sup>38</sup>.

Evocados como valores e premiados com *o respeito e o amor* de uma nação inteira, o pioneirismo, o voluntariado e a abnegação glorificam a enfermagem, uma das 54 habilitações profissionais, indicadas na página anterior da referida leitura, obtidas em cursos técnicos de 2º. Grau (ver anexo).

A leitura arremata o capítulo “História da Educação Brasileira” que cobre, cronologicamente, desde a vinda dos seis jesuítas, membros da Companhia de Jesus, até o sancionamento da Lei 5.692 que estabelece um caráter terminal ao ensino de segundo grau, visando à formação profissional do aluno. Embasada na teoria do capital humano, a lei pretendia uma escola de formação geral e específica, articulando capital e trabalho. Tratava-se de uma política educacional com vistas ao desenvolvimento econômico, subordinando a este, o ensino. O papel da educação seria, diz Maria Inêz Salgado de Souza<sup>39</sup>, *o de aprimorar a qualidade dos “recursos humanos” num sistema econômico voltado para o crescimento da produtividade*.

O teor profissionalizante do segundo grau alimentava a *suposta carência de técnicos de nível médio*, mascarando, no entanto, sua verdadeira função: diminuir a demanda ao ensino superior. Mostra-nos Luiz Antonio Cunha que o período 1964-1968 foi marcado pela grande disparidade de números de candidatos às escolas superiores e o número de vagas.

<sup>38</sup> ALENCAR, Ricardo. **Organização social e Política do Brasil**. p.84.

<sup>39</sup> SOUZA, Maria I. S. de. **Os empresários e a Educação**. Petrópolis: Vozes, 1981. p.97.

O resultado é que o número de excedentes das escolas superiores nessa época (isto é, o número de inscritos que superava o número de vagas) cresceu de 212% entre 1964 e 1968. Isso dá a medida da situação de insatisfação potencial das camadas médias provocada pela política econômica e educacional do mesmo Estado cuja implantação elas garantiram. No entanto é preciso dizer que não é apenas essa taxa de crescimento (212%) que é importante. Também o número absoluto de excedentes foi extremamente elevado: 125 mil no vestibular de 1968, em todo o país<sup>40</sup>.

O autor analisa ainda as razões de o Estado não atender as demandas de vagas às faculdades. Tal atendimento implicaria aumento da despesa pública, além de que a expansão de vagas resultaria no *aumento do contingente de profissionais* não facilmente absorvidos pelo setor privado, *cabendo, então, ao setor público o ônus de criar oportunidades “artificiais” de trabalho, isto é, de emprego*. Fato que comprometeria o Estado quanto ao esforço *de concentração de capital cuja destinação não era a de financiar sonhos e desejos das classes médias, mas, de garantir, facilitar e subsidiar a expansão das empresas industriais privadas na direção da manutenção e elevação da taxa de lucro*. Concluindo, *a expansão do ensino superior prejudicaria a política econômica, alvo do estado militar*.

Frente à diversidade de interesses e aspirações individuais, o sistema de segurança nacional, com sua lógica de nação como expressão de desejos coletivos, prevê a necessidade de coesão e de unidade de ação. Concorrendo para que os interesses nacionais se incorporem e se projetem na consciência popular, o exemplo dos grandes vultos alinhava os cidadãos sujeitando-os aos deveres impostos pela comunidade nacional e colocando-os, ao mesmo tempo, premiados. É dessa forma que a lição “O cidadão Brasileiro – Direitos e Deveres”, do manual **Educação Moral e Cívica** – vol. I, de Elian Alabi Lucci, convocando todos, faz apelos diretos e individuais a cada cidadão para que não falhasse quanto aos compromissos com a comunidade nacional, numa flagrante estratégia de hegemonia.

“Os Que Forem Cidadãos Brasileiros Sigam-me!”

Esta é uma convocação bastante significativa, realizada pelo Duque de Caxias durante a guerra do Paraguai e que ocorreu durante o Segundo Império.

---

<sup>40</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**.p.239.

Se todos os cidadãos brasileiros fossem convocados para realizar um trabalho ou para participar de uma festividade, você atenderia a esse chamado, porque é cidadão brasileiro.

**Cidadão** é o membro de uma comunidade nacional, sujeito aos deveres por ela impostos, gozando dos direitos por ela atribuídos<sup>41</sup>.

A convocação proposta por Caxias atende a necessidade de coesão e unidade de ação prevista pela doutrina da ESG para convencer a nação a aceitar e compreender determinados interesses condensados como objetivos comuns. Tal estratégia de hegemonia alastrava-se pelas escolas através das “festinhas” – comemorações cívicas – que empolgavam alunos a decorar poesia de ocasião. Assim, consta no registro de ata da 5.<sup>a</sup> reunião pedagógica, realizada no Ginásio Estadual Dr. Cristóvão Colombo da Gama da cidade de Fernando Prestes, em 23 de agosto de 1971(anexo).

[...] Também ficou estabelecido que no dia 25 de setembro comemorar-se-á o dia de Duque de Caxias, com palestra de um dos alunos do estabelecimento.

O concerto nacional depende, pois, da afinação de todos. Assim continua a lição do manual de Elian Alabi Lucci .

Você observa que as pessoas da figura ao lado formam um grupo social representado por um conjunto musical.

Apesar de tocarem diferentes instrumentos, você conclui que os componentes desse conjunto musical desempenham a mesma função.

Todos os componentes do conjunto têm por objetivo a execução de uma música, mas, enquanto um músico toca violão, outro toca bateria e outro, ainda, canta.

Apesar de desempenharem diferentes funções, cada componente desse conjunto musical concorre para a execução da música, que é o seu objetivo comum<sup>42</sup>.

A lição sobre Caxias emprega-se, enfim, para que interesses nacionais sejam assimilados como interesses de todos cidadãos e de cada um em particular, numa tentativa de garantir direção política e ideológica.

<sup>41</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica** - vol. I. p.70.

<sup>42</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica** - vol. I. p.71.



Comparando o exemplo acima com a Nação ou com a sociedade, você observa que os grupos sociais que constituem a Nação exercem diferentes funções.

Apesar de exercerem diferentes funções todos eles concorrem para um objetivo comum

Os **objetivos comuns** pelos quais trabalham todos os grupos sociais que formam a sociedade brasileira são:

- a paz;
- o progresso;
- o bem-estar social<sup>43</sup>.

Todavia, para que os objetivos nacionais sejam incorporados individualmente, é necessário um modelo de sociedade voltado à eliminação de diferenças e desequilíbrios sociais. Neste sentido, para garantir o equilíbrio da convivência social o governo militar tira partido da escola pela promoção e valorização da educação. É com este propósito que *a inteligência e a cultura*, obras de Rui Barbosa, prestam-se a exemplificar a lição “Educação e a Cultura”, do manual **Educação Moral e Cívica**, de Elian Alabi Lucci.

[...] A **escola** é a instituição que tem por objetivo educar a criança, integrá-la na sociedade e orientar a sua conduta para uma convivência harmoniosa nessa sociedade.

Antigamente, as escolas eram muito raras. Somente as crianças de famílias nobres e ricas é que podiam estudar. Muitas vezes, os ensinamentos eram transmitidos por professores particulares conhecidos pelo nome de preceptores.

Hoje, felizmente, a situação mudou. Os governos se preocupam mais com o problema da educação, criando um número cada vez maior de escolas, com a finalidade de propiciar educação para todas as crianças com mais de sete anos.

[...] O ensino de 1º. Grau é obrigatório no Brasil para todas as crianças de 7 a 14 anos.

Mas para aproveitar bem o direito que todas as crianças têm de receber ensinamentos na escola, é preciso que elas estudem com seriedade e assim progridam sempre.

[...] Na escola **você** aprimora sua educação, ganha novas qualidades e, o que é mais importante, adquire cultura, que é indispensável para o progresso. (grifo nosso)<sup>44</sup>.

Dessa forma, “a democratização” da escola oferece a todos e principalmente a cada um, em particular (observemos o apelo direto no grifo acima), a oportunidade de aprimorar suas qualidades como meio *indispensável para o progresso*. É importante observar que Rui Barbosa, figurando no calendário dos manuais, como um dos arquétipos da nacionalidade, é explorado nessa lição, não só como modelo de inteligência e cultura, mas também como “comportado e dedicado nos estudos”.

<sup>43</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica** - vol. I. p. 71.

<sup>44</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica** - vol. I. p. 89.

Comportamento e aplicação que remetem a uma mobilização individual, sugerindo a vontade do homem como alavanca de mudanças sociais.

Veja o seguinte exemplo:

### **RUI BARBOSA**

Aos 5 anos de idade, Rui inicia os seus estudos.

- Que bom é estudar! Quero aprender, para ser útil à sociedade e à minha terra!

Desde o início, Rui Barbosa mostrou possuir uma grande inteligência, sendo sempre comportado e dedicado aos estudos.

[...] Desta forma, graças á sua atuação, à sua cultura, Rui Barbosa deu uma grande projeção ao Brasil, usando como armas para conseguir o sucesso em Haia a inteligência, a fraternidade e a cultura, tornando-se conhecido no mundo inteiro por todos os governantes<sup>45</sup>.

O manual de Elian Alabi Lucci, de acordo com a política educacional do regime militar que colocava a questão em termos individuais: a escola oferecendo *a cada um a possibilidade de ascender socialmente, mercê de seu mérito e de seu esforço*<sup>46</sup>, registra mais uma vez a questão da mobilização individual. Assim graças à dedicação aos estudos, Santos Dumont tornou-se culto e criativo, contribuindo para o progresso de todos. Todavia, nem sequer subjaz no texto o fato de que as oportunidades de vida das pessoas estão sujeitas às regras injustas da estrutura social capitalista.

### **SANTOS DUMONT**

Alberto Santos Dumont, nascido em Minas Gerais, desde cedo demonstrava um grande interesse por leituras científicas, principalmente livros de Júlio Verne.

[...] Ao atingir 18 anos de idade, a família de Santos Dumont resolveu fazer uma viagem a Paris.

- Puxa, que bom! Vou encontrar balões em Paris!

Após inúmeras viagens, Santos Dumont resolveu possuir seu próprio balão [...]. Tendo obtido sucesso com esse balão, com sua criatividade, elaborou outro tipo [...], a 18 de outubro de 1901, conseguiu fazer o contorno da Torre Eiffel [...]

Você observou que Santos Dumont criou algo de novo para a humanidade.

Para inventar o avião, Santos Dumont precisou estudar muito.

Pelos seus estudos Santos Dumont tornou-se um homem culto.

Graças à sua cultura, ele adquiriu criatividade<sup>47</sup>.

<sup>45</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica** - vol. I. p.91

<sup>46</sup> BRASIL. **Doutrina** Básica. p.156.

<sup>47</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica** - vol. I. p.93.

Fortalecendo tais lições, “campanhas educativas” oportunas, que estendiam o projeto hegemônico da política educacional do regime militar, editaram uma série de comemorações cívicas e sociais, algumas delas, a serem realizadas *em todas as escolas primárias do Estado de São Paulo*. Assim traz o registro da ata da reunião pedagógica das Escolas Isoladas do município de Fernando Prestes, realizada em 22 de outubro de 1969:

Dia 23/ 10 – Dia da Asa: destacar Santos Dumont – pai da aviação.

Imerso nessas estratégias de hegemonia, o Projeto Rondon<sup>48</sup> traduziu-se também como legitimação do regime, sob as insígnias da integração social. Apelando para a figura do Marechal Rondon, o manual **Organização Social e Política do Brasil**, de Ricardo Alencar explora o trabalho *cheio de sacrifícios, privações, mas coroado de êxito do civilizador dos sertões* para justificar um projeto que amparava, na verdade, uma estratégia contra-revolucionária do governo e o controle ideológico e político dos estudantes.

Cândido Mariano da Silva Rondon [...] foi sertanista, geógrafo, engenheiro militar, pacificador e educador de índios [...]

Seu trabalho foi cheio de sacrifícios, privações, mas coroado de êxito. Recebeu a medalha de 30 anos de bons serviços prestados ao Brasil e muitas comendas, além do título de marechal, em 1955. [...]

Um dos movimentos mais autenticamente nacionais e dedicado inteiramente a assistir o povo necessitado de nossa Pátria leva também o seu nome: **Projeto Rondon**.

Através do Projeto Rondon, jovens universitários de todas as áreas levam seus conhecimentos, sua dedicação, seu amor e sua assistência aos pobres, aos índios e a todos os necessitados de todos os rincões nacionais. (Ricardo Alencar, 1983, p.27).

Sustentado pela Ideologia de Segurança Nacional, o Projeto Rondon, ao modo das ações cívico-militares, encarrega-se de serviços sociais à população marginalizada com o intuito de responder aos pressupostos de segurança e desenvolvimento.

Obtém-se, em geral, a integração social pela polarização de todos os elementos de uma sociedade na participação dos ideais do Bem Comum.

Em escala nacional, a integração social consiste nas ações que visam a atrair para o circuito social as populações marginalizadas.

---

<sup>48</sup> A idéia do Projeto Rondon surgiu em 1966 na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, durante a realização de um trabalho de sociologia intitulado “O Militar e a Sociedade Brasileira”. ([https://www.Defesa.gov.br/projrto\\_rondon/index.php?page=projeto\\_rondon](https://www.Defesa.gov.br/projrto_rondon/index.php?page=projeto_rondon)).

Nos países em desenvolvimento, ela tem significado a criação de mecanismos e processos que permitem a todos tornarem-se agentes conscientes e responsáveis do desenvolvimento e beneficiarem-se devidamente de suas conquistas e vantagens<sup>49</sup>.

As ações cívico-militares surgiram, de acordo com Comblin<sup>50</sup>, por iniciativa de John F. Kennedy, então presidente dos EUA. Animado pela corporação de engenheiros militares *que se encarregava de todo o tipo de serviços sociais nos distantes locais onde eram enviados pelo serviço militar, o presidente presumiu ter descoberto uma técnica fundamental para conquistar a simpatia de populações seduzidas pela revolução*. Tal ação lhes apontaria *que o governo é mais eficiente que a revolução para remediar suas necessidades*. A estratégia se prestou a por em ordem uma *escolástica militar rígida* que desde 1961 caracterizou condutas dos exércitos latino-americanos como se enfrentasse uma verdadeira guerra revolucionária.

Como bem observa Germano<sup>51</sup>, na obra **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**, as ações da chamada extensão universitária visava à desmobilização e à integração dos estudantes *no processo de desenvolvimento, porém, sem contestação ao Regime*, uma vez que os programas, especialmente o Projeto Rondon, eram controlados pelo governo e Forças Armadas.

Ainda frente às figuras que serviram como exemplo de ação a serviço da nação, encontra-se Anchieta. O manual **Organização Social e Política do Brasil**, de Ricardo Alencar, expõe o trabalho missionário de Anchieta, sem lutas nem combates, na pregação da fé cristã e na pacificação dos índios.

Um dos principais jesuítas que vieram para o Brasil foi José de Anchieta. Ele veio na expedição de Duarte da Costa, em 1553, e ficou o resto de sua vida aqui, dedicando-se à pacificação e à catequese dos índios<sup>52</sup>.

Velando qualquer violência inerente ao processo de catequização, o manual **Educação Moral e Cívica**, de Elian Alabi Lucci, destaca a atividade de unificação e o assistencialismo.

Ao atingir a idade de 63 anos, quase totalmente dedicados à unificação, catequização e assistência aos colonos e indígenas, falece aquele que é

<sup>49</sup> BRASIL. **Op. cit.** p. 152.

<sup>50</sup> COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. p. 46.

<sup>51</sup> GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2005. p.136.

<sup>52</sup> ALENCAR, Ricardo. **Organização social e Política do Brasil**. p.81.

considerado o “Apóstolo do Brasil”. Seu enterro foi comovente, tendo sido conduzido, pela Vila que fundara, por padres e por uma multidão de indígenas que tinham nele seu defensor e guia<sup>53</sup>.

A prática em sala de aula parece que seguia à risca as lições dos manuais, a se levar em conta as orientações dos auxiliares de inspeção. Foi o que observamos registrado na ata da reunião de professores das Escolas Isoladas da cidade de Fernando Prestes, ocorrida em 6 de junho de 1970 (anexo).

#### Parte Administrativa

Dando início à reunião, o Sr. Auxiliar de Inspeção falou sobre as comemorações do mês, que serão as seguintes:

Semana de Anchieta: de 3 a 9 de junho: Deverá o professor salientar o trabalho de Anchieta na catequese dos índios e sua participação na fundação da cidade de São Paulo, que teve início com o colégio de São Paulo. Ressaltar seu desprendimento nessa tarefa tão difícil e que deverá nos servir de exemplo. Por seu trabalho, Anchieta é considerado o Patrono de todas as escolas brasileiras e o primeiro professor do Brasil.

Atribuindo *a marcha da história à ação individual de homens excepcionais* que geram e dirigem os acontecimentos (Plínio Salgado, p.87), os manuais de EMC exaltam os grandes vultos como os únicos construtores da nacionalidade e os únicos a imprimirem direção e sentido ao desenvolvimento da nossa História.

Consoante com a Doutrina de ESG os manuais aqui analisados repetem os mesmos acordes.

Os grandes movimentos da História brasileira foram sempre manifestações de elites. A adesão do povo às atividades precursoras tem sido tão discreta que não chega a configurar uma participação marcante. [...].

Grupos políticos, culturais, religiosos e militares têm sido o cadinho das reformas estruturais e ideológicas, têm constituído os elementos de orientação das maiores mudanças no rumo da história do Brasil<sup>54</sup>.

Renegando ao herói anônimo, ao negro, ao índio o seu papel na edificação da nacionalidade brasileira, o anti-herói, quando mencionado, serve aos propósitos e aos interesses do opressor. Neste sentido, o manual **Moral e Civismo**, de Maria Braz exalta a convivência pacífica e a colaboração do índio com o colonizador.

<sup>53</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica**- vol. I. p.35.

<sup>54</sup> BRASIL. Op. cit.p.41.

### Nossos Índios Em Nossa História

[...] Algumas tribos guerrearam os colonizadores, e depois se afastaram deles. Mas outras receberam bem aquela gente estranha que vinha do mar, e passaram a conviver e a colaborar com ela. Vários índios dessas tribos amigas se distinguiram muito em tal colaboração e tiveram seus nomes registrados na história do Brasil<sup>55</sup>.

Ou ainda, mascarando a realidade para revertê-la em benefício de esferas dominantes, a lição citada filtra as *verdades* reguladas pela ótica dessas mesmas esferas.

Os índios que ainda restam nas selvas, afastados da civilização, estão sendo atraídos, com paciência e carinho, pela Fundação Nacional do índio e por muitas missões religiosas<sup>56</sup>.

Paciência e carinho desmentidos, em denúncias, por artigos de 1983, citados por Frei Betto, em seu livro **OSPB – Introdução à Política Brasileira**.

#### DEU NO JORNAL

“Mais de 70% da população indígena do Brasil não têm terra alguma para viver e trabalhar. Por isso achamos certo o índio usar a força para expulsar o branco, porque a Funai não faz nada. Nós achamos também que o índio e o colono têm o mesmo direito à terra. O problema é que a maioria da terra não está nem com um nem com o outro. Com quem está então?” A colocação é do índio Álvaro Tukano, que está no Sul com seu colega Aílton Krenak. Os dois são coordenadores da UNI (União das Nações Indígenas) e vivem em São Paulo. *Jornal do Brasil*, 24-6-83.

“Em dez anos, a Funai matou mais índios que o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que durou setenta anos”. A denúncia foi feita no encontro promovido pela UNI, na sede do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em Manaus. Participaram da reunião, cujo objetivo era discutir problemas internos da luta indígena, Álvaro Tukano, Terêncio Makuxi, Davi Yanomami e Ernesto Wapixana. *A Crítica*, 11-7-83<sup>57</sup>.

Ainda na esteira do bom colaborador, a Insurreição Pernambucana é palco para o desempenho do índio Poti, *convertido ao cristianismo*, e do preto Henrique Dias que se *notabilizou pela bravura e pela astúcia*. Assim registra o manual **Guia de Civismo**, de Diniz Almeida do Valle.

<sup>55</sup> BRAZ, Maria. **Moral e Civismo**. p.81.

<sup>56</sup> BRAZ, Maria. **op. cit.** p.83

<sup>57</sup> BETTO, Frei. **OSPB – Introdução à Política Brasileira** .p.77.

Henrique Dias notabilizou-se pela bravura e pela astúcia. Sua ação heróica se tornou célebre na batalha de Comendaituba, quando, perdendo sua mão esquerda, logo depois voltou à luta, dizendo: “Basta-me uma mão para servir a Deus e a meu país.” Foi ferido em vários combates, durante toda a campanha, mas nunca abandonou a causa pela qual lutava: libertar sua Pátria<sup>58</sup>.

Das duas etnias mencionadas, os manuais ressaltam as diferentes contribuições na formação do caráter brasileiro, cujas características fundamentais ali apontadas são: a religiosidade, a afetividade, a hospitalidade, a resignação e o pacifismo. Características que de acordo com a Doutrina de ESG dá ao brasileiro *a sensibilidade ao sofrimento, a facilidade em esquecer e perdoar, a indulgência na repressão, a tendência à eliminação das distâncias sociais e a conseqüente abolição das distinções de classes e de raças [...] (grifos nossos)*<sup>59</sup>. Assim, a escravidão é suavizada, no manual **Educação Moral e Cívica**, de Elian Alabi Lucci, a pretexto de contribuições para a formação do caráter nacional – tolerante e afetivo.

A **afetividade** e o amor ao próximo são qualidades do caráter nacional brasileiro.

A figura da “Mãe Preta”, que amamentava e criava os filhos dos colonos, é símbolo da afetividade do povo brasileiro.

Além de muitas outras qualidades, somos ainda um povo hospitaleiro e pacífico<sup>60</sup>.

A índole brasileira, tolerante e afetiva, é que garante a inexistência do racismo no Brasil, como mostra o **Guia de Civismo**.

O racismo, ante nossa Carta Magna, oficialmente não existe no país, o que muito honra todos os brasileiros<sup>61</sup>.

Todavia, os negros, no Brasil, continuam *sem vez e sem voz*. A denúncia vinha de Frei Betto, que ao mostrar exceções *como Milton Nascimento, Pelé, Zezé Mota ou João do Pulo* registrava a necessidade de organização se a maioria negra quisesse ser ouvida. *À discriminação racial, acrescenta-se a discriminação social: o negro é*

<sup>58</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Guia de Civismo**. p.193.

<sup>59</sup> BRASIL. **Doutrina Básica**. p.40.

<sup>60</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica**. p.58.

<sup>61</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Op. cit.** p.31.

*marginalizado por ser negro e por ser pobre*. O autor traz ainda uma constatação do censo de 1980:

- entre a população branca, apenas 25% não ficaram mais de um ano na escola. Entre os descendentes de negros e índios, 48% não cursaram mais de um ano de escola;
- dos brasileiros que recebiam até um salário mínimo, 24% eram brancos e 45% eram negros, mulatos ou índios;
- das pessoas que ganhavam mais de dez salários mínimos por mês, cerca de 84% eram brancas e apenas 12% eram negras;
- das 41.127 mulheres que tinham salário mensal acima de vinte salários mínimos, havia apenas 1.342 mulheres negras ou de ascendência indígena<sup>62</sup>.

De maneira geral, o tratamento ao negro, nos livros de EMC, restringe-se ao seu papel folclórico desrespeitando sua religiosidade. Em um capítulo intitulado *Você e o nosso folclore*, no manual **O Trabalho dirigido de Educação Moral e Cívica**, de Elian Alabi Lucci, o candomblé é apresentado apenas como um ritual mágico.

O **Candomblé**, culto religioso de caráter mágico, é típico do Nordeste, influenciado pelo maior número de escravos negros que lá se introduziram<sup>63</sup>.

Plínio Salgado, em **Compêndio de Instrução Moral e Cívica** menciona apenas a *capacidade de trabalho e simpatia humana* do negro, sem, no entanto, inferir questões culturais da sociedade escravocrata.

A contribuição do africano foi também boa, por tudo quanto ele trouxe de capacidade de trabalho e de simpatia humana<sup>64</sup>.

O manual de Elian Alabi Lucci, trata a escravidão como mera questão de mão-de-obra.

Os **negros africanos**, que para cá vieram como mão-de-obra, para trabalhar sobretudo na cultura da cana-de-açúcar, cruzaram-se com os brancos e amarelos dando assim continuidade à miscigenação racial no Brasil<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup> BETTO, Frei. **Op. Cit.** p.83.

<sup>63</sup> LUCCI, Elian Alabi. **O Trabalho dirigido de Educação Moral e Cívica.** p.188.

<sup>64</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica.** p.92.

<sup>65</sup> LUCCI, Elian Alabi. **Op. cit.** p.162..



Dessa forma, o anti-herói, que não teve seu rosto distinguido na multidão, no processo da formação da Nação brasileira, antagoniza com o *herói de bronze, irretocável e irretorquível* dos manuais de moral e civismo.

A crônica **Herói. Morto. Nós**, de Lourenço Diaféria, publicada na folha de São Paulo em 1º. de setembro de 1977, exaltando o gesto heróico de um sargento que morreu ao salvar um garoto, ilustra o antagonismo entre os *heróis estáticos e fundidos em metal* e os *heróis de carne e sangue*.

Todavia eu digo, com todas as letras: prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias.

O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel – onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer – oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar<sup>66</sup>.

Os doutrináveis heróis dos manuais didáticos esgotam-se doutrinados pela Ideologia da Segurança Nacional. Os heróis-estátuas-de-bronze estão mais para *eucaliptos* que para *jequitibás*, valendo-me de uma analogia de Rubem Alves<sup>67</sup>. *Todos enfileirados, em permanente posição de sentido*, são plantados para atender uma ideologia política circunstanciada, servindo como instrumento prático da ditadura militar.

Concluimos que a figura do herói na ditadura militar foi reorientada para funcionar como engrenagem que acionaria o imaginário social na crença de Brasil Grande e que justificasse o ideal de nação contido no conceito geopolítico. Conformando modelos que potencializassem as ações humanas e as induzissem em favor do desenvolvimento e da manutenção da ordem, buscou-se consagrar agentes cuja atuação, redimensionadas, respondessem aos pressupostos da Ideologia de Segurança Nacional.

As ações de tais heróis, cultivadas para prestarem contas de uma racionalidade e de uma organicidade do mundo, útil à conservação daquele estado social, contemplam a ordem e a hierarquia como parte de um processo natural. É assim que os manuais de moral e civismo deixam escapar seletivamente as vozes que emanam dos heróis de

<sup>66</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. **Herói. Morto. Nós**. [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-02a.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml), 21/9/2008.

<sup>67</sup> ALVES, Rubem. *Sobre jequitibás e eucaliptos*. In **Conversas com quem gosta de ensinar**. Edições Asa, 2002.- [http://www.dgidec.min-edu.pt/revista8/artigo\\_RubemA.htm](http://www.dgidec.min-edu.pt/revista8/artigo_RubemA.htm). 25/9/2008.

pedestal. Geridas e racionalizadas, são vozes domesticadas que celebram interesses do sistema.

Acreditamos, contudo, em heróis!

Defendemos um herói! Não, porém, aquele que se constitui em obstáculo para a percepção das contradições, não aquele estátua e estático de lições circunstanciadas, não aquele exemplar indiscutível que reafirma crenças ingênuas defendidas como verdade para amparar certos princípios racionais e para justificar o autoritarismo.

## 2. SÍMBOLOS NACIONAIS

Tentando buscar a visão de nação com a qual os militares impregnaram os símbolos nacionais, pretendemos estudá-los como um conjunto complexo que determina um sistema de representação capaz de levar os grupos sociais à identificação de vínculos comuns imprimindo-lhes unidade de ação.

Além de providências coercitivas, o regime militar buscou exaltar a comunidade no consentimento estabelecendo a educação como meio para a realização dos propósitos do Estado de Segurança Nacional. Preservando valores da filosofia à qual se vincula, a Educação Moral e Cívica presta-se como instrumento à Ação Psicológica<sup>68</sup> da ESG que congrega *recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos* favoráveis à realização de seus objetivos. As ações ou manobras psicológicas, derivando de *um acurado estudo do público alvo* são embasadas em suas *crenças, superstições, atitudes e opiniões, estado de espírito atual, tradições e tendências*<sup>69</sup>, ou seja, apelam para o imaginário social. Esse, diz José Murilo de Carvalho, em **A formação das Almas – o imaginário da república no Brasil**, é *constituído e se expressa não só pelas ideologias e utopias como também pelos símbolos, alegorias, rituais, mitos.*

Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses,

---

<sup>68</sup> BRASIL. **Doutrina Básica**. p.228.

<sup>69</sup> BRASIL. **Op. cit.** p.230.

aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas<sup>70</sup>.

O autor vai além mostrando que *a manipulação do imaginário social é muito importante em tempos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas.*

Não foi por acaso que a Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. Para a Revolução, a educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas. Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do Interior tinha exatamente este nome: Bureau de l'Esprit<sup>71</sup>.

Neste sentido, investigaremos o papel e o prestígio dos símbolos nacionais no redimensionamento de valores sociais e políticos buscados pelo regime militar.

Os símbolos nacionais: Bandeira, Selo, Hino e Armas foram explorados em todos os manuais didáticos que analisamos. Tais símbolos aí circularam buscando expressar valores e idéias, veiculando ideologias, desempenhando um papel normativo e pedagógico. O estudo desses símbolos em relação à maneira como foram re-utilizados pelos militares poderá proporcionar informações sobre os ideais do regime, não só como visão de história, de política e de sociedade como, particularmente, de educação.

Contribuindo para a formação de uma imagem positiva do novo regime, os símbolos nacionais foram manipulados para estimular o imaginário popular em direção aos valores do Estado de Segurança Nacional. As alegorias e os ritos em torno dos símbolos nacionais têm parte importante na formação de condutas, uma vez que traduzem, assim como a liturgia, as verdades de suas doutrinas.

Paul Zumthor, na obra **A Letra e a Voz – A “literatura” medieval**, diz que na relação do homem com o mundo há um desejo *para fazer de toda a realidade um espetáculo. Não ocorre, diz o autor, outra coisa na relação do nosso mundo conosco, atualmente, quando a motivação é publicitária, os meios são de massa, e a finalidade, comercial.*

Até bem depois do século xv, a motivação foi uma sede de conhecer; o meio, a participação sensorial; e a finalidade, uma alegria comum. Operando (no

<sup>70</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. p.10.

<sup>71</sup> CARVALHO. Idem.p.11.

mais alto nível de existência) como o elo e as incessantes transferências entre o homem e Deus, entre o universo sensível e a eternidade, a liturgia ilustrava essa tendência de modo exemplar: espetacular em suas menores partes, ela *significava* as verdades da fé, por um jogo complexo oferecido às percepções auditivas (música, canto, leitura) e visuais (pelo esplendor das construções; por seus atores, sua roupa, seus gestos, sua dança, seus *décors*), táteis mesmo: toca-se a parede santa, deixa-se um beijo ao pé da estátua, no relicário, no anel episcopal; respira-se o perfume do incenso, a cera das velas.<sup>72</sup>

Influi ainda que na base da sociedade civil *a cerimônia de prestação de vassalagem* unindo dominantes e dominados, *em procissão hierárquica, constitui uma performance [...] teatral*. De certa forma, a educação moral e cívica *como força plasmadora de comportamento e inspiradora de atitudes* dispõe-se a desempenhar as funções da liturgia descrita por Zumthor, sinalizando as verdades da fé que constituíram o culto da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), estribo do pensamento militar.

O palco da coesão social, tomando lugar à frente da coletividade, arma-se com a eficácia dos rituais das festas cívicas: o canto orfeônico harmoniza as contradições e domestica as vozes anárquicas, a parada militar acerta o passo da marcha, sob o Altar da Pátria – retábulo dos símbolos nacionais – o Pelotão da Bandeira recita e assente ao Código de Honra do Aluno. É nesta assembléia que o rito, identificado por todos, é compartilhado. Adere-se à ordem aí implícita, manifestada por uma palavra que prescreve com o crédito dos símbolos, *tal como o selo régio* descrito por Zumthor<sup>73</sup> *que, dispensando outro instrumento, acredita um embaixador e as palavras que este vai dizer*.

O ritual cívico, altar da coesão social, funde o cívico e o religioso: o hino é o salmo que congrega, a bandeira, o retábulo que consagra. Expressão e percepção ao mesmo tempo do cívico e do sagrado, tal ritual desperta a devoção à pátria. É o que observamos no manual **Moral e Civismo**, de Maria Braz, que explora de forma ufanista os símbolos nacionais.

### A BANDEIRA E O HINO NACIONAL

A Bandeira Nacional é a imagem visual da Pátria. O Hino Nacional, sua imagem auditiva. Quando aquela é alteada ao topo de um mastro, iluminada pelos beijos do Sol, aí está a Pátria falando aos nossos olhos. Quando o Hino corta os ares, em seus compassos marciais ou em seus versos sugestivos, aí está a Pátria falando aos nossos ouvidos. No altar da Pátria, a Bandeira

<sup>72</sup> ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz – A literatura medieval**. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p.256.

<sup>73</sup> ZUMTHOR, Paul. Op. cit. p.87.

concretiza a nossa fé. E o Hino traduz a nossa oração. Diante da Bandeira, impõe-se nosso respeitoso silêncio. Diante da voz do Hino, impõe-se que todas as vozes a acompanhem<sup>74</sup>.

O patriotismo, em rituais sucedâneos de religião, serve ao novo regime não como ornamentação, mas como devoção que toma sobre si o caráter ético de normas e condutas de vida. Parodiando Gramsci<sup>75</sup> podemos dizer que o Estado *mantém sua comunidade de fiéis* à proporção que sustenta *permanente e organizadamente a própria fé*, afirmando seu discurso ancorado por uma hierarquia de heróis e de símbolos que lhe confere crédito e garantia.

Provendo tal discurso, a lição do citado manual de Maria Braz afiança a doutrina da ESG quando esta defende que a vida de uma nação consiste em voltar-se aos valores tradicionais objetivando equilíbrio e ordem (segurança) e, ao mesmo tempo, investir no novo buscando engrandecimento e aperfeiçoamento (desenvolvimento). Analisemos o excerto a seguir.

Na Bandeira e no Hino falam e cantam todas as riquezas do Brasil. As que se encontram espalhadas no seio de nossa terra. E as que moram no fundo do coração de nossa gente. Nas dobras da Bandeira, desfilam nossos sábios e nossos heróis. Nos compassos do Hino vibram nosso entusiasmo e nosso orgulho, num convite ao trabalho e à confiança. A Bandeira fala de nosso passado. E fala o Hino de nosso futuro. Saibamos reverenciar nosso passado e confiar em nosso futuro, respeitando os símbolos nacionais<sup>76</sup>.

O convite ao trabalho, sob a égide dos símbolos nacionais e sob o crédito de valores tradicionais e a confiança no futuro, endossa o propalado binômio Segurança e Desenvolvimento.

O referido binômio, segundo convicção da ESG, consubstancia-se na celebração da tradição e na *confiança* de um futuro grande, pressupostos contidos na divisa *Ordem e Progresso* da bandeira nacional. A bandeira, assim apresentada pelo manual de Maria Braz, nos remete a uma lição circunstanciada que pretende gerar atitudes favoráveis ao pretendido desenvolvimento.

[...] O círculo azul é cortado por uma faixa branca, em curva, onde estão escritas, em verde, as palavras ORDEM E PROGRESSO. Essa legenda nos

<sup>74</sup> BRAZ, Maria. **Moral e Civismo – livro IV**. P.66.

<sup>75</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. p.110.

<sup>76</sup> BRAZ, Maria. **Op. cit.** p.66.

lembra que a ordem e a paz são indispensáveis ao desenvolvimento do progresso<sup>77</sup>.

Se a Segurança Nacional (ordem) é indispensável para a realização dos objetivos nacionais, diz a ESG, é pelo Desenvolvimento (progresso) *que as tensões e angústias serão reduzidas pelo atingimento pleno dos anseios de qualquer sociedade.*

Em ambiente de insegurança, as ações voltadas para o Desenvolvimento poderão perder intensidade pela pulverização e desgastes dos meios do Poder Nacional, reorientados para a redução de antagonismos<sup>78</sup>.

Dessa forma, a ordem advinda da valorização dos princípios éticos e espirituais (sentimento cristão e culto das tradições histórico-culturais reforçados pelo culto dos símbolos nacionais) respaldaria o progresso alicerçado no incitamento ao trabalho, no respeito à autoridade e no cumprimento dos deveres pelo espírito de sacrifício de cada brasileiro, reunidos pelos mesmos vínculos. É o que constatamos no texto a seguir, do manual **Moral e Civismo**, de Maria Braz

Vejam vocês como devemos compreender o Dia da Pátria, e, principalmente, a idéia de Pátria.

Pátria é a união de todos nós. É o culto aos heróis. [...] É a bandeira nos olhos da multidão. É a oração à Deus. É o trabalho persistente de cada um de nós, nas cidades e nos campos, nas escolas, nas oficinas e nas fábricas. É a família reunida, num pensamento de progresso para o bem-estar de todos. É a obediência à lei e à ordem. É a participação e responsabilidade de cada um de nós nos planos do governo. É o respeito pelos símbolos nacionais. É a solidariedade para com o próximo. É o respeito às autoridades<sup>79</sup>.

Tendo em vista as *necessidades de conservação, de coesão e de unidade de ação do próprio grupo, muitas vezes antagônicas aos interesses e aspirações estritamente individuais dos componentes*<sup>80</sup> é imperativo despertar interesses coletivos. Tais interesses, de caráter orgânico, podem ser despertados a partir de rituais que resultam em comportamentos normatizados. Plasmadores de convenções, de regras e de atitudes, os rituais são instrumentos apropriados a serviço e ao exercício do poder. O ritual testemunha e preceitua. No ritual de devoção à bandeira, proposto por Plínio Salgado, em **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**, estão os preceitos do serviço e do dever, testemunhos de amor e dedicação à nação.

<sup>77</sup>BRAZ, Maria. **Op. cit.** p.98.

<sup>78</sup>BRASIL. **Doutrina** básica. p.271.

<sup>79</sup>BRAZ, Maria. **Op. cit.** p.13.

<sup>80</sup>BRASIL. **Op. cit.**p.27

*Não se ama a Bandeira apenas nas limitações do entusiasmo, mas cumprindo nossos deveres para com a Nação.*

Bandeira verde e amarela, bandeira de nossa Pátria, és o símbolo sagrado, és o resumo eloqüente da natureza, do povo e da história do Brasil.

[...] Para sabermos verdadeiramente amar-te, Bandeira do Brasil, não nos devemos limitar ao entusiasmo com que te saudamos, quando passas vitoriosa nas paradas militares, ou quando te desfraldas nas horas solenes dos atos cívicos. Se representas a Pátria brasileira, devemos servir-te, não só com o sentimentalismo que em nós despertas, mas com o firme pensamento de nossos deveres e a compreensão de nossas realidades<sup>81</sup>.

Através do culto à bandeira, Plínio Salgado, na mesma lição, ainda exorta o cidadão à fidelidade institucional, estimulando-o ao trabalho resignado pelo bem comum.

Devemos cultivar as tradições de que provieste, devemos cumprir nossas obrigações de cidadãos do Brasil, devemos vigiar pelas instituições democráticas resumidas em ti, devemos cultivar em nossos corações o espírito de sacrifício pelo bem do nosso País, devemos dedicar-te nossa vida sem temer a morte.

Que cada brasileiro, ao contemplar-te, ponha a mão na consciência e se pergunte: que tenho feito e que devo fazer para honrar o pavilhão sagrado da minha Pátria?<sup>82</sup>

O culto à bandeira, prática escolar semanal, sustentava e ilustrava o discurso dos manuais didáticos. Tal prática escolar está registrada na ata da reunião pedagógica das escolas do município de Fernando Prestes, ocorrida aos treze de março de 1970 (anexo).

O sr. Inspetor escolar conseguiu fazer a entrega de doze bandeiras brasileiras às escolas, com suas respectivas armações, bandeiras estas adquiridas através (de) campanhas realizadas na cidade e com a colaboração do Sr. Prefeito Municipal. A apresentação destas bandeiras poderá ser realizada no dia de amanhã, que é sábado. Tornou a lembrar as senhoras professoras de que todos os sábados, antes da entrada dos alunos na classe, deverá ser efetuado o culto à bandeira, com canto e declamações pelos alunos.

Rituais que quando não concorriam para inculcar valores de subserviência, espírito de sacrifício e lealdade institucional, prestava-se ao exercício da memória através de impropriedades decoradas como o ufanista e vazio poema de Dom Aquino Corrêa, que Maria Braz apresenta no manual **Moral e Civismo**.

<sup>81</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. p.117-119.

<sup>82</sup> SALGADO, Plínio. **op. cit.** p.119.

### A BANDEIRA DO BRASIL

Dom Aquino Corrêa

Como é linda assim boiando  
No fulgor do etéreo anil,  
Como um zéfiro tão brando,  
A bandeira do Brasil!

Oh! Que de encantos descerra  
Na minha alma juvenil  
O pendão da minha terra,  
A bandeira do Brasil!

Vi sorrindo em grande gala  
Mil pendões de cores mil:  
Mas nenhum o mimo iguala  
Da bandeira do Brasil!

Nossos pais eu vi curvando  
A cabeça já senil,  
Ao passar abençoando  
A bandeira do Brasil!

És da Pátria a doce imagem  
És um manto senhoril,  
És de mãe uma roupagem  
Oh! Bandeira do Brasil

É por isso que no peito  
Vou gravar com o buril  
O retrato mais perfeito  
Da bandeira do Brasil

Que jamais iníquas obras,  
Que jamais um ato vil  
Manche as tuas puras dobras  
Oh! Bandeira do Brasil!<sup>83</sup>

Assim, a bandeira é desfraldada sob impropriedades que não traduzem conceito algum ou sob o signo de deveres cívicos que advertem e legitimam o discurso unilateral da classe dominante.

No manual de Maria Braz a bandeira tremula como garantia e segurança dos direitos sociais. Todavia, tal penhor não foi garantia bastante para quitar a dívida dos direitos sociais negados durante a ditadura, uma vez que as tintas antidemocráticas dos propósitos ideológicos do regime militar sobrepujaram o verde-amarelo de nossa bandeira.

---

<sup>83</sup> BRAZ, Maria. **Moral e Civismo**. p.70.



DIA DA BANDEIRA – Dos quatro símbolos nacionais, este é o que mais permanentemente apela para nossos olhos e nosso coração. Além de simbolizar nossa Pátria, a Bandeira Nacional recorda nossos deveres cívicos e é um penhor de nossos direitos sociais<sup>84</sup>.

Para sustentar a idéia de interesse nacional como aspiração coletiva, Siqueira e Bertolin, no manual **Atividades de educação Moral e Cívica** valem-se de Olavo Bilac

#### BANDEIRA NACIONAL

Sabeis o que é esta Bandeira. Sabeis que este pano é tecido da nossa carne e do nosso espírito, das nossas bênçãos e das nossas lágrimas, do nosso passado de quatrocentos anos de sacrifícios, de trabalhos suados, de heroísmo acumulados, de batalhas sangrentas, de abnegações incomparáveis.

O que fez esta Nação e o que se representa neste lábaro é a coesão dos brasileiros, é a união das aspirações, das vontades de todas as gerações que nos antecederam. A Bandeira é a união. **Olavo Bilac**<sup>85</sup>.

A bandeira, no manual de Siqueira e Bertolin, prestando-se a pôr em prática o conceito geopolítico de nação, congrega todos os brasileiros num único e imenso projeto nacional, além de estimular as virtudes referentes ao trabalho.

Outro símbolo nacional é a **Bandeira**. Ela traz em suas cores significativas toda uma mensagem de fé, de esperança, de otimismo, de estímulo ao trabalho e ao progresso.

Ela merece todo nosso respeito. Nas solenidades de hasteamento, sentimo-nos emocionados, pensamos na pátria imensa que temos para desenvolver. A Bandeira é também um fator de união entre os brasileiros. Em torno dela nos reunimos para cantar as glórias do passado, renovarmos as energias e entusiasmo para cumprirmos os nossos deveres e pensarmos no futuro<sup>86</sup>.

A alegoria dos símbolos nacionais foi peça importante para a pregação ideológica e política do regime pós-1964. Apelando para valores nacionais recozidos no cadinho militar, as lições manipulam *sentimentos coletivos*, tocando corações e mentes.

José Murilo de Carvalho<sup>87</sup>, na obra já citada, diz que a atuação do pintor francês David, *revolucionário e teórico da arte*, é um grande exemplo *do esforço de educação cívica mediante o uso de símbolos e rituais*. O artista, em 1792 comprometeu-se no *esforço de redefinir a política cultural* e na produção de *símbolos para o novo regime*.

<sup>84</sup> BRAZ, Maria. **Op. cit.** p.68.

<sup>85</sup> SIQUEIRA e Bertolin. **Atividades de Educação Moral e Cívica.** p.153

<sup>86</sup>SIQUEIRA e Bertolin. **Op. cit.**p.153.

<sup>87</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas.** p.11.

A finalidade das artes, para David, *não era apenas encantar os olhos*, mas, principalmente, *contribuir poderosamente para a educação pública penetrando nas almas*, uma vez que *os traços de heroísmo, de virtudes cívicas, oferecidos aos olhos do povo, eletrificam suas almas e fazem surgir as paixões da glória, da devoção à felicidade de seu país*.

Neste sentido, o **Guia de Civismo**, de Diniz Almeida do Valle, traz relatos ensangüentados capazes de *eletrificar almas* e despertar *devoções*. Apostando no poder do simbolismo da bandeira nacional, através da qual o *povo brasileiro sente pulsar o coração pela Pátria que tanto ama*, o autor usa e abusa dos *muitos patriotas que têm dado a vida por amor a ela*.

Cita alguns episódios como o *feito imortal de Greenhalgh, na batalha do Riachuelo*.

Os paraguaios tentaram arriar a Bandeira Brasileira, mas encontraram a reação heróica do capitão de infantaria Pedro Afonso e do guarda-marinha Greenhalgh. Este, mesmo perdendo a mão direita, não esmoreceu, continuando a defender o símbolo da sua Pátria até o último momento de vida<sup>88</sup>.

Registra o ato de heroísmo praticado pelo sargento pernambucano, José Correa da Silva por ocasião da tomada da Ilha de Santa Catarina, por D. Pedro Ceballos, Vice-Rei do Prata.

Ao exigir o inimigo a bandeira do regimento que a guarnecia, o graduado brasileiro, de um salto, arrebato-a do porta-bandeira, e, retirando-a da haste, envolveu-a em seu corpo, afastando-se rapidamente<sup>89</sup>.

Relata, também, um episódio com a bandeira do 26º. Batalhão de Infantaria, bordada por moças do Ceará.

Essa Unidade, derrotada em combate, fora quase totalmente dizimada. Ao pensar que o pavilhão havia sido tomado pelo inimigo, o Coronel Figueira de Melo, comandante do batalhão, na presença de Osório, baixou a cabeça e deixou as lágrimas correrem. Surgiu, então, um cabo do 26º, que se dirigiu ao coronel, dizendo:

“- A bandeira do nosso 26, Senhor Comandante, está aqui.”

<sup>88</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Guia de Civismo**. p.287.

<sup>89</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Op. cit.** p.288.

Abriu a blusa, tirou a bandeira rasgada e ensangüentada, que trazia de encontro ao seu corpo, e a depôs sobre a mesa de pinho<sup>90</sup>.

No fortalecimento de seu poder e na legitimação de seus empreendimentos, os ideólogos do regime militar, com persuasão de apóstolos, tentaram garantir a retaguarda, reunindo em torno de sua doutrina um colegiado de fiéis. Certo êxito obtiveram com o apelo que imprimia ao cívico, um ato religioso. Com esse sentido, selecionando pérolas, Diniz A. do Valle, em **Guia de Civismo**, extrai de Coelho Neto *significativas palavras* sobre a Bandeira Nacional:

“... é um pano e é uma Nação, como a cruz é u’a madeira e é toda uma Fé. No culto da Bandeira encerram-se todos os nossos deveres, desde os que nos são ditados pelo amor até os que são prescritos pela Lei. Assim como nos descobrimos diante do sacrário, que encerra a hóstia, que é símbolo de Deus, descobrimo-nos diante da **Bandeira**, que é o símbolo da Pátria.”

Sobre as Armas Nacionais nos diz:

“... é como o próprio coração da **Bandeira**, resumindo todos os símbolos nela contidos.”<sup>91</sup>.

Os símbolos nacionais, objetos de culto especial, ao lado do calendário cívico representado pelos heróis, são explorados por lições propondo ações e cobrando responsabilidades. João Camillo de Oliveira Torres, em *A Nação*, no manual **Educação Moral e Cívica**, convoca o estudante a responder pelo futuro da nação.

O estudo da História, o culto dos heróis que nos precederam na construção da Pátria, a veneração dos símbolos nacionais não podem transformar-se em posições estáticas e meramente contemplativas – devem conduzir à ação e a um renovado sentimento de responsabilidade para com as gerações futuras. A Nação é uma realidade histórica, não somente pelo fato de ter sido produzida pela História, como, também, por ser uma realidade que se prolonga<sup>92</sup>.

Assim entendidos, tributos e reverências aos símbolos nacionais concorrem para alimentar não só a lealdade à ordem dita institucional do regime, como também, o conceito de nação como um único projeto, proposto pelo estado de segurança nacional.

Ao tratar do hino nacional, o manual **Atividades de Educação Moral e Cívica**, de Siqueira e Bertolin, apela ao sentimentalismo.

<sup>90</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Op. cit.** p.288.

<sup>91</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Op. cit.** p.288.

<sup>92</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira. **Educação moral e Cívica.** p.97.

### O Hino Nacional

Todos apreciamos uma bela música. Ela pode impressionar intensamente o espírito humano. Quando ouvimos ou cantamos o Hino Nacional numa solenidade, podemos ficar emocionados e elevados sentimentos patrióticos se apoderar de nós<sup>93</sup>.

Observemos como é conduzida (induzida) uma (re)interpretação da letra do Hino Nacional, no manual didático de Siqueira e Bertolin. Apropriando-se da letra deste hino, intensificam a idéia-força *desenvolvimento*, através do tema *participação*.

Interprete a letra do Hino Nacional

Assinale as alternativas corretas ou responda o que se pede:

[...] **“Gigante pela própria natureza,”**

O poeta quis dizer que:

- o Brasil é um país de tamanho gigantesco, colossal e de grandes recursos naturais e humanos.
- observando a enorme extensão territorial do Brasil, devemos ter medo de não conseguir desenvolver e aproveitar seus recursos.

[...] **“E o teu futuro espelha (reflete) essa grandeza”**

Este verso significa que:

- a grandeza do Brasil não é uma realidade presente, mas sempre será vista como o sonho do futuro.
- o futuro do Brasil deverá trazer um progresso gigantesco que esteja de acordo com a enorme extensão do seu território.

[...] **“... mãe gentil”**, - Por essa expressão, deve-se entender que:

- o Brasil não é terra muito acolhedora para os imigrantes.
- o Brasil é como uma **terra-mãe** rica de possibilidades e recursos e é capaz de dar oportunidades a todos e a todos proteger.

[...] **“Verás que um filho teu não foge à luta,”**

- O verdadeiro patriota cuida só dos seus interesses particulares.
- O verdadeiro patriota está disposto a lutar pelo bem da Pátria e pelo progresso<sup>94</sup>.

A alegoria em torno do Hino Nacional se presta à integração de todos em torno dos mesmos interesses e aspirações. Garimpadas por Diniz Almeida do Valle, no manual **Guia de Civismo**, as palavras de Coelho Neto enaltecem o Hino Nacional –

<sup>93</sup> SIQUEIRA e Bertolin. **Organização social e Política do Brasil**. p.149.

<sup>94</sup> SIQUEIRA e Bertolin. **Op. cit.**p.152.

clamor que concilia e une os homens como o *canto dos que trabalham*. Discurso oportuno que prescreve as virtudes do trabalho

Na paz, o hino concilia-nos, torna-nos mais ligados como o canto dos que trabalham; na guerra é o clamor que nos encoraja levando-nos para o triunfo. Ouvi-lo é sentir pulsar o coração da Pátria, de cuja vida é o ritmo<sup>95</sup>.

É conveniente esclarecer que a crítica dirige-se à utilização do Hino como instrumento circunstanciado de propaganda a serviço de qualquer tipo de regime que cerceie a liberdade. Concordamos com a posição de José Murilo de Carvalho<sup>96</sup> ao mostrar que *em momentos de oposição aos governos militares, o hino serviu muitas vezes de canal para extravasar a emoção cívica de multidões na praça pública*. O que se espera de um símbolo nacional, completa Carvalho, *é a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional*.

Os símbolos nacionais marcados com uma visão circunstanciada de nação serviram, nos manuais didáticos de moral e civismo, aos objetivos do regime militar.

Como pudemos observar no decorrer deste capítulo, as manobras em torno dos símbolos nacionais serviram para despertar posições propícias à segurança e ao desenvolvimento atendendo ao estado de segurança nacional. O tratamento circunstanciado dado aos referidos símbolos os emprega ao serviço do desenvolvimento e da mística nacional. Processo sustentado e demandado pela educação via Educação Moral e Cívica.

---

<sup>95</sup> VALLE, Diniz Almeida do. **Guia de Civismo**. p.289.

<sup>96</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. p.127.

## CONCLUSÃO

A pesquisa nos levou à confirmação da hipótese central do trabalho quanto à conformação de conceitos e valores, veiculados pelos manuais didáticos, ajustados às justificativas do discurso institucional do regime de 1964.

Apresentamos como conclusão, dentro da provisoriedade que rege a perspectiva dialética, a posição hegemônica dos militares manifestada nos textos aqui já analisados e na prática escolar também observada no decorrer deste trabalho. Porém, para melhor ilustrar a função de tais práticas, faremos neste momento breves considerações sobre o papel do professor e do professor orientador de moral e civismo, sob a ótica do decreto e do parecer que trataram diretamente deste assunto, além de relacionar este papel com o cotidiano escolar, através da análise das atas das reuniões pedagógicas das escolas do município de Fernando Prestes.

Trazemos ainda, como conclusão, a posição contra-hegemônica representada pela análise do livro **OSPB – Introdução à Política Brasileira**, de Frei Betto<sup>1</sup>, o que destacará o caráter autoritário dos propósitos da educação moral no regime militar.

O decreto n.º. 68.065 de 14 de janeiro de 1971 que dispõe sobre a formação de professores e orientadores para a nova disciplina, traz em seu artigo 37 a solução para a falta destes, cuja *habilitação de candidatos seria feita por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor*. Reza o parágrafo único – *até que o estabelecimento de ensino disponha de professores ou orientadores diplomados ou habilitados em exame de suficiência*, o diretor poderá confiá-lo a professores titulados (ver anexo ata de atribuição de aulas de EMC, em caráter precário). Eis aqui a brecha que concede ao Estado, mais uma vez, a permissão para este legitimar seu monopólio, como único procurador da nação. Através dos cargos de confiança estaria assegurada a articulação da rede de informações. O papel da informação, de acordo com a ESG<sup>2</sup>, *é assegurar-se de que as chefias estão bem informadas; sua tarefa é manter-se atrás dos líderes com o livro aberto para um importante fato que possa estar sendo negligenciado [...]*. É assim que chegam ao Conselho Federal de Educação (CFE), além dos *ecos positivos*, os *rumores de reações negativas e*

---

<sup>1</sup> BETTO, Frei. **OSPB - Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

<sup>2</sup> BRASIL, **Doutrina Básica**. p.293.

*contraproducentes* de uma EMC *mal ministrada*. O problema emergente é diagnosticado pelo CFE como *o despreparo de muitos professores, convocados de inopino*.

Dom Luciano José Cabral Duarte, relator do parecer n.º 94/71, parodiando o Antigo Testamento no Livro dos Salmos (salmo 31, versículo 5), afirma que a EMC poderia dizer ao professor que vai ministrá-la: *nas tuas mãos está a minha sorte*, no mesmo gesto de *abandono e confiança* do salmista a Deus. Para tanto, o professor designado para ministrar a disciplina deve ser *um mestre reconhecido pelos alunos como um padrão de dignidade e competência*. Competência para proporcionar aos estudantes convicções e idéias que os subjuguem, sujeitando-os à servidão? E dignidade? Seria o brio do professor registrado em cartório? O famigerado Atestado de Idoneidade Moral (ver exemplar anexo), obrigatório ao professor candidato à disciplina, testemunhava que o fruto de seu trabalho destinava-se não ao homem, mas ao Estado. Destinava-se, sobretudo, à garantia e à segurança das instituições. Garantia e segurança ameaçadas pelos *efeitos negativos e contraproducentes* de professores que não se colocavam ao exercício da alienação. A superação das causas de tal insucesso, de acordo com o parecer 94/71, deveria ser buscada, em primeiro lugar, *pelos responsáveis pela direção dos estabelecimentos de ensino*. Além disso, levando em conta o *aspecto de comunicação de comportamentos e atitudes* envolvidos pela disciplina, a Comissão Estadual de Moral e Civismo (CEMC) previa Sessões de Estudo promovidas pela própria Comissão (ver exemplar de certificado anexo). Tais sessões visavam à adequação do professor dada *a identificação e a transferência* que *infalivelmente* se operariam entre disciplina-professor-aluno - objeto de preocupação previsto no citado parecer.

Para assegurar que o programa fixado pelo CFE fosse cumprido *em qualquer hipótese*, a EMC, diz ainda o parecer, ficará sob o controle do Serviço Regular de Inspeção. Em todo estabelecimento de ensino, um orientador de EMC, designado pelo diretor, organizava, dirigia ações e tomava providências executivas concernentes à disciplina. Pelo parecer n.º 94/71, a educação moral e cívica deveria constituir-se em uma preocupação permanente de todas as escolas do Brasil, *merecendo o cuidado de todos os professores, especialmente daqueles cuja área de ensino estivesse com ela em mais estreita conexão*. Tarefa que incluía garantir a execução dos planos de ensino de acordo com o plano de

coordenação de orientação de moral e civismo. Assim consta a ata da reunião pedagógica do Colégio Estadual Dr. Cristóvão Colombo da Gama, de 10 de junho de 1975 (anexo).

Aos dez dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a 3.<sup>a</sup> reunião pedagógica, sob a direção do diretor do estabelecimento, que pediu aos professores que externassem a sua opinião a respeito da exequibilidade dos planos de ensino, sua correspondência com as áreas de estudo e com o plano de coordenação de orientação de moral e civismo.

Das opiniões emitidas pelos professores, chegou-se a seguinte conclusão: a) os planos de ensino tem se mostrado exequíveis, atendendo aos objetivos propostos, apresentando correspondência com as áreas de estudo e cumprindo o plano de coordenação do orientador de moral e civismo de uma maneira satisfatória e facilmente perceptível.

A preocupação em assegurar o cumprimento do programa determinado pelo CFE, e também para evitar uma educação moral e cívica *mal ministrada* que geraria *efeitos negativos e contraproducentes*, era assunto recorrente nas reuniões pedagógicas, e matéria de preocupação do diretor escolar, pela pressão em obter resultados positivos. Acompanhemos a ata de uma reunião realizada duas semanas após na mesma escola que citamos acima.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a última reunião pedagógica do 1.<sup>o</sup> semestre e os professores, fizeram uma análise do desenvolvimento do plano global da escola e sua correspondência com as aspirações dos educandos e da comunidade, com os planos de ensino, e com a coordenação das áreas de estudo, realizados pela orientadora de moral e civismo.

A conclusão a que se chegou, foi que o trabalho desenvolveu-se dentro do esperado com resultados altamente positivos.

O Conselho Nacional de Moral e Civismo (CNMC) articulou-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis do governo, não só para a implantação, como também para a manutenção da doutrina da EMC (decreto-lei 869/69).

Sustentando tal rede, ainda em 1980, os supervisores de ensino acercavam-se de cuidados necessários para a manutenção da disciplina de EMC. Um *Termo de Visita*, do dia 1.<sup>o</sup> de outubro de 1980 à EEPG (Emergência) da Fazenda Boa Vista do município de Fernando Prestes-SP (ver anexo), entre as orientações oferecidas e atividades executadas, confirma esta preocupação: *Assisti aula de Educação Moral*.



Cabia ainda ao orientador de moral e civismo, além de suas atribuições, assistir o Centro Cívico. Álvaro Neiva, no livro **Educação Moral e Cívica e as Instituições Extraclasse**, defende que a EMC deveria ser ministrada apoiando-se nas instituições extraclasse, principalmente no Centro Cívico.

Aí é que as “instituições” valem como reais instrumentos pedagógicos no plano didático da Educação Moral e Cívica, pois, articuladas pela Orientação Educacional, oferecem valioso campo de aplicação às melhores formas de Moral e Civismo, definindo as realidades e as tendências individuais e lhes ensejando uma efetiva e extensa experimentação. Facultarão, em suma, a vivência da Educação Moral e Cívica, seja sob os da preparação para a cidadania, em todos os aspectos do patriotismo, e com o emprego do trabalho em todas as suas aplicações formativas<sup>3</sup>.

Sob tal ponto de vista, longe de ser um espaço ativista, o Centro Cívico seria instrumento pedagógico a serviço da doutrinação da nova disciplina. Destinado à *centralização, no âmbito escolar, e à irradicação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando*, o Centro Cívico deveria, entre outras atribuições:

- Considerar o civismo nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo por fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil.
- Elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra do Universitário, no nível superior<sup>4</sup>.

O estímulo para a criação de Centros Cívicos, bem como a criação de instituições extraclasse vinha sob a justificativa de assemelhar, *tanto quanto possível, a escola a uma sociedade democrática em miniatura* (decreto 68.065). Porém a ata da 4.<sup>a</sup> Reunião Pedagógica do Ginásio Estadual Dr. Cristóvão Colombo da Gama, de Fernando Prestes, do dia 31 de maio de 1971 (ver anexo) relata um fato interessante. Entre outros assuntos *foi discutido o Centro Cívico Escolar* (observemos que se trata de uma reunião pedagógica, isto é, entre professores), *tendo-se decidido o seu funcionamento a partir de 30 de junho*. O

<sup>3</sup> NEIVA, Álvaro. **Educação Moral e Cívica e as Instituições Extraclasse**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972. p.34.

<sup>4</sup> Decreto n.º. 68.065 de 14 de janeiro de 1971.

diretor organizou, registra a ata, *um estatuto nos moldes da democracia* (grifos nossos). Depois de lidos, estatuto e constituição foram aprovados pelos professores, aprovando também o nome de Centro Cívico Escolar “5 de julho”(data em que se comemora a emancipação político-administrativa do município de Fernando Prestes). Por fim, fica ainda estabelecido que os professores indicados para o cargo de Secretário da Justiça do referido centro cívico deverão ter aulas, pelo menos, em quatro dias da semana. Ao estudante apenas o papel contemplativo.

A colaboração para a promoção da doutrina da EMC não se fundou com o apoio da totalidade dos professores. Entre os que se fizeram instrumentos conscientes da ditadura, por conformismo ou alienação, estão também aqueles cujo arrebatamento de inconformismo foi logo seduzido, ou intimidado pelos apontamentos que lhes denunciavam negligentes. Todavia, alguns conseguiram, como observa Luiz Antonio Cunha<sup>5</sup>, *à custa de artimanhas* driblar os programas propostos, desenvolvendo *atividades produtivas de resistência à ideologia oficial*. Sempre há algum espaço para a contra-hegemonia, como diria Gramsci.

Ainda que a ditadura militar tenha se utilizado das disciplinas, aqui discutidas, como caráter de legitimação de seu poder, o que esperamos ter demonstrado, observamos pela análise do livro de Frei Betto que a utilização delas poderia também estar a serviço da conscientização dos problemas políticos, econômicos e sociais, voltadas, portanto, para a transformação da realidade. O livro de Frei Betto, publicado em 1988, portanto fora do ciclo militar, representa a posição contra-hegemônica que auxiliará a conclusão do nosso trabalho.

Frei Betto dá um passo à frente: seu livro *difere de tudo aquilo que se escreveu sob o regime autoritário*, ou seja, distancia-se dos conceitos estereotipados que estigmatizaram a disciplina. O livro traz a seguinte apresentação:

Este é um livro didático em duplo sentido: para ser adotado nas escolas e para ser entendido pelos leitores. Foi escrito, neste novo momento político, com a finalidade de ajudar os estudantes brasileiros – e também os militantes dos movimentos populares e sindicais – a compreender melhor a sociedade em que vivemos. É claro que, em matéria de Organização Social e Política Brasileira, este livro difere de tudo aquilo que se escreveu sob o regime autoritário<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> CUNHA, Luiz A. **O golpe na educação**. p.77.

<sup>6</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** Apresentação.

O autor mostra que em tempos de Nova República *não basta a mera descrição das instituições políticas e sociais*, sendo necessário possibilitar *aos leitores a formação de uma consciência crítica e a percepção das contradições que engendram o movimento histórico*.

Uma coisa é aquilo que se vê; outra, aquilo que é. Nem tudo que reluz é ouro. O papel da ciência é justamente provar que nem sempre as coisas são como parecem. E muitas coisas que estão em nossa cabeça a respeito da história humana, do capitalismo, do trabalhador, do índio, do negro e da mulher, não correspondem à verdade histórica e nem à vida real<sup>7</sup>.

O livro é dividido em três partes. A primeira mostra a evolução da humanidade através dos tempos e os diferentes modos de produção: primitiva, escravista, asiática, feudal, capitalista e socialista. A segunda parte trata das instituições políticas e da forma de organização da sociedade brasileira. O tema da terceira parte versa sobre o Brasil na atualidade de então, discutindo *quem controla o Brasil, o que é o FMI, a situação do Nordeste, a reforma agrária, os partidos políticos, os movimento estudantil, popular e sindical, os índios, os negros, as mulheres e a questão dos direitos humanos*.

Rompendo com o discurso unilateral calcado em valores perenes e universais, marcados pela estereotipia e idealização comum aos manuais didáticos de EMC, Frei Betto desmascara a padronização de comportamentos e determinados pressupostos culturais.

Assim como a humanidade acreditou, durante séculos, em suas impressões sobre a natureza, ainda hoje muitos confiam em suas impressões sobre a sociedade. Por isso afirmam que “sempre haverá ricos e pobres”, que “cada um deve se conformar com a sua sorte”, que “pobre tem preguiça de trabalhar”<sup>8</sup>.

Distanciando-se do caráter missionário que a ideologia burguesa imprime ao trabalho diluindo seu processo histórico, o livro em questão mostra que a história do homem coincide com o processo de objetivação do trabalho cuja origem está em sua própria divisão social.

#### **Causas da desigualdade social e produção excedente**

---

<sup>7</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** Apresentação.

<sup>8</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p. 11.

Nos primeiros tempos todos eram iguais: tinham os mesmos direitos e deveres. A primeira divisão social do trabalho surgiu entre os homens e as mulheres. Os homens não têm as exigências da gravidez nem da amamentação das crianças. Por isso, podiam distanciar-se de tribo para caçar. As mulheres tinham de ficar em casa, cuidando das crianças e, portanto, das tarefas domésticas<sup>9</sup>.

Inteirar-se desta divisão significa inteirar-se da história da sociedade, das causas da desigualdade social e das lutas de classe.

Com a introdução da pecuária e da agricultura, as comunidades primitivas começaram a produzir *mais do que necessitavam para o seu consumo*. Essa produção a mais chamava-se *excedente*, que vem do termo excesso. Entre os índios, por exemplo, as divisões sociais começaram quando apareceu o excedente. Essa “sobra” permitiu que alguns índios – como os chefes, os feiticeiros, os guerreiros -, deixassem de trabalhar, formando uma casta à parte. Ao mesmo tempo, esses índios que viviam à custa do trabalho do resto da tribo passaram a se apropriar da produção excedente: nasceu, desse modo, a *propriedade privada*<sup>10</sup>.

De modo geral, o discurso dos manuais didáticos de moral e civismo, aparando arestas das diferenças, inscrevia-se sem conflitos acomodando contradições uma vez que provinha da racionalidade inerente ao mundo organizado. Para Frei Betto, o *papel da ciência é justamente provar que nem sempre as coisas são como parecem*.

Assim, a desigualdade começa quando na comunidade primitiva se estabelece a divisão entre as famílias proprietárias e as famílias não-proprietárias. Surgem, pois, as *classes sociais*. Surge também a luta de classes, na medida em que a classe proprietária procura aumentar suas posses, impedindo que os demais se tornem proprietários; e na medida em que os não-proprietários querem se tornar proprietários, ameaçando as propriedades dos primeiros<sup>11</sup>.

A ditadura militar trazia na política educacional um de seus estandartes de legitimação política ancorado no discurso da igualdade de oportunidades. Todavia, *as relações da sociedade capitalista burguesa*, afirma Claus Offe, *com as normas igualitárias dela mesma constitutivas foram, desde o início, precárias e contraditórias*:

De um lado é a relação de participantes de mercado que trocam livremente as mercadorias que possuem (capital, terra, trabalho), o modelo básico da igualdade

---

<sup>9</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p. 14.

<sup>10</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p. 14.

<sup>11</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p. 14.

de chances; do outro lado, porém, o resultado dessa troca, especialmente das relações de exploração e de classes, entre capital e trabalho, destroem sistematicamente a ficção da igualdade de oportunidades<sup>12</sup>.

No capítulo *Os modos de produção*, Frei Betto mostra que *de fato, o capitalismo não oferece as mesmas oportunidades a todos.*

Ele é como um grande funil de cabeça para baixo. Ou uma enorme pirâmide. No pico estreito estão os *donos do capital*, a pequena minoria que controla as grandes riquezas. No meio está a *classe média*, os profissionais liberais, conhecidos também pelo nome de pequena burguesia, pois nela se incluem os pequenos proprietários. O grande e largo alicerce é integrado pelos *trabalhadores*, os assalariados da cidade e da zona rural, que só dispõem de sua força de trabalho<sup>13</sup>.

O autor mostra que *para assegurar a defesa de seus interesses econômicos*, os capitalistas exercem o controle em três esferas da sociedade: *a política, a jurídica e a ideológica.*

Na esfera política controlam o Estado, impedindo que ele venha a ser ocupado pelos trabalhadores; reforçam o poder de seus partidos políticos [...] Ao controlar o Estado, os donos do capital controlam também as forças de defesa dos interesses do Estado: as Forças Armadas e as políticas estaduais. Na esfera jurídica procuram aprovar leis que defendem os interesses do capital e impedem que os trabalhadores prejudiquem esses interesses [...] Além dessas forças políticas e jurídicas, a pirâmide capitalista conta ainda com uma esfera muito poderosa; a ideológica<sup>14</sup>.

A ideologia coloca a desigualdade social como *um fenômeno natural e irreversível.*

Ela torna o pobre conformado com a sua situação e tira da consciência do rico qualquer preocupação para com a situação dos pobres. Enfim, a ideologia nos ensina a pensar de acordo com os interesses dominantes, aceitando a pirâmide assim como ela é. Para a ideologia dominante, pensar diferente é sinal de subversão...<sup>15</sup>

Chamando a atenção para as verdadeiras causas estruturais dos problemas políticos, econômicos e sociais, Frei Betto classifica seu livro como *uma introdução à história e à realidade brasileira* defendendo o seguinte princípio: *saber como é para poder fazer como*

<sup>12</sup> OFFE, Claus. *Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação*. p.38.

<sup>13</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p 23.

<sup>14</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p 23.

<sup>15</sup> BETTO, Frei. **Op. cit.** p 23.

*deve ser, uma vez que para ele todo conhecimento deve estar em função da transformação da realidade.*

Confrontando as análises do livro de Frei Betto e dos manuais didáticos de moral e civismo publicados durante o regime militar, fica mais evidente a utilização destes na formação de um pensamento em consonância à essência do regime pós-1964. Esta perspectiva contra-hegemônica realça a dimensão autoritária e o cunho ideológico da visão hegemônica dos ensinamentos metafísicos e escolásticos da educação moral e cívica dos militares.

De forma geral, o livro didático de EMC e OSPB, na ditadura militar, além de limitar-se a simples exposição dogmática das instituições políticas e sociais, como demonstramos, percorre um traçado que não estimula, nem promove ou permite a compreensão dos justos nexos que movem a história.

Operando transferências entre os jovens e o que propunha o regime autoritário, o livro ilustrava o modelo exemplar das estruturas sociais com a finalidade de aplicar determinações estabelecidas pelas instituições sob o discurso da soberania. Soberania que se infunde não só como emblema distintivo de pátria independente, mas, fundamentalmente, como produto de uma conjunção de valores basilares da estrutura de uma nação: integração, bem estar, progresso.

A sustentação desta soberania subordina-se, portanto, ao zelo que a nação confere a esses valores. Para tanto, a vida nacional deve se processar sob as escoras de forças morais, de maneira que o povo desenvolva suas aspirações mediante interesses da nação, tidos como legítimos. Aqui está a razão para o empenho do estado autoritário pós-1964 em preparar cidadãos voltados para a vitalização e a viabilidade dos objetivos nacionais. Para respaldar os objetivos nacionais, em nome do bem comum, o manual de moral e civismo, instrumento que estiliza conceitos e normas, sublinha valores encarregados da mobilização nacional para a consecução do projeto social, político e econômico do estado.

Como pudemos observar através das análises dos manuais didáticos, a EMC presta-se a servir aos interesses dominantes manipulando conceitos que se apresentam sem os conteúdos concretos de sua historicidade, delimitados e debilitados pela suspensão crítica. Não chamando a atenção ao caráter histórico que perfaz a vida social, tais conceitos são tomados como entidades inflexíveis e imutáveis, além de evocarem condutas

inquestionáveis. Isso concorre para a ilusão de que os fenômenos sociais se constituem numa entidade autônoma, cujas ocorrências são dirigidas pela racionalidade próprias e naturais de um mundo imutável, sem levar em conta as prevalências sociais e históricas.

A implantação da EMC vinculou-se a uma pretendida estabilidade da nação brasileira, atrelada, portanto, à segurança nacional. A concepção da disciplina, dentro deste universo de coerência, orientou a produção didática. Os manuais de moral e civismo, lentes que refratam os valores nacionais, interpõem-se entre mensagem e receptor, pela ótica da doutrina da segurança nacional.

Limitando-se a percorrer, apenas descritivamente, sobre questões político-sociais e apresentando noções morais e cívicas assentadas em pressupostos dogmáticos para os quais os fins já estão estabelecidos, os manuais operam conceitos que permitem funcionamento e legitimidade de ordens que justificam costumes e tradições imutáveis. As questões são postas e solucionadas na direção, não só de acomodar contradições naturalizando-as, como também na intenção de formar um aluno resignado, pronto para conceber o mundo a - historicamente.

A EMC é na educação pós-1964 um dos filtros com os quais se pretende a eliminação de surtos de tensão que desautorizam a rede incrustada na nação e na máquina do estado a atingir seus objetivos. É a disciplina, por excelência, através da qual uma pretensa racionalização apresenta-se ruidosamente no palco da ordem política, social e moral a fim de prevalecer sobre a maioria das vozes, muitas vezes, ou quase sempre, dissonantes daquela que se pretende impor.

Ancorado por forças morais é que o estado espera reverter comportamentos. Com tal intuito, valores e virtudes são perseguidos pela nova disciplina e explorados em temas recorrentes nos manuais didáticos. Variações sobre os temas, aderindo prescrições dos currículos e programas do CNMC, ilustraram os manuais com lições sobre família, escola, pátria, nação, religião, trabalho, virtudes cívicas e morais, heróis e símbolos nacionais, segurança e desenvolvimento.

Lições que nos permitiram inferir o conceito de nação postulado e requerido pela doutrina da ESG. Uma nação catapultada por uma ação coletiva cujo *universo semântico comum* entre povo e governo garantiria a aglutinação de *esforços populares em torno de objetivos* enfocados sob o aspecto de segurança e desenvolvimento.

Essa lógica direcionou e determinou a política educacional pós-1964. Atribui-se, então, à educação um papel utilitário, voltado à realização daquele objetivo: educação é instrumento do binômio segurança e desenvolvimento.

Da educação como investimento em desenvolvimento deriva o aspecto da qualificação técnica, que justificaria o teor profissionalizante da Lei 5.692/71, enquanto que da educação como investimento em segurança resultaria a implantação da EMC através do decreto-lei 869/69.

A disciplina em questão acaba abarcando o binômio segurança e desenvolvimento uma vez que adere aos pressupostos deste: preservação de valores tradicionais que atendem aos *objetivos de conservação, equilíbrio e ordem* e apelo à idéia-força de Brasil Grande que responde ao conceito de desenvolvimento.

As estratégias constitutivas dos textos dos manuais de Educação Moral e Cívica apresentam-se redutíveis a modelos que camuflam a retórica do discurso dominante carimbando como atuação individual o processo de conversão da conjuntura social. Isto porque o sistema de segurança nacional pressupõe que a nação, requisitando cada cidadão, disponha-se a uma única meta.

Os textos dos manuais de educação moral, como pudemos observar, adotam uma determinada escala de valores que reproduz veladamente a prática dominante assumindo caracteres que parece proceder do Estado como *instância neutra*. Em certa medida o pressuposto que orienta tal postura provinha do centralismo do Estado concorde às propensões metafísicas, místicas e alegóricas que guiavam a re-construção da história via símbolos da pátria e exaltação de seus heróis com louvação de caráter, personificando a consciência coletiva. Ao explicar sobre tradição oral, Paul Zumthor<sup>16</sup>, na obra **A Letra e a Voz**, evoca *os veneráveis relatos dos velhos que narram aos jovens em volta os eventos de sua longa vida, de modo a exortá-los à virtude! Virtude e verdade coincidem*. Surgem assim, nos manuais didáticos aqui analisados, lições que justificam o quadro histórico do momento relativizando desigualdades e desvantagens cultivadas pelos processos econômicos de sociedades capitalistas.

Propaga-se, então, a imagem de uma sociedade cujas oportunidades abrem-se a todos, oferecendo-se como referências os grandes vultos *que construíram a nacionalidade e*

---

<sup>16</sup> ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz**. p.86.



*imprimiram sentido ao desenvolvimento de nossa história*<sup>17</sup>. Destaca-se, como motivadores de capacidades e resistências individuais, uma galeria de heróis nacionais brasileiros a começar pela ação quase sobre-humana dos catequizadores, passando por aqueles que desempenharam abnegadamente seu trabalho até a expressão máxima de nossa nacionalidade: Tiradentes – símbolo das aspirações nacionais.

O prestígio do herói está no valor ou mérito individual que é admitido por todos: valor histórico e social que sintoniza as pessoas modulando uma cultura comum. A atuação desse herói disfarça a retórica do discurso elaborado pela prática dominante, impregnado de conotações e sentido translato. Evocam-se, assim, condutas e modalidades discursivas definindo um complexo de representações que atribui a todos os membros da sociedade a faculdade de cunhar signos ao mesmo tempo em que permite a todos identificá-los da mesma forma, como elo do grupo.

O discurso persuasivo, armando-se de recursos retóricos<sup>18</sup>, como lembra Adilson Citelli, na obra **Linguagem e Persuasão**, tem como fim último *convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos*.

Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. As instituições falam através dos signos fechados, monossêmicos, dos discursos de convencimento. Tanto as instituições maiores – o judiciário, a igreja, a escola, as forças militares, o executivo etc. quanto as microinstituições – a unidade familiar, a sala de aula, a sociedade amigos de bairro etc.<sup>19</sup>

Para Mikhail Bakhtin<sup>20</sup>, o pensamento das ciências humanas brota *como pensamento sobre pensamento dos outros, sobre exposições de vontade, manifestações, expressões, signos atrás dos quais estão os deuses que se manifestam (a revelação) ou os homens (as leis dos soberanos do poder, os legados dos ancestrais, as sentenças e enigmas anônimos etc.)*. As normas ditadas por autoridades, visando manutenção da ordem e os

<sup>17</sup> SALGADO, Plínio. **Compêndio de instrução Moral e Cívica**. p.87.

<sup>18</sup> *Os recursos retóricos que entram na organização de um texto não seriam meros recursos “formais”, jogos visando a “embelezar” “a frase, ao contrário, o modo de dispor o signo, a escolha de um ou outro recurso lingüístico, revelaria múltiplos comprometimentos de cunho ideológico.” in Linguagem e Persuasão. Adilson Citelli. p.26*

<sup>19</sup> CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. p.32.

<sup>20</sup> BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. p.308

juízos de conduta humana, são agrupadas em códigos e signos tão persuasivos, por vezes mágicos, que evocam condutas aparentemente inquestionáveis.

Embora não fazendo jus à historicidade do homem (no sentido de que os valores não são absolutos) os conceitos inquestionáveis, como a constituição familiar proposta pelos manuais, por exemplo, através de apelos persuasivos, levam o aluno a aceitá-la como tal. Os discursos institucionalizados incorporam instruções e marcas lingüísticas que presidem, como um catálogo de prescrições, uma leitura comum dos signos aí lançados. Signos autorizados pelos distintivos (toga, batina, farda, currículo Lattes) de quem os profere – o código civil e o juiz, os dogmas e a igreja, o comando militar e o ditador, o livro didático e o professor, etc. Ao assentimento dessas insígnias celebram-se as prescrições estatuídas. O poder desse discurso naturalizado pelas mentalidades (e institucionalizados) parece trazer uma ilusão de universalidade, forjando uma moral universal que vela e desloca as contradições sociais.

Conservando os sinais formais e as especificidades semânticas persuasivas, os textos dos manuais didáticos exercitaram os alunos através de estereótipos e idealizações com propósito de inculcar posturas conformistas e de consonância ao regime militar.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABREU, Vanessa K.; Inácio Filho, Geraldo. *A educação Moral e Cívica – doutrina, disciplina e prática educativa*. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n 24, p. 125-134, dez. 2006. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br>. Acesso - maio/2007.
- BERLINCK, Manuel Tosta. *CPC O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro: SOLIVRO gráfica e editora ltda., 1979.
- BUFFA, Ester. NOSELLA, Paolo. *A Educação Negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1977. 2.<sup>a</sup> edição.
- BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação. In: Série-Estudos - *Periódico do mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS, n. 12, p.79-86, jul./dez. 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 1.<sup>a</sup> edição, 14.<sup>a</sup> reimpressão.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Editora Ática, 1998, 12.<sup>a</sup> edição.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.
- COVRE, Maria de Lourdes M. *A Fala dos Homens – Análise do pensamento tecnocrático 1964 - 1981*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia Oscilante: Religião, Moral e Civismo no Brasil – 1931/1997. In: *Caderno de Pesquisa* [on line]. 2077, v. 37, n.131, pp. 285-302. Disponível em [www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0437131](http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0437131).
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, 11.<sup>a</sup> edição.
- CUNHA, Luiz Antônio Cunha. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986, 9<sup>a</sup> edição.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, 3<sup>a</sup> edição.
- DURKHEIM, Émile. *A educação – Sua natureza e função, Pedagogia e Sociologia* In: *Educação e Sociologia*, 3<sup>a</sup> edição, Tradução Prof. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECO, Umberto; BONAZZI, Marisa. *Mentiras que parecem verdades* (tradução: Giacomina Faldini). São Paulo: Summus, 1980.

ESTEVAM, Carlos. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1963.

FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no Livro Didático*. São Paulo: Cortez, 1994, 11.ª edição.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrata e ditadura militar. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.º 3, p.3-25, set. 2006. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br>. Acesso em março/2007.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. *Proletarização Sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985)*. São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. Dois livros didáticos de educação moral e cívica diferentes: mecanismos de apropriação das prescrições oficiais. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss13-05pdf>. Acesso em: 9/9/2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A Comissão Nacional de Moral e Civismo: 1969 – 1986. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/julkiana%20miranda%20filgueiras%20>.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Disponível em: <http://www.puc.br>. Acesso em maio/2007.

FILHO, Gisálio Cerqueira; NEDER, Gizlene, Conciliação e Violência na História do Brasil. In *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978 n.º 2.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 5ª. edição, 1997.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado & Sociedade*. São Paulo: Moraes, 4ª edição revisada, 1980.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 4ª, edição, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. I, 4.ª edição 2006.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.<sup>a</sup> edição, 1978.

IANNI, Octávio. Estado e Economia na Crise da Democracia. In: *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5.<sup>a</sup> edição, 1991.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. *As Belas Mentiras*. São Paulo: Ed. Moraes, 4.<sup>a</sup> edição, 1981.

NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1992.

OFFE, Claus. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação – Contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. *Revista Educação & Sociedade*, n. 35, abril/1990.

ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In: *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 4.<sup>a</sup> edição, 1993.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: edições Loyola, 4.<sup>a</sup> edição, 1987.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Revista Interface: comunicação, saúde, educação*; 1 (1): 83 – 93, agosto, 1997. (Fundação Uni e Unesp – Botucatu) – <http://www.interface.org.br/>.

SADER, Emir. *A transição no Brasil – Da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 6.<sup>a</sup> edição, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. *Revista Educação Brasileira*, Brasília, 13 (27): 159-168, 2.<sup>o</sup> sem. 1991.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6.<sup>a</sup> edição, 1988.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 2.<sup>a</sup> edição, 1967.

SOUZA, Deusa Maria de. Autoridade, autoria e o livro didático. *Revista Contexturas*, 3 – p.55-60, 1996.

SOUZA, Maria Inêz Salgado. *Os empresários e a educação – O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

TAGLIAVINI, João Virgílio; SAVIGNADO, Jéferson R. T. *Oswaldo um católico integralista*. São Carlos: Pedro& João editores, 2005.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1983.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz – A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

### **Legislação**

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. *Educação Moral e Cívica – Legislações Federal e Estadual*. Comissão Estadual de Moral e Civismo, São Paulo, 1982.

Parecer CFE nº. 94/71 – GEEMC – Aprovado em 04-02-71, Educação Moral e Cívica – Currículos e Programas.

Decreto nº. 68.065, de 14 de janeiro de 1971.

Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969.

### **Livros Didáticos Analisados**

ALENCAR, Ricardo. *Organização Social e Política do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1983.

BARBOSA, Nelson. *Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política – vol. I*. São Paulo: Editora Itamaraty Ltda., 1971.

BETTO, Frei. *OSP – Introdução à Política Brasileira*. São Paulo: Ática, 1988.

BRAZ, Maria. *Moral e Civismo: livro 4/ Maria Braz, José Camarinha Nascimento, João Ribas de Costa*. 6ª. Edição, São Paulo: F.T.D. [Rio de Janeiro]: Fundação de Material Escolar, 1979.

CORREA, Avelino Antonio. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica – Primeiro grau, vol. I*. São Paulo: Ática, 1976.

CORREA, Avelino Antonio. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica – Primeiro grau, vol. II*. São Paulo: Ática, 1974.

COSTA, Otto. *Educação Moral e Cívica/ Otto Costa, Felipe N. Moschini, José C. Paixão*. São Paulo: Editora do Brasil, 1975.

LUCCI, Elian Alabi. *Educação Moral & Cívica – 1º. Grau – 1º. Vol.* São Paulo: Saraiva 1983.

LUCCI, Elian Alabi. *TDMC – 2 O trabalho dirigido de Moral e Civismo – 1º. Grau – 2º. Vol.2: 7ª. ed.* São Paulo, 1979.

NEIVA, Álvaro. *Educação Moral e Cívica e as instituições extraclasse*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.

PILETTI, Claudino. *OSOB – Organização Social e Política Brasileira – Primeiro grau*. São Paulo: Ática, 1976.

SALGADO, Plínio. *Compêndio de Instrução Moral e Cívica – 4ª. edição.* São Paulo: editora FTD, [s.d.].

SANTALUCIA, Amália A. *Calendário Cívico.* Amália A. S., Fernando Jorge. São Paulo: Editora Parma LTDA. 1981.

SANTOS, Rubens Ribeiro dos Santos. *Compêndio de Educação Moral e Cívica.* Rubens R. dos S. , Marly Ribeiro dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SANTOS, Rubens Ribeiro. *Educação Moral, Cívica e Política.* São Paulo: Editora Monumento S.A., [s.d.].

SIQUEIRA e SILVA, Antonio. *Atividades de Educação Moral e Cívica – 1º. Grau.* Antonio de Siqueira e Silva, Rafael Bertolin. São Paulo: IBEP - Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1984.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Educação Moral e Cívica – 2ª. edição.* Belo Horizonte, 1967.

VALLE, Diniz Almeida do. *Guia de Civismo.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971.

VELHO, Tereza Pacheco Rodrigues. *Subsídios para as aulas e Fundamentos de Educação Moral e Cívica.* Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo – 2.ª edição.* FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar. 1972.

ATESTADO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinado, Pavelina Cherman Salles, R.G. 3.762.689, Registro no MEC nº 14.028, residente e domiciliada na Rua Campos Salles, 1731 município de São Carlos, Estado de São Paulo, coordenadora do Centro Educacional SESI nº 106 e Evelise Aparecida de Camargo Barboza, R.G. 5.317.273, registro no MEC "L" 124.857 residente e domiciliada em São Carlos A rua Aquidaban, 1503, Estado de São Paulo, secretária do Centro Educacional SESI nº 106, atestamos a IDONEIDADE MORAL da profesora Regina Celia Pandolfelli, R.G. 5.540.809.

São Carlos, 15 de agosto de 1977

RECONHECIMENTO  
1.º Ofício

*P. Salles*

Pavelina Cherman Salles

R.G. 3.762.689-Reg.Mec nº14.028



RECONHECIMENTO  
1.º Ofício

*Evelise Ap. de Camargo Barboza*

Evelise Ap. de Camargo Barboza

R.G. 5.317.273-Reg.Mec "L" 124.857



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
COMISSÃO ESTADUAL DE MORAL E CIVISMO  
DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO  
- REPRESENTAÇÃO REGIONAL DE E.M.C.

A T E S T A D O

A  
T  
E  
S  
T



O para os devidos fins que D. REGINA CÉLIA PANDOLFELLI

R.G. nº 5 540 809, participou das SESSÕES DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, promovidas pela COMISSÃO ESTADUAL DE MORAL E CIVISMO e DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO, realizadas no período de 14 a 16 de JUNHO de 1978, na cidade de SÃO CARLOS, registrando a seguinte frequência:

FALTAS Nenhuma  
COMPARECIMENTOS 100 %

Ribeirão Preto, 16 de JUNHO de 1978

*Frederico Dalmaso Júnior*  
Frederico Dalmaso Júnior  
Representante Regional de E.M.C.  
Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica - DRE. de Ribeirão Preto.

VISTO:

*Paulo Sampaio Mattos*  
Paulo Sampaio Mattos  
Diretor Técnico (Divisão)  
D.R.E. de Ribeirão Preto

Veja, abaixo, algumas habilitações profissionais que podem ser obtidas em cursos de 2.º grau.

ADMINISTRAÇÃO BANCÁRIA	MÁQUINAS E MOTORES
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	MECÂNICA
AERONÁUTICA	METALURGIA
AGRIMENSURA	MINERAÇÃO
ARTES GRÁFICAS	MÚSICA
CALÇADOS	NORMAL — FORMAÇÃO DE
CERÂMICA	PROFESSORES PARA AS QUATRO
CERVEJAS E REFRIGERANTES	PRIMEIRAS SÉRIES DO 1.º GRAU
CONTABILIDADE	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA
CURTIMENTO	ÓTICA
DECORAÇÃO	PESCA
DESENHO DE COMUNICAÇÃO	PETROQUÍMICA
DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES
DESENHO MECÂNICO	PRÓTESE DENTÁRIA
ECONOMIA DOMÉSTICA	PUBLICIDADE
EDIFICAÇÕES	QUÍMICA INDUSTRIAL
ELETROMECAÂNICA	REDATOR AUXILIAR
ELETROTÉCNICA	REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO
ENFERMAGEM	SANEAMENTO
ESTATÍSTICA	SECRETARIADO
ESTRADAS	TEATRO
ESTRUTURAS NAVAIS	TÉCNICO AGRÍCOLA
FOTOGRAMETRIA	TÉCNICO EM ALIMENTOS
GEOLOGIA	TÉCNICO TÊXTIL
HOTELARIA	TELECOMUNICAÇÕES
INSTRUMENTAÇÃO	TRADUTOR E INTÉRPRETE
PATOLOGIA CLÍNICA	TURISMO
MANUTENÇÃO DE AERONAVES	VESTUÁRIO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

APROVAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS SOB O PONTO DE  
VISTA DE MORAL E CIVISMO

(Art. 6º, letra e do Decreto-Lei  
nº 869, de 12.9.1969)

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

CERTIFICO, a pedido do interessado que, no Diário Oficial da União de 4.12.1970, pag. 10.346/7, consta a homologação abaixo do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura:

"Processo nº 106.215-70

Nos termos e para os efeitos da Portaria nº 3.543, de 13 de outubro de 1970, retificada pela de nº 3.609, de 17 de novembro subsequente, homologo o Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo, favorável à aprovação do trabalho intitulado "Subsídios para as aulas de Educação Moral e Cívica", de autoria de Tereza de Jesus Pacheco Rodrigues Velho, do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara."

Palácio Tiradentes, 5º andar, Guanabara,  
15 de dezembro de 1970

*Alma Figueiredo*

Alma Albertina de Castro Figueiredo  
Secretária-Geral da CNMC

MEC  
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO  
Palácio Tiradentes - 5º and. GB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

CERTIDÃO

( Art.6º, letra e do Decreto-Lei nº..  
869/69, de 12.09.69, § 1º do artigo  
10, do Decreto nº 68.065, de .....  
14.01.71 - D.O.U. de 17.01.71)

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

CERTIFICO, a pedido do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas - IBEP que, do Diário Oficial da União, de vinte e sete de dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro, consta a homologação a seguir transcrita da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Educação e Cultura: PRO  
CESSO Nº - CNMC 23007.000139/84-1 - COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO -  
" Nos termos e para os efeitos do parágrafo 1º do artigo 10 do Decreto nº  
68.065, de 14 de janeiro de 1971, a Ministra de Estado da Educação e Cultu  
ra HOMOLOGA o Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo favorável, do  
ponto de vista da moral e do civismo, à obra didática intitulada ATIVIDA  
DES DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, de autoria dos Professores ANTÔNIO DE SI  
QUEIRA e SILVA E RAFAEL BERLTOLIN ( Ficha nº 06/84 - Processo nº .....  
23007.000139/84-1), Brasília, em 26 de dezembro de 1984 ( ass.) Esther de -  
Figueiredo Ferraz " E, para constar, eu *Elisermes Gusmão Piau* ELISERMES  
GUSMÃO PIAU, ocupante do Cargo de Desenhista, Classe "S", Código NM-1.104 ,  
Referência 30, Matrícula IPASE nº 1.994.337, Assistente da Coordenadoria de  
Apoio Técnico, lavrei a presente CERTIDÃO aos dezessete dias do mês de ja  
neiro de mil novecentos e oitenta e cinco que, depois de lida e achada con  
forme vai subscrita e assinada pela Coordenadora da Coordenadoria de Apoio  
Técnico. E eu, *Ignês Costa Cleto Cohn* IGNEZ COSTA CLETO COHN, a subscrevo e  
assino. *Ignês Costa Cleto Cohn*



/egp.-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MEC

COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO  
Palácio Tiradentes - 5.º and. - R. D. Manoel - GB.

Uma palavra ao jovem estudante:

Sonhas com o teu futuro e na aspiração nobre de tua idade queres ser Alguém que realize plenamente sua missão. Para alcançares teu ideal, necessitas formar com perfeição teu carácter. Precisas de convicções profundas, que te mostrem como te relacionas com Deus e com o próximo. Não podes esquecer tua família, a que tanto deves, nem a Pátria que te serviu de bênção. De outro modo não conseguirás ser feliz: só há felicidade para os bons.

As páginas deste livro podem oferecer-te preciosa ajuda para tanto. Acostuma-te a folheá-las com carinho. E que Deus te abençoe.

Padre Francisco Leme Lopes, S.J.  
Da Comissão Nacional de Moral e Civismo

## Térmo de Abertura

Contém este livro 50 folhas, numeradas tipograficamente e que se destinam ao Registro de Atas, das reuniões do Corpo Docente do Ginásio Estadual de Fernando Prestes.  
Fernando Prestes, 9 de Junho de 1964.

*F. Comissiva*  
DIRETOR

# Ata da 1ª Reunião Pedagógica do ano de 1966.

Às dez dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, em uma das salas onde funciona atualmente a título precário o Prédio Estadual de Fernando Pente, realizou-se a 1ª reunião de Professores, Presidida pelo professor Joaquim Carlos Tava, Respondendo pelo Expediente da Direção.

Dando início a presente reunião foi lida a Ata da reunião anterior que posteriormente foi aprovada pelos presentes.

Em prossequimento o senhor Diretor solicitou dos senhores professores as seguintes providências:

1º) Entrada do professor em classe logo após o segundo sinal, auxiliando assim na manutenção da disciplina geral.

2º) Não permitir a entrada de alunos após a entrada do professor sem motivo que será justificado pela Supetora de alunos.

3º) O material necessário a ministração as aulas deverá ser feita diretamente aos Inspetores de alunos.

Quidenciou aos senhores professores que as questões para os exames de admissão serão elaborados pelo professor da respectiva disciplina e por

um professor primário, extraída do programa elaborado de conformidade com o artigo 10, do Regimento Interno, sendo que deverá ser estabelecido um critério de correção o qual deverá vir expresso no verso das questões; que as notas deverão ser graduadas de mais em mais ponto; que os exames terão a duração máxima de duas horas a contar da apresentação das questões.

Estabelecer que os exames finais serão realizados por banca examinadora composta de dois membros sendo o professor da cadeira e mais outro que auxiliará na fiscalização e que as questões serão elaboradas de conformidade com o Registro constante do Diário de Classe.

Notificar os senhores professores que as provas devidamente corrigidas deverão ser entregues na secretaria do estabelecimento cinco dias úteis após a realização dos mesmos, que os professores deverão entregar na secretaria da escola até 26 (vinte e seis) de novembro as notas referentes ao último Bimestre, bem como relação da matéria ministrada no corrente ano, com declaração do professor que foi ministrado três quartos do programa.

Estabelecer ainda que os alunos que tendo registrado frequência igual ou superior a 75% das aulas efetivamente dadas nas disciplinas obrigatórias



e no conjunto das práticas educativas e obteve 49 pontos na soma das notas Bimestrais será dispensado da prestação de exames finais.

Posteriormente procedeu-se a leitura do artigo 70, do Regimento Interno que se refere aos deveres do professor.

Artigo 70 - Deveres do professor:

a) comparecer com pontualidade ao estabelecimento e reger as aulas dentro do horário fixado, ocupando-se na classe unicamente com assunto da disciplina;

b) comparecer às sessões do Conselho de Professores e de classe e a outras reuniões para as quais seja convocado;

c) cumprir os programas de ensino;

d) colaborar na formação moral e cívica dos alunos e dar-lhes o exemplo de urbanidade, civismo e exatidão no cumprimento do dever;

e) anotar no diário de classe as faltas e presenças do aluno, bem como registrar diariamente a matéria lecionada, submetendo-o até o último dia do mês ao visto do diretor que o encerra e data;

f) atribuir notas bimestrais aos alunos na forma fixada neste regimento;

g) até o quinto dia útil de maio,

julho, outubro e a 26 de novembro entregar na secretaria as relações ou boletins de notas e faltas trimestrais dos alunos;

h) colaborar na preparação de alunos para torneios e competições culturais e esportivas;

i) sugerir ao diretor a aquisição de livros para a biblioteca e de material didático para o ensino das disciplinas e práticas educativas;

j) tomar parte, quando designado, em comissões examinadoras ou comissões de revisão de provas;

l) impedir a entrada na aula de alunos retardatários, salvo se apresentarem papuleta explicativa do orientador educacional;

m) impedir a saída antecipada de alunos da aula, salvo por motivo justo;

n) colaborar com o setor de orientação educacional por iniciativa própria ou quando solicitado;

o) obrigatoriamente comentar com os alunos as provas em geral, esclarecendo-os a respeito de enganos e imperfeições e explicando-lhes o critério de julgamento;

p) comparecer a seminários de estudos, quando convocado pela secretaria da educação, bem como organizá-los no próprio estabelecimento de ensino;

q) sempre que cabível, impor a personalidade de advertência e comunicar o

fato ao gabinete de orientação educacional para fins de requitos;

R) auxiliar o diretor na manutenção da disciplina geral;

S) reunir-se aos seus colegas da disciplina ou área de disciplina para concertarem pareceres relativos ao minto, desenvolvimento e elaboração dos programas de ensino e a uniformidade do critério de julgamentos.

Nada mais havendo a tratar o senhor diretor deu por encerrado a presente reunião que contou com a presença dos seguintes professores: Yara da Silva Lisboa Paiva, Geraldo da Costa Galvão, Ercília Aparecida Whitaker, Vera Marques de Oliveira Ribeiro Costa, Yara Ney Bayab e Ariston Soares de Camargo Juniors em nome Aparecida Borgonari, respondendo pelo expediente da secretaria, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme vai devidamente assinada por mim, pelo senhor diretor e pelos presentes a mesma.

Semarang, Pute 10/10/1966

~~Yara da Silva Lisboa Paiva~~  
 Yara da Silva Lisboa Paiva

Ercília Aparecida Whitaker

Vera Marques de Oliveira

Ribeiro Costa

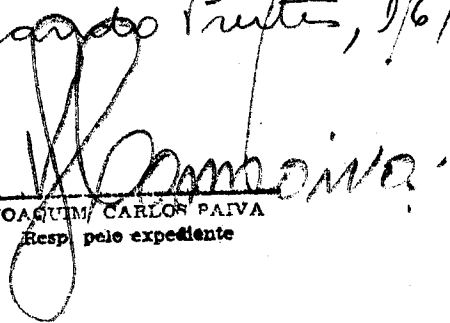
Yara Ney Bayab

Ariston Soares de Camargo Juniors

## Térmo de Abertura

Contém este livro cinquenta folhas tipograficamente numeradas e rubricadas que servirá para o lançamento de termos de posse para os funcionários docentes e administrativos do "Colégio Estadual de Fernando Pentes".

Fernando Pentes, 1/6/67

  
 JOAQUIM CARLOS PAIVA

Resp pelo expediente

# Señora Helena Ravazzi

Aos três de abril do ano de mil novecentos e setenta, perante mim, Cecília Aparecida Whitaker designada para responder pela direção do Ginásio Estadual "Dr. Cristóvão Colombo da Gama" de Formosa do Sul, compareceu a senhora professora Señora Helena Ravazzi, admitida nos termos do artigo 2º do decreto nº 52.356, de 12/11/1970, em caráter precário, no regime do decreto nº 49.532 de 26/4/1968, as aulas da cadeira de Educação Moral e Cívica neste estabelecimento de ensino.

Prometeu ser fiel a causa do ensino, cumprir e fazer respeitar as leis, os regulamentos em vigor e ser exata no cumprimento dos deveres do cargo.

Apresentou no ato da posse os seguintes documentos:

- 1º) Certificado de Sanidade e Capacidade Física nº 27/70, expedido em 2 de abril de 1970, pela Unidade Sanitária de Monte Alto.
  - 2º) Diploma de Licenciada em Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras pela Universidade Católica de Campinas.
  - 3º) Diploma de Curso de Formação Profissional de Professor Primário, expedido pela Escola Normal e Ginásio Estadual "Dr. Luiz Zacharias de Lima" de Monte Alto em 26 de dezembro de 1964.
  - 4º) Título de eleitor nº 9.296, expedido em 12/1/1965 pela 6ª zona eleitoral de Monte Alto.
  - 5º) R.G. 3.604.052 - Cédula de Identidade.
- Este termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim, Maria

Aparecida Borgonovi Frare, secretária "Ad. Hoc", que c  
laurei, pelo senhor Diretor e pelo empessado.

Germando Prestes, 3 de abril de 1970

~~M. Frare~~  
Ira Helena Ravazzi

— Ata da segunda Reunião Pedagógica —

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta, em uma das salas do Ginásio Estadual "Dr. Cristóvão Colombo da Gama", de Fernando Prestes, realizou-se a 2ª reunião de professores, presidida pela professora, sra. Cecília Aparecida Whitaker, responsável pelo expediente da direção.

Dando início à reunião, a sra. diretora discorreu sobre a Semana da Pátria, seguindo a orientação do Diário Oficial, e sobre este item, ficou resolvido como seria comemorada, de forma bastante ativa, a Semana da Pátria.

Primeiramente, professores e alunos teriam, fazendo parte de sua indumentária, um crachá com as cores nacionais e, todos os dias, antes da entrada em classe, cantariam o Hino Nacional. Com seguida, seriam realizados trabalhos, em todas as áreas, referentes à Semana, com exposição posterior. As comemorações culminariam, no dia sete, com o desfile, discurso de alunos e mestres, e missa no próprio estabelecimento de ensino.

O segundo item tratado na reunião versou sobre os problemas da escola.

A sra. diretora deixou claro que:

a) O aluno deve esperar o professor dentro da sala de aula.

b) Os retardatários precisarão de ordem da direção para entrar em aula.

c) Os alunos só poderão ir ao dentista depois das catorze horas.

d) Será providenciado um caderno para anotar as faltas em todas as aulas, impossibilitando, assim, que o aluno se retire da escola sem permissão e volte para assistir às aulas subsequentes.

e) Os professores relatarão aos alunos tudo o que foi tratado na reunião.

Todos estes pontos foram debatidos visando unicamente à disciplina.

Finalizando o encontro, a direção fez um apêlo aos professores a fim de que mostrassem aos alunos o perigo da falta coletiva. Isto porque, nos dias oito, nove e dez de setembro, quase todos faltam devido à festa que há na vizinha cidade Aparecida.

Nada mais havendo a tratar, a diretora deu por encerrada a presente reunião que contou com a presença dos seguintes professores: Erécilia Aparecida Whitaker (responsável pela direção), Lélia Maria Lamargo, Agda Maria Frascá, Vera Helena Ravazzi, Maria Lúcia Adamo, Lélia Maria de Moraes, Maria Eugênia Lapaterra, Nelly Bachur, João Baptista Biscolla, Henrique Antonio Savazzi e eu, Rosa Maria Stradiotto Amparo, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, pela



Rosaluaria Traditotto Pampaiol

~~Melipetena~~

Helia Maria de Moura

~~Brinell~~

~~Alcides~~

Osaldin

~~Le Sauggi~~

Regda. Maria Francisca

Vera Helena Ravazzi

Celia Granjeiro Campos

Josia Lucia Odano

Emilia Aparecida Whitaker

- Ata da terceira Reunião Pedagógica -

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta, em uma das salas do Ginásio Estadual "Dr. Cristóvão Colombo da Gama", de Fernando Prestes, realizou-se a terceira reunião de professores, presidida pela professora, srta. Emilia Aparecida Whitaker, responsável pelo expediente da direção.

Nesta reunião, foram apreciadas as fichas de alunos, de todas as séries, para que os srs. professores tivessem perfeito conhecimento da situação dos educandos no que se refere a notas. A srta. diretora fez um pedido ao corpo docente, para que fossem verificadas as possibilidades de aproveitamento de alguns alunos, que estão, em determinadas disciplinas, com notas abaixo da média.

Foi lembrado, mais uma vez, pela srta.

# Ata da 4ª Reunião Pedagógica

Aos trinta e um dias do mês de maio de 1971, em uma das salas deste estabelecimento de ensino, reuniram-se os professores sob a direção do diretor, prof. Sérgio R. Bittencourt, a fim de realizarem a quarta reunião pedagógica, que tratou dos seguintes assuntos:

Em primeiro lugar, discutiu-se a verificação do resultado da prova unificada, tendo os seguintes resultados: satisfatório para o primeiro colegial e bom para o segundo colegial (média 6.0). Quanto ao curso ginásial, os resultados foram: fraco para a 1ª A, bom para a 1ª B; fraco para as 2ªs séries (A e B). Não foi feita a porcentagem para a terceira e quarta séries. O maior problema apresentado foi a falta de prática dos alunos para esse tipo de prova.

A nota dessa prova será somada à nota da disciplina específica por série. Havendo mais uma prova, soma-se com essa nota. O valor da prova é 4.0 (quatro) para a 1ª e 2ª série e 5.0 (cinco) para a 3ª e 4ª série.

Ficou esclarecido que houve um pouco de desinteresse por parte dos alunos. Sendo feita com antecedência, o resultado será melhor. Assim, foi marcada nova data da prova, para o fim do mês de agosto. A matéria requerida será a dos meses de maio e junho, isto é, do segundo bimestre, com maior quantidade de questões. Foi resolvido que será eliminado o critério de três <sup>perguntas</sup> ~~perguntas~~ eliminarem uma resposta certa. Não

será considerado este critério para a próxima prova. Ficou estabelecido que:

1. O professor deverá entregar as questões datilografadas, com 4 (quatro) alternativas.
2. As questões deverão ser entregues à direção da escola até o dia 30 de junho, referentes à matéria do segundo bimestre.
3. Acrescentar duas ou três questões (de cada matéria) a mais para eventuais acidentes.

O número de questões será afixado no quadro mural da sala dos professores o mais rápido possível.

Em segundo lugar foi discutido o decreto das leis de diretrizes e bases da Educação no Grau Médio. Entre outros, foi discutido o artigo 38, cap. F, que fala sobre os 180 dias letivos anuais, no mínimo, sendo considerado dia letivo mesmo tendo uma aula só.

Em seguida, foi discutido o Centro Cívico Escolar, tendo decidido o seu funcionamento a partir de 30 de junho. O diretor, Sr. Sergio R. Bittencourt organizou um estatuto nos moldes da democracia para o Centro Cívico Escolar. O diretor leu o estatuto, sendo em seguida aprovado pelos professores o nome de Centro Cívico Escolar "5 de julho".

A constituição do CCE foi lida e aprovada por todos.

Depois foi discutida a campanha anti-tóxica, exame de admissão e projeto Rondon e sua difusão dentro da escola.

Em seguida, o diretor falou sobre a falta dos professores em reuniões pedagógicas, sendo necessário requerimento; nas suas abonadas as faltas para reuniões em outros estabelecimentos.

Depois, foram discutidos assuntos de interesse interno do estabelecimento, como: horário de professores, problema da reunião em classe, caderneta escolar, disciplina de classes, giz, folha de pagamento e material para uso do aluno, como stencil, papel, etc.

Quanto à disciplina, ficou decidido que o aluno posto para fora da classe, não iria embora, e sim seria dado serviço dentro da escola para ele, como ajudar na biblioteca, etc.

Antes de encerrar, o senhor diretor esclareceu que os professores indicados para Secretário de Justiça do Centro Cívico Escolar "5 de Julho" deverão ter pelo menos 4 (quatro) aulas semanais neste estabelecimento de ensino.

Nada mais havendo para tratar, foi encerrada a presente reunião, cuja ata lavrei e que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada por mim e pelos professores presentes, e pelo Sr. diretor.

Fernando Prestes, 31 de maio de 1971.

Tamiré M. N. Loba -

Observação: Onde está escrito "4 (quatro) aulas semanais", lê-se "4 (quatro) dias de aulas por semana".

Juana Jan Brandt  
 Maria Conceição Mussio Bittercourt  
 Maria Odas P. Furtado  
 Waldemar  
 Ligda Maria Frasca  
 Vera Helena Ravazzi  
 Angéla Marques  
~~Paulo P. R.~~  
 Kaífa Hebe Bednarz  
~~Francisco~~  
~~Alfredo~~  
 Janete Daddad

### Ata da 5ª Reunião Pedagógica

Aos 23 dias do mês de agosto de  
 um mil, novecentos e setenta e um, em uma  
 das salas deste estabelecimento de ensino,  
 reuniram-se os professores, sob a direção do  
 diretor, Sr. Sérgio R. Bittercourt, a fim de  
 realizarem a 5ª Reunião Pedagógica, que  
 tratou dos seguintes assuntos:

#### Semana da Pátria

Ficou estabelecido que todos os alunos  
 deverão usar a fita verde-amarela, come-  
 morativa da Semana da Pátria. Para a  
 comemoração da Semana da Pátria, ficou estabele-  
 cido o seguinte: primeiramente, haverá jogos  
 esportivos, sendo que dia 1º será em Lindoranna;  
 dia 2 em Ariranha, dia 3 em Sta Adélia e  
 dia 4 aqui em Fernando Prestes, a final.

Dia 4, à noite, haverá um Baile Popular  
 e Desfile. Dia 5 e 6, gincana. Para o dia 7

de selenculo, o desfile, com carretas organizadas pelos seguintes professores e com o seguintes temas:

Ontem, (Conceição, Vera, Nelly, M. Helena)

Hoje... (Dolores, Ângelo, Suzana, Tania)

Sempre, (Liony, Haifa, Vera M., Agda)

Donde! (Janete, M. Eugénia, Neto, Batista)

Em seguida, ficou combinado que no dia 5 do corrente mês haverá a comemoração do dia da Amazônia com palestras proferidas pelos professores de História, Geografia e Ed. Moral e Cívica.

Também ficou estabelecido que no dia 25 de setembro comemorar-se-á o dia de Duque de Caxias, com palestra de um dos alunos do estabelecimento.

Depois foi discutido o replanejamento escolar, com diversos comentários.

Em seguida, o Sr. Diretor pediu aos professores que ajudassem os alunos a organizarem o código de conduta (para a classe e para a equipe).

Após este item, foi discutida a prova unificada próxima, que será realizada no dia 28 de setembro, com revisão das questões e comentários.

Nada mais havendo para tratar, foi encerrada a presente reunião, cuja ata lavrei e que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada por mim, pelos professores presentes e pelo Sr. Diretor.

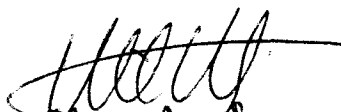
Fernando Prestes, 23 de agosto de 1971.

Tania M. M. Sato-

## Termo de Abertura

Contém este livro 100 folhas e destina-se ao fim supra indicado para o registro de Atas de Reuniões Pedagógicas do Colégio Estadual "Dr. Cristovão Colombo da Gama".

Fernando Prestes, 28 de novembro de 1974.

  
Wilson Vitor de Souza  
R.G. 4.269.053 - Diretor

de reprovação de cada uma das séries, referente ao primeiro bimestre e elaborado pelo grupo de estudos.

Na 5ª série A, verificou-se que a porcentagem de reprovação foi mínima em todas as matérias, com exceção de Matemática Inicial, que teve 56% de reprovação. O professor da disciplina, esclareceu que são alunos da zona rural e que tiveram dificuldades na aquisição de material para os trabalhos, mas que tal irregularidade já foi sanada. A 5ª série B e a 6ª série, apresentaram um aproveitamento normal. A 7ª série A, B e a 8ª série, apresentaram um alto índice de reprovação em música e que será objeto de uma análise por parte dos professores. Nas outras disciplinas apresentaram um índice normal de aproveitamento. Os alunos do 2º grau, também apresentaram um índice de aproveitamento satisfatório em todas as disciplinas, não havendo portanto problemas em relação ao aproveitamento bimestral. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, cuja ata foi lida e aprovada por mim, Cleomarch Maria de Souza Zampieri.

Assinaturas:

João José	Marcelino
Ji -	Barbosa
Jerônimo Pereira Pinto	Sérgio Lygionete Nolle
Ademar Nolle	Roberto Zampieri
Augusto	
Leandro	

### Ata da 3ª Reunião Pedagógica

Por dez dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a 3ª reunião



nição pedagógica, sob a direção do diretor do estabelecimento, que pediu aos professores que expressassem a sua opinião a respeito da exequibilidade dos planos de ensino, sua correspondência com os atos de estudo e com o plano de coordenação de orientação de Moral e Civismo.

Das opiniões, emitidas pelos professores, chegou-se a seguinte conclusão: Os planos de ensino, tem-se mostrado exequíveis, atendendo aos objetivos propostos, apresentando correspondência com os atos de estudo e cumprindo o plano de coordenação do orientador de moral e civismo de uma maneira satisfatória e facilmente perceptível. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual eu, Clémarchi Maria de Souza Zanpieri, lavrei a presente Ata.

Clémarchi Maria de Souza Zanpieri	Luiz Zanpieri
João de Deus	João de Deus
João de Deus	João de Deus
Veridiana Lenivalinto	Veridiana Lenivalinto
Adeir de Oliveira	Adeir de Oliveira
Luiz Zanpieri	Luiz Zanpieri
Luiz Zanpieri	Luiz Zanpieri

#### Ata da 4.ª Reunião Pedagógica

Nos dezete dias do mes de junho de um mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a 4.ª reunião pedagógica do 1.º semestre sob a direção do diretor do estabelecimento que transmitiu aos professores, indispensáveis representantes do movimento do primeiro semestre letivo. A partir os professores, sobre a proibição de se dar duas provas em um mesmo dia, que devem

Se dados várias oportunidades aos alunos que mostrem os conhecimentos adquiridos, e que as provas devam ser realizadas até o dia vinte, já que na última semana, serão realizadas os preparativos da festa junina. Pedir também que os professores não se esqueçam da nota de participação. E que verificassem os seus planos de ensino para que o seu cumprimento se realize dentro do previsto. Quem não se preocuparem com o seu cumprimento total, mas sim com explicações claras e que possibilidassem um bom entendimento. Ainda mais havendo a data, foi encerrada a reunião, da qual eu, Oronali Maria de Souza Zampieri, laurei a presença etc.

Zampieri  
 Vera Lygia Terra Pinto

Costa

Adeir Neco de

Aguiar

Marcia de  
 Rosmarcelina  
 Brandão  
 Zampieri

### Ata da 5ª Reunião Pedagógica

As vinte e quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e cinco, realizou-se a última reunião pedagógica do 1.º semestre e os professores, fizeram uma análise do desenvolvimento do plano global da escola e sua correspondência com as aspirações dos educandos e da comunidade, com o plano de ensino, e com a coordenação dos eixos de estudo, realizados pela orientadora de moral e civismo.

A conclusão a que se chegou, foi que e

trabalho desenvolver-se dentro do esperado com resultados altamente positivos. Nada mais havendo a tratar, eu, Cleomário Maria de Souza, laurei a presente ata.

~~off~~  
 Juárico Ferreira Pinto

~~Marcelino~~  
 Marcelino Andrade

Adeirinho  
 Ayarim

~~Luiz~~  
 Luiz

### Ata da 6.ª Reunião Pedagógica

Em doze dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a 6.ª Reunião pedagógica, sob a direção do diretor do estabelecimento com a presença dos professores, onde discutiu-se a respeito das medidas de caráter pedagógico que devem ser seguidas no 2.º semestre, para melhor andamento do processo educativo. O diretor lembrou aos professores, que não se descaídassem da parte disciplinar e procurassem encaminhar os alunos problemas à direção. Salientou também a necessidade de que os após tomadas pelo professores obedecessem a um só critério, a fim de evitar consequências futuras desagradáveis. Pediu que os professores aproveitassem a aula da melhor maneira possível e só dispensassem os alunos antes do sinal por ocasião das provas bimestrais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual, eu Cleomário Maria de Souza, laurei a presente ata, que depois de lida, sua assinatura pelos presentes.

Livro de Atas  
Térmo de Abertura

Contém este livro 50 fôlhas e destina-se ao fim supra indicado para Atas de Reuniões pedagógicas das Escolas Isoladas Estaduais, Municipais e de Emergência.

Fernando Prestes, 8 de abril de 1968

J. Costa J. A. Vas  
Auxiliar de Inspeção

Neuza Maria Borgonovi  
 Joana Segura  
 Maria Aparecida Gadoi  
 Célia Regina Granata

## Ata da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do município de Fernando Prestes.

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e sessenta e nove, em uma das salas do Grupo Escolar "Francisco Sales de Almeida Leite" de Fernando Prestes, realizou-se a reunião pedagógica do mês, sobre a presidência do Sr. Alcindo Malachias, inspetor escolar e com a presença do Sr. Geraldo da Costa Gabas, auxiliar de inspeção e todas as professoras das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência.

### Parte Administrativa

Iniciando esta parte o Sr. Inspetor falou sobre as comemorações do mês de maio que são as seguintes:

1º de maio "Dia do Trabalho". O principal objetivo desta comemoração está em mostrar aos alunos que tudo de belo e de bom que temos é fruto do trabalho.

Dia das mães, cuja comemoração se dará no 2º domingo dos meses. Em seguida orientou-nos sobre o preenchimento da ficha do prédio escolar e disse-nos que toda escola deverá ter o mapa do município e o croqui do prédio.

Falou-nos sobre aula de religião, que deveremos dar uma aula por semana e anotar no livro de chamada o dia e a duração da aula; dovere-

mos também passar no verso do resumo mensal o número de aulas dadas.

### Parte Técnica

O sr. inspetor escolar falou-nos sobre "Lingua Pátria", abordou a iniciação gramatical Nível I. A professora não irá ensinar, regras gramaticais aos alunos e ser hábil em orientá-los e aplicar séries de exercícios. Ex: Reconstituir orações e pesquisas em livros. Deveremos seguir para a correção de linguagem: anotar as palavras que os alunos escreveram erradas, apresentação de formas corretas através de exercícios, treino prático a fim de que ela escreva corretamente.

A professora deve continuamente mandar a criança fazer trabalhos em casa e pesquisas em livros de leitura. Fazer a criança observar que tudo aquilo que falamos com os pais, com os vizinhos estamos construindo orações completas, dando como ex. o livro que formam orações concatenadas formando uma estória. No primeiro nível, quando se apresenta uma palavra nova treiná-los a formar orações sobre a mesma, variando na forma de construí-las evitando que todos os alunos repitam as mesmas orações. Mandar formar orações com a palavra no meio, no início e no final da oração. Nas classes adiantadas podem ser dadas orações incompletas com ajuda de perguntas Quem? onde? quem fez? que cure?

Ex: O céu está.....

O gatinho bebeu.....

Falou - nos em seguida sobre "Emprego de Pontuação".  
 Há orações que revelam admiração, outras fazem perguntas; nas lições de leitura fazer as crianças observarem essas orações. A professora apresentará um cartaz com uma estorinha e os alunos colocarão no final de cada oração a pontuação adequada.

Ex: Você viu?

O patinho fugiu.

Citadinho do patinho!

Em seguida o sr. inspetor falou - nos sobre o Emprego das Letras Maiúsculas: - fazer a criança observar nos livros todas as orações que começam com letra maiúscula. Trazer de casa, nomes do pai, da mãe, dos irmãos, dos vizinhos e dos parentes que moram em outras cidades. A professora deverá dar exercícios na classe e para casa a fim de que os alunos exercitem a concordância.

Ex: José trouxe lanche.

Luis trouxe lanche.

José e Luis trouxeram lanche.

Deverão ser dados também exercícios sobre a concordância nominal de gênero e número.

Ex: As meias estão limpas.

Os brinquedos são velhos.

A criança deverá reconhecer os tempos verbais:

Luis joga bola.

Luis jogou bola.

Luis jogará bola.

Em seguida falou - nos sobre o valor do conteúdo do trabalho do aluno, aquilo que ele constrói por si. Na apreciação do trabalho.

a professora deverá aproveitar ler em voz alta, para estimular o aluno e a classe para que os outros façam bem feito. A professora deverá organizar um bom treino ortográfico, seguindo os seguintes passos:

- a) olhar a palavra e pronunciar vagarosamente, notando o acento.
- b) olhar a palavra e pronunciar destacando as sílabas.
- c) fechar os olhos e dizer a palavra devagar, pronunciando letra por letra.
- d) escrever a palavra.
- e) verificar se escreveu certo.
- f) escrever mais duas vezes.

Se algum aluno errou repetir os passos.


No fim de cada semana será feita a avaliação das palavras estudadas.

Sobre matemática o sr. inspetor falou. nos que deverá ser ensinada adição para o 1º nível até o total 10 e os fatos fundamentais. Também deverá ser ensinado números ordinais até décimo.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente deu por encerrada a presente reunião da qual, eu, Maria Aparecida Godoi, secretária lavrei a presente ata que lida e achada conforme será por todos assinada:

Fernando Prestes, 24 de Abril de 1969

secretária - Maria Aparecida Godoi

Inspetor - 

Auxiliar de Inspeção - 

Professores - Neuza Maria Borroni

Célia Regina Granata



Livro  
de  
8/Abril/1968

Professores :- Kilda Cip. Regateri Renato  
 Grazi Aparecida Chudago  
 Ivone Ferich Santaella  
 Josefina Darsi Libanori Arneri  
 Neusa Maria Borgonovi  
 Joana Leitura  
 Maria Margarida Gabas e Gmarçã.  
 Gizelda Granata  
 Maria Aparecida Godoi

Delegacia do Ensino Elementar de Jaboticabal  
 Município de Fernando Prestes - Distrito Escolar - Taquaritinga

Cita da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município de Fernando Prestes, para o mês de Outubro de 1969.

Nos vinte e dois dias do mês de Outubro do ano de mil, novecentos e sessenta e nove, em uma das salas do "Grupo Escolar Francisco Sales de Almeida Leite", de Fernando Prestes, realizou-se a reunião do mês, sob a presidência do Sr. Alcindo Malachias, inspetor escolar e com a presença do Sr. Geraldo da Costa Gabas, auxiliar de inspeção e todas as professoras das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município.

Parte Administrativa

O sr. auxiliar de inspeção iniciou a reunião, falando sobre as Campanhas Edu

cativas do mês que são as seguintes: Y  
 Comunicado C.E.P. de 3/10/69 - Semana da  
 Avicultura, de 20 a 25/10. Com respeito desta  
 data leu um comunicado dando orienta-  
 ção aos trabalhos a serem realizados: 1º  
 ano - desenho; 2º ano - pintura ou colagem  
 e 3º e 4º anos - trabalho gráfico. Os melho-  
 res trabalhos deverão ser selecionados para  
 o concurso e seleção de prêmios que ha-  
 verá. Essa campanha tem como objetivo  
 a saúde da criança, deverá ser men-  
 cionado o valor nutritivo do ovo e o  
 consumo da carne de frango. Esta, será  
 realizada em todas as escolas primárias  
 do Estado de São Paulo. Dia 23/10 - Dia da  
 Cisa: destacar Santos Dumont - pai da  
 aviação. De 23 a 29/10 - Semana do livro:  
 incentivar nas crianças o valor da leitu-  
 ra. A campanha deste ano terá como tema:  
 "Livro - Alicerce do Progresso". Foi mencio-  
 nado que a nova Constituição que irá  
 entrar em vigor a partir do dia 30, favo-  
 recerá muito o ensino primário.

### Parte Técnica


Em seguida a essa parte, o Sr. Presi-  
 dente falou-nos sobre as falhas dos profes-  
 sores com relação ao programa de ensino.  
 A professora tem que verificar constante-  
 mente os trabalhos dos alunos. Com relação  
 ao nível I, não tem cumprido um dos  
 principais objetivos que é levar a crian-  
 ça à compreensão. Deve-se fazer uma  
 tabela de todas as moedas e cédulas que

existem e ensinar ao aluno a fazer o troço. Quanto às medidas de peso, capacidade e comprimento, disse-nos que deverão ser ensinadas desde o 1º ano, que deverá conhecer o metro e meio metro; o 2º ano deverá ir até o centímetro. Vemos ainda em algumas escolas falhas sobre a fixação do vocabulário. Outro descuido por parte dos professores é não ensinarem às crianças a separação de sílabas das palavras. Primeiramente devemos pedir à criança para formar uma oração; depois, a mesma, deverá ser separada em sílabas e letras. Falou-nos que devemos dar exercícios de formar palavras com uma sílaba inicial; de completar palavras com r ou rr, s ou ss, m ou n. Em seguida, passou a falar-nos sobre Estudos Sociais. Abordou esse assunto, falando-nos que Estudos Sociais é constituído de vários círculos. Fêz-nos notar, que no central, o assunto gira em torno da Família e a Escola; no primeiro círculo, temos o Município; no segundo, o Estado; no terceiro, o País e o Mundo. Em volta, um outro círculo, com o que devemos ensinar para a criança, relacionado com o assunto, temos: educação, comunicação, transporte, produção, proteção e conservação, arte e religião, governo e recreação. O programa de Estudos Sociais abrange um círculo externo relacionado com tudo o que foi visto acima. Disse-nos que o

programa de ensino deve ser modificado para oferecer melhores condições para o professor e melhor aproveitamento por parte dos alunos. A professora tem que fazer o planejamento para dar as suas aulas, porque senão, ela não produz e as crianças sofrem com isso. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual, eu, Gizelda Granata, secretária, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, será por todos assinada.

Fernando Prestes, 22 de outubro de 1969

Secretária:- Gizelda Granata

Inspetor:- 

Auxiliar de Inspeção:-

- Professores:-
- Jeana Segura
  - Josefina Davi Gibanori Denosi
  - Araci Aparecida Chudago
  - Zilda Aparecida Regatieri Monato
  - Alciana Margarida Galves Damargo
  - Neusa Maria Borronovi
  - Maria Aparecida Godoi
  - Iraides Aparecida Segura

Delegacia do Ensino Elementar de Jaboticabal - Município de Fernando Prestes - Distrito Escolar - Jaquaritinga

Ata da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município de Fernando Prestes para o mês de novembro de 1969

Auxiliar de Inspeção -

liv. 33

162

Professores -

33

Olga Aparecida Amaral

Graci Aparecida Ludago

Tilda Aparecida Regatieri Donato

Josefina Clara Libanori Junior

Gizelda Granata

Liana M. Martins

Maria Aparecida Godoi

Delegacia do Ensino Básico de Jaboatão -  
Município de Fernando Prestes - Distrito Es-  
colar - Laquearitinga

Ata da Reunião Pedagógica das Escolas  
Isoladas Estaduais e de Emergência do Mu-  
nicípio de Fernando Prestes para o mês de  
março de 1970

Aos treze dias do mês de março do ano de  
mil novecentos e setenta, em uma das  
salas do Grupo Escolar "Francisco Sales  
de Almeida Leite", de Fernando Prestes,  
realizou-se a reunião do mês, sob a presi-  
dência do sr. Inspetor Escolar, professor  
Cilindo Malachias, com a presença do  
sr. Auxiliar de Inspeção, professor Givaldo  
da Costa Gabas, e todas as professoras  
das Escolas Isoladas Estaduais e de Emer-  
gência do Município.

## Parte Administrativa

O senhor inspetor escolar iniciou a reunião com a distribuição dos impressos estatísticos para serem preenchidos até o final do mês de março ou até antes. Com relação a resumo mensal, aconselhou os senhores professores a enviar, de preferência, no último dia, para que o movimento, seja o mais exato possível. Neste ponto, o sr. auxiliar de inspeção explicou que deve-se esclarecer no verso do resumo, matrículas, eliminações, aulas dadas de religião e sua duração e o movimento da Caixa Escolar-benefícios distribuídos e número de alunos beneficiados. Com relação ao livro de matrícula, nas escolas que começaram as aulas em fevereiro, o mês de março já consta como matrícula suplementar. Recomendou também o sr. inspetor escolar, muito cuidado com a escrituração. Na parte de "observações" deve-se colocar, na folha do mês de fevereiro - semana de Planejamento - de 16 a 21 - comparecimento no Grupo Escolar em que fez o planejamento. Ainda na parte de observação, fazer o quadro para registrar as aulas de religião. Ficou determinado que a última meia hora antes do recreio, aos sábados, será dedicada ao ensino de religião, para uniformizar o horário. O sr. inspetor escolar deu instruções sobre os requerimentos pedindo autorização para viajar - deverá ser dirigido ao sr. Delegado de Ensino.

No mesmo deverá constar: o horário de saída e o horário de chegada na escola, condução usada, distância entre a escola e o domicílio, etc. O referido requerimento deverá ser entregue até o fim da próxima semana, na Inspetoria Censiliar. Falando sobre horário, o sr. inspetor escolar fez com que o professor não poderá chegar muito em cima da hora, mas sempre de preferência 15 minutos antes do início das aulas, cumprindo a Lei neste sentido. O sr. inspetor escolar deu ainda orientações sobre mudança de horário nas escolas. Quanto ao uso de cadernos, explicou que o professor deve pedir o mínimo de material aos alunos. Com relação às Escolas de Emergência, cada uma delas, disse o sr. inspetor, tem um número dado pela Delegacia, sendo que em toda a escrituração da Escola deve aparecer seu número. O sr. inspetor escolar conseguiu fazer a entrega de dez bandeiras brasileiras às escolas, com suas respectivas armações, bandeiras estas adquiridas através campanhas realizadas na cidade e com colaboração do sr. Prefeito Municipal. A apresentação destas bandeiras poderá ser realizada no dia de amanhã, que é sábado. Lembrando as senhoras professoras de que todos os sábados, antes da entrada dos alunos na classe, deverá ser efetuado o culto à bandeira, com canto e declamações pelos alunos.

assinada por todos.

Fernando Prestes, 13 de março de 1970.

Secretária - Gizelda Granata

Inspetor -

Auxiliar de Inspeção -

Professôres - Maria Aparecida Godoi

~~Rosângela~~

Miriam Peduzzi

Hilda Aparecida Regatieri Honorato

Araci Aparecida Chudago

Thereza Mendes.

Isabel Ferrel Santarini

Isiquio Laci Libanori Junior

Leila Naclhal

Delegacia de Ensino Básico de Jaboatão  
Município de Fernando Prestes - Distrito  
Escolar - Taquaritinga.

Cita da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município de Fernando Prestes para o mês de Abril de 1970.

Cos dezesseis dias do mês de Abril, do ano de mil novecentos e setenta, na sala da diretoria do G. Esc. "Francisco Sales de Almeida Leite", de Fernando Prestes, realizou-se a reunião pedagógica do corrente mês, sob a presidência do Sr. Auxiliar de Inspeção do município e com a presença de todas as professoras das Escolas



Isoladas Comuns e de Emergência, do município.

### Parte Técnica

Iniciando esta parte o Sr. Auxiliar de Inspeção falou sobre o planejamento Escolar para o corrente ano, tendo dialogado com as professoras sobre a aplicação do mesmo, de acordo com as séries, no sentido de uniformizar os planos de aula em relação ao município de Fernando Prestes. Em seguida falou sobre a Resolução n.º 18, de 24/3/70 publicada a 25/3/70 sobre a obrigatoriedade de ministrar nas Escolas em todas as séries a Educação Moral Social e Cívica, como Prática Educativa. De acordo com a referida Resolução o Sr. Auxiliar de Inspeção leu o Programa Básico do Ensino Primário sobre a referida prática educativa que consta do seguinte:

#### Objetivos Específicos:

Deverão ser levados em consideração:

a) a adequação dos assuntos às condições de idade, e outras;

b) o tratamento conjunto dos aspectos referentes à moral e ao civismo aqui apresentados separadamente, sempre que necessário ou aconselhável, porquanto basicamente indissociáveis.

#### Referentes à Moral

Levar à compreensão do respeito a Deus e do amor à Família.

## Referentes ao Civismo

Conduzir ao amor da grande instituição Pátria Brasileira, mediante o conhecimento dos seus ideais, história, ambiente físico e problemas, considerando-a como Lar, Terra e Mãe.

## Considerações Gerais

Conclui-se, pois, que, no caso específico de pretender-se oferecer à criança uma Educação Moral e Cívica adequada, dentro do sistema formal do ensino, na escola primária, é imperioso que essa escola dê atendimento eficiente ao educando, dos pontos de vista formativo e informativo.

Concomitantemente, a escola deve entrosar-se com a família e a comunidade da pessoa humana e fazer parte de um mesmo processo de dinâmica social.

## Parte Administrativa

Iniciando essa parte, falou o Sr. Auxiliar de Inspeção sobre redistribuição de material nas Escolas: Emergência do Sítio Cazon, Emergência da Fazenda Ravazzi, cujo pedido de redistribuição foi feito ao Sr. Delegado de Ensino, mandando que todas as professoras atualizassem o livro de material, de acordo com o material existente no ano de 1970. A escola que não tiver livro de Inventário, deverá ser o mesmo, feito em folha de pa-

pel almazão. Deu instrução o Sr. Auxiliar de Inspeção, sobre resumos mensais, uniformizando a maneira de fazer para facilitar a escrituração dessa inspetoria. Pelo Sr. Supervisor Escolar foi distribuído leite à todas as escolas, de acordo com o convênio feito entre a Prefeitura Municipal de Fernando Prestes e o Setor Regional de Barretos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Auxiliar de Inspeção deu por encerrada a presente reunião, eu, Myriam Pedrassoli, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, será assinada por todos os presentes.

Fernando Prestes, 16 de Abril de 1970

Secretária: - Myriam Pedrassoli.

Presidente: -

Professoras: - do Agrupada Joazeiro

Lilda Aparecida Regatieri Donato

Theriza Mendes.

Erasi Aparecida Chudago

Maria Aparecida Godoi

Luone Feioh Santuella

Josefina Lari Libanori Finoni

Helia Naubal

Rosa Maria Franco

Cizelda Granato

Delegacia de Ensino Básico de Jaboticabal  
Município de Fernando Prestes - Distrito  
Escolar - Laguaritinga

Ata da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município de Fernando Pestes para o mês de maio de 1970.

Nos quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta, numa das salas do G. Esc. "Francisco Sales de Almeida Leite", de Fernando Pestes, realizou-se a reunião pedagógica do corrente mês, sob a presidência do Sr. professor Alcindo Malachias, Inspetor Escolar e com a presença do sr. professor Geraldo da Costa Gabas, auxiliar de inspeção e de todas as professoras das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do Município.

#### Parte Administrativa

O Sr. Inspetor Escolar iniciou a reunião, falando da suspensão de aulas do dia 2, publicado no diário oficial do dia 1º de maio.

Em seguida o Sr. Inspetor falou sobre as comemorações do mês que são as seguintes:

Dia das mães, 2º domingo do mês de maio. A respeito desta comemoração, orientou as sras. professoras sobre a comemoração, que deverá ser relacionada com todas as áreas.

Dia 13 de Maio, Abolição dos Escravos. A respeito desta data, lembrou que as sras. professoras deverão fazer o planeja-

mento de aula deste dia, relacionando este assunto com as demais áreas do programa de ensino.

Dia 23 de maio, Dia do Soldado Constitucionalista. A respeito desta data, falou o Sr. Inspetor, que foi instituída para que seja lembrado o movimento constitucionalista de 9 de julho de 1932. Recomendou o Sr. Inspetor, para que as Srzas professoras expliquem o motivo deste feriado escolar. Recomendou ainda, que se fale em lei e se explique bem o que quer dizer, falar ainda no valor dos 4 moços corajosos que muito lutaram pela Constituição. Toda professora deverá mostrar a bandeira paulista e dizer às crianças, que esta para os paulistas é muito importante. Falou ainda o Sr. Inspetor que a bandeira não deve ser usada para cobrir retratos, placas e etc.

De 14 a 20 de maio, Semana do Trânsito. A este respeito falou da importância de se ensinar às crianças atravessarem ruas, estradas e também ensinar os sinais do trânsito. Todos os trabalhos destes dias deverão ser relacionados com este assunto.

Campanha Educativa contra formigas cortadeiras, de 25 a 30 de maio. A respeito desta data, leu um comunicado do Departamento de Educação, recomendando as Srzas professoras que falem às crianças sobre formigas, dizer que os formigueiros

devem ser eliminados, e para tal falar sobre o Mirex um veneno extraordinário para eliminar formigas.

Os alunos da 4ª série deverão fazer uma composição e a professora deverá escolher a melhor e enviar ao sr. auxiliar de inspeção. Os alunos da 3ª série deverão fazer desenhos, e o melhor também deverá ser enviado ao sr. auxiliar de inspeção e estes trabalhos serão selecionados para o concurso de prêmios que haverá.

Foram distribuídos folhetos sobre formigas a todas as professoras.

#### Parte Técnica

Iniciando esta parte, falou o Sr. Inspetor a respeito da introdução do novo sistema monetário a partir do dia 15 de maio.

Disse o Sr. Inspetor, que as professoras da 2ª série que já iniciaram o ensino do cruzeiro novo deverão parar, pois com a introdução do novo cruzeiro a partir do dia 15, irá haver confusão.

#### Referentes a Civismo

Foi lido e comentado pelo Sr. Inspetor, a Resolução nº 18 do Sr. Secretário da Educação, publicado no dia 25 de março.

Tal resolução diz respeito ao ensino de Educação Moral e Cívica nova área introduzida no Ensino Primário.

Serão dadas 2 horas semanais, devendo o professor aproveitar qualquer acidente para a introdução da referida área.

Foram lidos objetivos e assuntos a serem

desenvolvidos durante o ano. Ressaltou o Sr. Inspetor que para cada série há um assunto a ser tratado obedecendo também a idade dos alunos. Inclusive, serão feitas avaliações mensais, as quais serão distribuídas notas, como se vem fazendo com as demais áreas.

### Estudos Sociais


A respeito deste assunto, disse o Sr. Inspetor, que é o mais importante na escola primária, pois é êle que estuda a família da criança, a casa onde ela mora, o lugar onde vive, e este assunto deverá estar sempre relacionado com a Educação Moral e Cívica. Pediu ainda que as sras. professoras usem material didático para ministrar estas aulas.

Nada mais havendo a tratar, o sr. inspetor deu por encerrada a presente reunião, da qual, eu, Zilda Aparecida Regatieri Donato, secretária, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, será assinada por todos os presentes.

Fernando Prestes, 4 de maio de 1970

Secretária: - Zilda Aparecida Regatieri Donato.

Inspetor: 

Auxiliar de Inspeção: 

Professores: - Araci Aparecida Ludago

Suoni Ferrih Santaella

Olivia Margarida Jabas Camargo.

Thereza Mendes.

Josefina Marci Libanori Junoni

Lelia Nachbal

Bela Maria do Prado  
 Kyriam Pedrassoli  
 Gizelda Granata  
 Maria Aparecida Godoi

Delegacia de Ensino Básico de Jaboticabal  
 Município de Fernando Prestes  
 Distrito Escolar - Laguaratinga

Ata da Reunião Pedagógica das Escolas Escoladas  
 Estaduais e de Emergência do Município de  
 Fernando Prestes, para o mês de junho de  
 1.970

Nos seis dias do mês de junho do ano de  
 mil novecentos e setenta, numa das salas do  
 G. Esc. "Francisco Sales de Almeida Leite", de  
 Fernando Prestes, realizou-se a reunião pedagó-  
 gica do corrente mês, sob a presidência do Sr.  
 Auxiliar de Inspeção, professor Geraldo da Costa  
 Galvão e com a presença de todas as profes-  
 sas das Escolas Escoladas Estaduais e de  
 Emergência do Município.

#### Parte Administrativa

Dando início à reunião, o Sr. Auxiliar de  
 Inspeção falou sobre as comemorações do mês,  
 que serão as seguintes:

Semana de Anchieta: de 3 a 9 de junho:  
 deverá o professor salientar o trabalho de Anchi-  
 eta na catequese dos índios e sua participa-  
 ção na fundação da cidade de São Paulo, que  
 teve início com o Colégio de São Paulo. Ressaltar



seu desprendimento nessa tarefa tão difícil e que deverá nos servir de exemplo. Por seu trabalho, Luclietta é considerado o Patrão de todas as escolas brasileiras e o primeiro professor do Brasil.

Campanha Educativa contra chucândios: 1.ª quinzena de junho: Valorizar o trabalho dos bombeiros, pelas constantes provas de bravura. Ressaltar os perigos causados pelas bombas e bombões, bem como das queimaduras provocadas pelas bombinhas e fogueiras. Levar a criança a reconhecer que a prevenção é a melhor maneira de combater incêndios.

Dia do Pescador: 28 de junho: neste dia, será prestada uma homenagem aos pescadores. Levar a criança a compreender que a pesca é uma das mais importantes atividades econômicas da região norte do Brasil e que o peixe é um ótimo alimento.

Serão feitos trabalhos sobre estes assuntos, devendo o professor relacionar todas as áreas em torno dos mesmos. Orientar ainda as prof. professoras em como deverão ser feitos os Resumos Mensais, no verso deverão colocar: matrículas e eliminações do mês, com o nome do aluno e dia da matrícula ou eliminação; as Culas de Religião, as quais deverão ser dadas no mesmo dia e no mesmo horário, em todas as Escolas; o movimento da Caixa Escolar, com o número de alunos beneficiados e número de benefícios recebidos, incluir ainda as professoras que têm classes anexas, como deverão fazer a Frequência Média e Percentagem de Frequência. Dar instruções às

professoras efetivas, sobre o Concurso de Re-  
moção, pedindo às mesmas uma lista dos  
documentos que irão precisar para a elus-  
crição, cujo prazo vai de 25 de junho a 5 de  
julho.

### Parte Técnica

O Sr. Auxiliar de eluspeção orientou as  
sras. professoras sobre a avaliação do mês de  
junho, a qual deverá ser mais rigorosa  
do que as anteriores. Será um caráter mais  
sério, equivalendo a um exame. Nessa  
avaliação, o professor deverá fazer um apa-  
nhado geral da matéria dada no 1.º se-  
mestre. Quanto à área de Educação moral e  
Cívica, falou que da mesma também será  
feita uma avaliação, com atribuição de  
notas. A dosagem das atividades será fei-  
ta pelo próprio professor e de acôrdo com o  
nível da classe.

Nada mais havendo a tratar, o sr.  
Auxiliar de eluspeção deu por encerrada a  
reunião, da qual, em, Grazi Aparecida Chudago,  
secretária, lavrei a presente ata que, lida e  
achada conforme, será assinada por todos  
os presentes.

Fernando Prestes, 6 de junho de 1.970

Secretária: Grazi Aparecida Chudago

Auxiliar de eluspeção: *J. C. J. B.*

Professores: Ivone Serioh Santaella

Gizelda Granata

Maria Aparecida Godoi

Maryiam Pedrassoli

Benedita Brito

Fraides Aparecida Segura  
Moziriam Pedrassoli  
Maria Aparecida Godoi  
Neuza Maria Borgonovi

Ata da Reunião Pedagógica e administrativa das Escolas Isoladas Estaduais e de Emergência do município de Fernando Prestes, para o mês de abril de 1971.

Nos três dias do mês de abril do ano de Um mil novecentos e setenta e um, em uma das salas do Dysec. <sup>1</sup>Francisco Sales de Almeida Leite, de Fernando Prestes, realizou-se a reunião pedagógica do mês para tratar de assuntos administrativos e técnico-pedagógicos, a qual contou com a presença de todos os professores das Escolas Isoladas do município, sob a presidência do sr. auxiliar de Inspeção prof. Geraldo da Costa Jobas. Dando início a reunião, na parte administrativa o sr. presidente falou sobre as campanhas educativas do mês de abril que são as seguintes: Dia Pan-Americano - Semana da Conservação do solo - Tiradentes - Descobrimento do Brasil - Dia do Índio. A seguir foi distribuído de acordo com as séries, os grupos para estudo e elaboração do planejamento do mês, cujos trabalhos foram entregues ao sr. presidente para elaboração do

planejamento mensal. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual eu, Myriam Pedrassoli, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Fernando Prestes, 12 de abril de 1971

Secretária: Myriam Pedrassoli

Presidente: ~~Y. C. / O. / S. / S.~~

Elza Stefanelli De Lucca

Neusa Maria Cambú

Araci Aparecida Chidago

Maria Antonia Rodolfo Doulli

Josefina Darsi Libanori Jmoni

Neusa Maria Borgonovi

Maria Aparecida Godoi

Leidys Aparecida Segura

Rosa Maria Frare

~~77/3/20~~

Delegacia de Ensino Básico de Jaboticabal  
 Inspeção Auxiliar de Ensino de Fernando Prestes  
 Fernando Prestes, 1º de junho de 1971

Relatório da Reunião Pedagógica do  
 mês de junho dos professores das Escolas Isoladas  
 Estaduais e de Emergência.

Dia da Reunião - 1º/6/71

Local - G. Ex. "Francisco Sales de A. Leite"

Horário - das 8 às 12 horas

Faltas - zero

Supervisão - Sr. Prof. Alcindo Malachias

Participantes - Inspeção Escolar, Conselho de Inspeção

Hyriom Pedrossoli  
Rosa Maria Frare  
~~Helena~~

Delegacia de Ensino Básico de Jaboticabal  
Inspetoria Auxiliar de Ensino de Fernando Prestes  
Fernando Prestes, 4 de agosto de 1971

Relatório da Reunião Pedagógica do  
mês de agosto dos professores das Escolas Iso-  
ladas Estaduais e de Emergência.

Dia da Reunião - 4/8/1971

Local - G. Esc. "Francisco Sales de Almeida Leite"

Horário - das 8 às 12 horas.

Faltas - zero

Supervisões - Sr. Prof. Alcindo Malachias

Participantes - Inspetor Escolar, Auxiliar de  
Inspeção e doze professores.

### I - Parte Administrativa

1. Comemorações e Campanhas: - "Dia dos Pais", 2º  
domingo do mês; Semana do Exército de 19 a 25/8;  
Folclore 22/8; Comemoração do Centenário de  
morte de Castro Alves 9/8 e Semana da Civi-  
cultura de 23 a 28/8.
2. Matrícula Suplementar: - alunos novos até  
1º de agosto, alunos vindos de outras escolas  
até 31 de outubro.
3. Cuidados com a escrituração dos livros de  
Matrícula e Chamada.
4. Inventário e Redistribuição do Material.
5. Concurso "Operação Brasil do Futuro".

6 - Organização de Farmácia

7 - Organização do Jornal Mural.

## II - Parte Técnica

1 - Importância das aulas de saúde.

2 - Perigos da desidratação.

3 - Raiva - verminoses

4 - Importância da alimentação, aproveitamento dos alimentos da época.

## III - Planejamento em grupos

Grupo I - Sete professoras de Escolas Isoladas Estaduais e uma de E de Emergência.

Líder - Anaci Aparecida Indago

Relatora - Josefina Davi Libanoni Amori

Grupo II - Cinco professoras de Escola de Emergência.

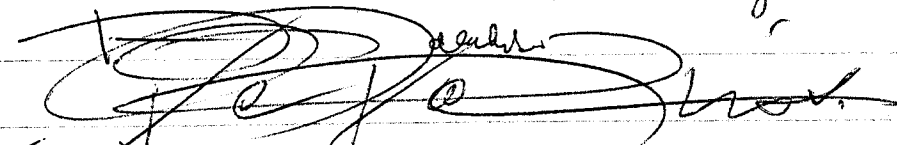
Líder - Myriam Pedrassoli

Relatora - Neusa Maria Borgonovi

Secretária - Neusa Maria Borgonovi

Os grupos foram reunidos e fizeram a elaboração do programa de cada série para o mês de agosto.

Fernando Prestes, 4 de agosto de 1971



Secretária: Neusa Maria Borgonovi

Professores: Anaci Aparecida Indago

Lilda Aparecida Rigatieri Ronato

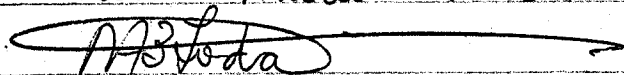
Maria Antonia Rodolfo Roulli

Elyza Stefanelli De Luca

Anaci Aparecida da Silva

Neusa Maria Campiotti

Rosa Maria Frare



Delegacia de Ensino Básico de Jaboticabal  
Inspetoria Auxiliar de Ensino de Fernando Prestes  
Fernando Prestes, 31 de maio de 1.972.

Relatório da Reunião Pedagógica do  
mês de maio dos professores das Escolas Iso-  
ladas Estaduais e de Emergência.

Dia da Reunião: 31/5/1972

Local: Gêsc. Francisco Sales de A. Leite

Horário: 8 as 12 horas

Faltas: zero

Supervisões: Auxiliar de Inspeção e doze  
professores.

### I - Parte Administrativa

1- "Campanhas e Comemorações": Semana An-  
chietana de 3 a 9, Campanha Educativa  
contra o Incêndio - 1.ª Quingena, Dia  
do Pescador, 28.

2- Sesquicentenario da Independência

3- Concurso "Anchieta" publ. D.O. 24/5/72.

4- Proibição de Comercio dentro dos estabe-  
lecimentos - Circular n.º 16/72 - D.E.B.

### II - Parte Técnica

1- Símbolos Nacionais

2- Lido e comentado texto de anotações  
sobre planejamento

### III - Planejamento em Grupo

Reuniram-se os grupos para a  
elaboração do planejamento mensal. Sendo  
assim constituído

Grupo I - cinco professores de Escolas  
Isoladas Estaduais e uma Escola de Emergência

Lider - Josefina Marci Libanori Armoni

Relatora - Rosa Maria G. Biondi

Grupo II - Seis professores de Escola de Emergência.

Líder - Carmem Aparecida Raposo

Relatora - Maria Antonia R. Borelli

Secretaria - Miryam Pedrassoli

Fernando Prestes, 31 de Maio de 1972

Secretaria:

Professores: Maria Aparecida Pinto  
Elza Stefanelli De Lucca

Rosa Auriana Riondi

Maria Aparecida Godoi

Lereza Ap. Dias Martins

Mercedes de Castro Luis

Maria Antonia Rodolfo Borelli

Carmem Aparecida Raposo

Neusa Maria Micali



DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO

DELEGACIA DE ENSINO DE \_\_\_\_\_

Escola: EEPG (Emerg.) da Fazenda Boa Vista

Município: Simão de Brites Vinculada à: EEPSG Francisco

Salas de Alameda Leiti

Horário: 08 às 12 N.º de classes: 1.ª à 4.ª séries: 01 Pré: - Especiais: -

5.ª à 8.ª séries: - 2.º Grau: - Total: 01

Nome do Diretor ou Professor: Benedita Regina Carolini

Objetivo, Designado, Substituto: Designado Data da última visita: \_\_\_\_\_

TERMO DE VISITA

Às 8:00 horas do dia 1.º de outubro de 19 80, compareci/emos na escola

cima referida, tendo sido recebido pelo Sr./a Benedita Regina Carolini  
Propusora Designada  
NOME  
CARGO E FUNÇÃO

Quanto à orientação oferecida, atividades executadas e providências solicitadas, cumpre destacar:

Verifiquei o comprometimento da classe através de perguntas variadas e exercícios no quadro negro.

Examinei os cadernos de classe, advertindo os alunos sobre os erros mais comuns que estão cometendo e incentivando-os para que procurem sempre corrigir os falhas e melhorar o comprometimento.

Orientei a pro-Propusora para o preenchimento das fichas individuais que devem estar atualizadas.

Cuisti aula de Educação Moral e Gramática.

Estão matriculados 16 alunos, sendo 07 na 1.ª, 04 na 2.ª e 05 na 3.ª série.

Nada mais havendo a tratar, encerrei/amos, às 10:30 horas, a presente visita, da qual foi lavrado este termo.

Simão de Brites 1.º 10 19 80

Jose Francisco de A. Stocco  
SUPERVISOR PEDAGÓGICO  
R.G. 4.776.505 - Sup. Ped.  
D. E. Taquaritinga

Ciente Benedita Regina Carolini